

Universidade Estadual de Maringá

JACQUELINE DA SILVA NUNES PEREIRA

**O PAPEL EDUCACIONAL DA MULHER E DO POVO EM MICHELET:
UM PROJETO POLÍTICO DE NAÇÃO**

Maringá
2007

JACQUELINE DA SILVA NUNES PEREIRA

**O PAPEL EDUCACIONAL DA MULHER E DO POVO EM MICHELET:
UM PROJETO POLÍTICO DE NAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação

Área de concentração: Fundamentos da Educação

Orientador: Profa. Dra. Terezinha Oliveira

Maringá
2007

JACQUELINE DA SILVA NUNES PEREIRA

O PAPEL EDUCACIONAL DA MULHER E DO POVO EM MICHELET: UM PROJETO POLÍTICO DE NAÇÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação, em Educação, da Universidade Estadual de Maringá como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação

Área de concentração: Fundamentos da Educação

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Terezinha Oliveira
Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dra. Angelita Marques Visalli
Universidade Estadual de Londrina

Profa. Dra. Ednéia Regina Rossi
Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Milton Carlos Costa
Faculdade de Ciências e Letras de Assis

Maringá, ____ de ____ de 2007

Dedico este trabalho

A todas as pessoas que acreditaram em mim.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família, ao meu pai, por muitas vezes me ajudar, levando os meus filhos na escola, a minha mãe, que sempre esteve ao meu lado, em suas orações, por me ouvir e sempre me orientar para o bem.

Aos meus irmãos e minhas cunhadas, pelo incentivo, pela valorização.

A minha vó Nair, que sempre esteve orando por mim.

A minha grande amiga Sonia, que incansavelmente dedicou horas de sua vida para cuidar dos meus filhos, da minha casa, e de mim, com seus chás e lanchinhos.

Aos meus filhos Izabela, e Iam, por compreenderem minha ausência e sempre estarem ao meu lado, com amor e dedicação.

Ao meu marido Marcos, por entender o quanto o mestrado significava em minha vida, por compreender a ausência, as brigas, a falta de atenção, mas acima de tudo, que isso significava um crescimento em nosso lar.

A minha orientadora Terezinha Oliveira, pela paciência e colaboração na orientação deste trabalho, e pela amizade que se consolidou nesta caminhada.

Aos meus amigos de mestrado, Jane, Regiane, Sueli e Djaci, pelo carinho e ajuda.

Aos funcionários do Mestrado, Hugo e Márcia, que sempre nos atenderam com dedicação e paciência.

Ao grupo de estudo, GEAMPAR/SC – além das grandes amizades, pode proporcionar conhecimento, discussões e debates que somaram na minha vida acadêmica.

A minha amiga e professora de francês Sibeli, pela dedicação, pelas leituras, orientações, discussões e traduções.

A minha amiga, Silvina Rosa, professora de português, orientadora e companheira de todos os momentos. Sua participação nesse processo foi fundamental para a consolidação deste trabalho.

Aos professores de Educação Física do Cesumar, em especial, a Vânia e a Meire, que sempre estiveram prontas a me ajudar, a me substituir nas horas difíceis.

Aos professores da banca, Divino e Ednéia pelas sugestões significativas para a conclusão deste trabalho.

Quando não houver saída
Quando não houver mais solução
Ainda há de haver saída
Nenhuma idéia vale uma vida

Quando não houver esperança
Quando não restar nem ilusão
Ainda há de haver esperança
Em cada um de nós, algo de uma criança

Enquanto houver sol, enquanto houver sol
Ainda haverá
Enquanto houver sol, enquanto houver sol

Quando não houver caminho
Mesmo sem amor, sem direção
A sós ninguém está sozinho
É caminhando que se faz o caminho

Quando não houver desejo
Quando não restar nem mesmo dor
Ainda há de haver desejo
Em cada um de nós, aonde Deus colocou

Enquanto houver sol, enquanto houver sol
Ainda haverá
Enquanto houver sol, enquanto houver sol

Enquanto houver sol, enquanto houver sol
Ainda haverá
Enquanto houver sol, enquanto houver sol

Enquanto houver sol, enquanto houver sol
Ainda haverá
Enquanto houver sol, enquanto houver sol

(Enquanto houver sol / Titãs)

PEREIRA, Jacqueline Nunes da Silva. **O papel educacional da mulher e o do povo em Michelet**: um projeto político de nação. 116 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Terezinha Oliveira. Maringá, 2007.

RESUMO

Neste trabalho, o objetivo é analisar a concepção de Jules Michelet sobre o papel educativo da mulher e a ação do povo em seu projeto político da nação. As fontes centrais da análise são suas obras: *A Mulher* e *O Povo*. Entendendo que os movimentos históricos podem possibilitar o entendimento sobre a educação dos homens em diferentes épocas, temos como eixo norteador do trabalho uma reflexão acerca da transformação da sociedade no século XIX. Com base nessas reflexões, procuraremos situar Michelet na Historiografia Romântica, produzida no segundo período do século XIX, ao mesmo tempo em que procuraremos expor como a mulher e o povo aparecem em suas obras. O objetivo é mostrar que, para ele, esses elementos sociais desempenham um papel central no processo educativo, político e social da civilização contemporânea. Assim, no primeiro capítulo, sistematizaremos as informações referentes ao século XIX, de forma a analisar o posicionamento que os historiadores românticos e, em especial, Michelet tiveram sobre os acontecimentos posteriores à Revolução Francesa. No segundo capítulo, nos dedicaremos à forma como Michelet analisou o final da Idade Média, dando destaque especial à sua concepção de educação e ao papel que nela ele atribuía à mulher e ao povo. No terceiro capítulo realizaremos, por fim, a análise específica das obras *A Mulher* e *O Povo*, uma vez que nelas acreditamos ser possível identificar o papel que Michelet confere ao povo e, conseqüentemente, à mulher como porta-vozes e como educadores atuantes na transformação da sociedade.

Palavras-chave: educação, mulher, povo, Historiografia Romântica.

PEREIRA, Jacqueline Nunes da Silva. **Le rôle éducatif de la femme et du peuple dans le Michelet** : un project politique de nation. 116 f. Dissertation présenté ao Programme de Maîtrise d'Éducation) – Université d'État à Maringá. Directrice de recherche: Terezinha Oliveira, Maringá, ANO.

RÉSUMÉ

Cette recherche a comme but analyser la conception de Jules Michelet sur le rôle éducatif de la femme et du peuple dans le project politique de la nation. Les sources centrales de l'analyse sont ses œuvres : *La Femme* et *Le Peuple*. En comprenant que les mouvements historiques peuvent possibiliter la compréhension sur l'éducation des hommes à différentes époques, nous concevons comme pivot du travail une réflexion sur la transformation de la société du XIX^e siècle. Appuyés sur cela, nous chercherons situer Michelet dans la Historiographie Romantique faite dans le deuxième période du XIX^e siècle, en même temps que, nous chercherons exposer comme la femme et le peuple apparaissent dans ses œuvres. L'objectif c'est montrer que, pour lui, ces éléments sociaux jouent un rôle central dans le processus éducatif, politique e social de la civilisation. Donc, dans le premier chapitre, nous systématiserons les informations qui font référence au XIX^e siècle, de sorte à analyser la position que les historiens romantiques, surtout Michelet ont eu sur les événements postérieurs à Révolution Française. Dans le deuxième chapitre, nous dédierons à la façon laquelle Michelet a analysé la fin de la Moyen Âge en remarquant sa conception d'éducation et le rôle qui était attribué à la femme et le peuple. Dans le troisième chapitre nous réaliserons, pour finaliser, l'analyse spécifique de les œuvres *La Femme* et *Le Peuple*, une fois que dans ces œuvres nous croyons être possible identifier le rôle que Michelet attribue au peuple et par conséquence à la femme comme porte-voix et comme éducateurs mis en activité dans la transformation de la société.

Mots-clé: éducatif, femme, peuple, Historiographie Romantique.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	4
RESUMO.....	6
RÉSUMÉ.....	7
SUMÁRIO.....	8
1 INTRODUÇÃO.....	9
2 MICHELET E O SÉCULO XIX.....	16
2.1 A sociedade francesa no século XIX.....	16
2.2.1 Michelet e a Historiografia.....	28
2.2.2 Uma visão da historiografia contemporânea sobre os historiadores românticos.....	29
2.2.3 Michelet e suas diferenças com os demais historiadores românticos.....	41
3 MICHELET, A HISTORIOGRAFIA ROMÂNTICA E A IDADE MÉDIA.....	61
4 A MULHER, O POVO E A EDUCAÇÃO.....	82
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	111
REFERÊNCIAS.....	114
ANEXO.....	119

1 INTRODUÇÃO

O objetivo neste trabalho é identificar a importância que o historiador Jules Michelet dá ao povo e, em especial, à mulher no projeto de transformação política da nação, especialmente quanto às suas potencialidades educacionais.

Michelet atribui ao povo o poder de ser o agente construtivo da nação, uma vez que ele representa uma força revolucionária capaz de intervir de maneira consciente no momento histórico em que vivia. De que maneira o autor faz isso? Ele se volta para o povo e dele abstrai o sentido da formação da Nação.

Assim, a questão de Michelet é mais do que francesa, é européia, uma vez que suas formulações correspondem a um projeto maior, um projeto de sociedade, embora sua forma de compreender e buscar soluções para os problemas de sua época tenha peculiaridades, que são decorrentes da sua concepção de história.

A alma consagrada a que Michelet se refere está imbuída de valores, como bondade, fraternidade, mas, acima de tudo, da idéia de união dos diferentes segmentos da sociedade francesa. Com base nessa premissa, Michelet constrói uma historiografia que reivindicará um lugar importante para a instrução do povo e fundamentará, portanto, uma ação “pedagógica” para sua formação.

Neste sentido, é importante esclarecer que o conceito de educação adotado neste trabalho não se restringe ao âmbito da instituição escolar, porque, pelos resultados da pesquisa, Michelet dá à sua concepção educacional uma perspectiva de formação geral que envolve vários elementos e instituições sociais. Para ele, a ação pedagógica não se dá exclusivamente na escola, mas também na família, na vida social, nas discussões políticas acerca da construção coletiva da nação.

O método utilizado neste trabalho é o histórico social. Sua escolha deve-se a vários fatores. Um deles pode ser expresso por nossa concordância com Políbios, que afirmava, há 200 anos a.C, que a história é a essência do homem, pois a totalidade deste só pode ser entendida quando são considerados o passado, presente e futuro. Em *História*, este autor escreveu que “[...] nenhum outro corretivo é mais eficaz para os homens que o conhecimento do passado” (POLÍBIOS, 1985, p. 41). Com essa

perspectiva, estudamos Michelet e procuramos situar sua obra em relação ao seu tempo, século XIX, mas procurando também entender sua forma de recuperar o passado. Por isso, iremos nos reportar aos séculos XIV e XIX não para revelarmos quaisquer juízos de valor, mas por acreditarmos que estes períodos da história foram essenciais para abrir novos caminhos para a modernidade. Da mesma forma, esclarecemos que o procedimento metodológico utilizado no trabalho foi a leitura analítica e contextualizada das obras de Michelet e de outras que retratassem historicamente tanto o século XIV quanto o século XIX.

Relativamente à base teórica de Michelet, é na história que ele busca respostas para seus questionamentos a respeito das ações políticas do povo francês. Ele é um historiador preocupado em entender a Idade Média; é lá que ele encontra as bases para refletir e compreender que as ações dos homens estão sempre relacionadas com os embates, conflitos e transformações que eles próprios produzem ao longo da história.

Por este motivo, buscaremos elucidar a importância que Michelet dá à história. Daremos destaque especial à leitura que ele faz da Idade Média e que apresenta em *Agonia da Idade Média*, porque, nessa obra, encontra-se um paralelo com a situação social de sua época. Por entender que esses dois momentos se caracterizam como de transição histórica, ele faz uma retomada do passado, tornando-a uma das bases teóricas de sua construção e de sua compreensão histórica do século XIX.

Para recuperar a fé na França, para ter esperança em seu futuro, é preciso voltar ao seu passado, aprofundar o seu gênio natural. Fazendo-o seriamente e de coração, vereis que desse estudo, dessas premissas, a consequência se seguirá infalivelmente. Da dedução do passado decorrerá para vós o futuro, a missão da França; ela vós aparecerá em plena luz, e então creereis, e gostareis de crer; a fé não é dada, além disso (MICHELET, 1995, p. 221) ¹.

No século XIX, as questões giravam em torno da consolidação da ordem burguesa, da necessidade de dar aos indivíduos a idéia de unidade, de governo único, de uma nação coesa, com leis e direitos iguais para todos. Neste contexto é que

¹ MICHELET, J. *A mulher*. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 221.

Michelet dá força ao povo, faz dele a sua base, a sua fonte de inspiração e de luta pela formação da pátria. É neste contexto também que ele reveste a mulher, especialmente, a mulher do povo, de importância e faz dela o exemplo de estrutura familiar.

Em diversas obras, Michelet vincula os homens do século XIX, suas angústias em face das crises sociais, com as transformações sociais decorrentes da Revolução Francesa. A escolha de *O povo* e *A Mulher*, escritas entre 1846 e 1859, como objeto de análise, foi motivada pela proximidade entre o tema analisado e o destaque que, a nosso ver, ele atribui à mulher e ao povo no cenário central de seu projeto político para a organização da sociedade. Fica explícito em seus escritos que estes dois elementos sociais representam o elo perdido do processo revolucionário desencadeado no século XVIII, e mesmo antes, como veremos no decorrer do trabalho.

De forma mais detalhada, no segundo capítulo deste trabalho, iremos analisar como Michelet se deixava contaminar pelos episódios de sua própria história ao escrever suas obras, especialmente aquelas destinadas aos acontecimentos medievais. Como ele entrelaçava a história de sua época com os distintos períodos medievais, ou seja, a visão que ele tinha da sociedade de seu tempo com sua interpretação da Idade Média, cabe frisar, nesta introdução, que as obras selecionadas como objeto de nossa análise fazem parte da fase em que ele manifestava uma visão positiva da Idade Média.

Nessa perspectiva, o foco central do estudo sobre a base estrutural do pensamento de Michelet é o momento em que ele escreve para a nação francesa, ou seja, meados do século XIX. Por este motivo, consideramos fundamental sistematizar dados sobre o processo revolucionário ocorrido no século XIX.

A forma como ele aborda a história, a nação e o povo foi fundamental para nossa escolha, porque pode nos auxiliar a entender o processo educacional como algo que ocorre durante toda a vida do homem, tanto quando ele educa como quando é educado. Como já mencionamos, estamos tomando como referência um conceito amplo de educação. Nós a entendemos como uma ação humana que se transforma de acordo com as diferentes sociedades e de acordo com o comportamento de homens e mulheres que as compõem.

Michelet² fala do povo como um elemento que conservou as características revolucionárias da sociedade, que continuava portando certos valores, como bondade, autenticidade, sentimento de amizade e de pertencimento à pátria. Ele se posiciona em relação aos acontecimentos que se sucederam à Revolução Francesa³, especialmente aqueles referentes à sociedade, ao povo e à pátria e, ao fazê-lo, nos auxilia a aprender, a conhecer e a contextualizar a história e a educação, a entendê-las como resultado de mudanças sociais. Auxilia-nos não só a entender o nosso hoje, mas a refletir sobre as nossas ações.

A parte principal do trabalho consiste em analisar essas obras de Michelet, porém, para compreendê-las, estabelecemos um diálogo com outras fontes, tanto do próprio século XIX como da atualidade, problematizando os dados à luz de alguns autores da historiografia sobre a Baixa Idade Média e sobre o século XIX, em especial, sobre o papel que a mulher desempenhava nesses dois períodos. Assim, acrescentamos ao estudo autores como Henri Pirenne (1968), Godechot (1971), Fortesare (1992), Hobsbawm (1996), Huizinga (1996), Gèrard (1970), Febvre (1995), Jacques Le Gof (1998), entre outros. Alguns, porque se dedicaram a analisar esses momentos de transformação social, outros, porque tomaram Michelet como objeto dessa análise e nos auxiliaram a entendê-lo no contexto da Historiografia Romântica do século XIX.

Como Michelet retomava o passado para refletir sobre o seu próprio tempo, consideramos fundamental estudar os momentos históricos que ele tomava como referência nas obras selecionadas. Procuramos, assim, investigar o século XIV e o século XIX, destacando, em meio às transformações econômicas, políticas e sociais, as grandes mudanças históricas que influenciaram diretamente a educação.

² A escolha de Michelet foi motivada não só pela consciência política que este autor demonstra em suas obras, mas, em especial, por suas reflexões acerca da educação e da construção da sociedade. Estas reflexões são de extrema importância histórica e podem nos auxiliar em nossa ação acadêmica, em particular, nas disciplinas Fundamentos da Educação Física, Ciências Humanas, Políticas Públicas e Ética profissional, que fazem parte da área temática Ser Humano e Sociedade, proposta pelas diretrizes nacionais do curso de Educação Física. Por isso, propomos como objetivo central desta dissertação, analisar a concepção que Michelet tem do povo e da mulher e como ele os vê no processo educativo.

³ A Revolução Francesa abrange, em termos puramente cronológicos, o período de 1789 a 1799. No entanto, é um acontecimento muito mais abrangente, pois, desfazendo o Antigo Regime, abre as portas de toda a Europa para as reformas políticas, sociais e econômicas do século XIX. Impulsiona a destruição do resto do feudalismo, cria condições para a tendência ao nacionalismo, para a abolição da monarquia absoluta e para a democracia.

Quanto ao século XIV, podemos dizer que, segundo o próprio Michelet, apesar de estarem sob as influências medievais, os indivíduos já antecipavam comportamentos relacionados à nova forma social que vinha se instalando (sociedade burguesa). No entanto, o novo padrão de comportamentos, habilidades e hábitos estranhos ao mundo feudal estavam ainda em construção, de forma que as leis gerais, norteadoras da vida desses homens, continuavam sendo feudais.

No que diz respeito ao século XIX, este pode ser caracterizado como um período de grande ebulição política, econômica e social, no qual se manifestavam os ecos da Revolução Francesa. Nesse momento, a França era governada por monarcas constitucionais que buscavam instaurar, novamente, os valores aristocráticos e a grande propriedade feudal, destruídos na Revolução de 1789, porque eram incompatíveis com os ideários burgueses. A burguesia, embora estivesse demasiadamente fortalecida para permitir que se voltasse a viver nos moldes do Antigo Regime, ainda sofria a influência dessa aristocracia em extinção.

Assim, ao analisarmos as obras de Michelet, não podemos perder de vista que o povo de sua época era educado no contexto de dissolução da sociedade aristocrata, porém, em uma fase de conciliação com a burguesa.

Com base nas leituras que realizamos de Michelet e da historiografia, afirmamos que, dentre outras coisas, ele buscava, em meio às transformações sociais e em conjunto com outros autores, discutir os problemas sociais e políticos e, na medida do possível, transformar a história em uma arma de luta da população contra as forças sociais que ameaçavam produzir uma profunda estagnação social na França; ou seja, Michelet via o povo como o agente principal das transformações sociais.

Um veio importante de nossa análise foi o fato de Michelet ter sido um historiador que participou, com afinco, desta luta e, em especial, das transformações políticas. Ele mostrou e valorizou em suas obras que as grandes transformações só acontecem por meio da construção histórica do povo e é justamente nesse segmento que ele identifica a força de uma nação. Segundo ele, o povo é o agente principal das mudanças que fariam emergir uma nova sociedade e mostra isso de maneira significativa quando expressa a idéia de que a mulher é a espinha dorsal da sociedade, exatamente por seu papel na educação. “A mulher torna-se a pedra de toque de todo o

sistema: educa a criança, forma o homem; suas relações com este são o espelho da sociedade⁴”.

Michelet concebe a História como uma ação política. De nosso ponto de vista, Michelet aponta o povo como o agente transformador desta história. É com base na voz da Revolução, que acredita estar presente no povo, na consciência popular; que o historiador poderá compreender, agir e transformar a História.

Michelet entende que as revoluções, tanto na história como na política, são as conexões de tudo, são os alicerces da transformação da nação, são os atos, pois as mudanças na sociedade foram resultantes das ações que são desencadeadas pelo ímpeto revolucionário do próprio povo. O engajamento do autor consiste em encontrar no povo a bravura, a verdadeira história a se valorizar. Por isso, muitas vezes, a Revolução Francesa é sua fonte de riqueza, ela se apresenta como um passado que permitiria ressuscitar a força do povo. Nas palavras de Michelet (1989), do povo sairá o historiador do povo. Sua análise em *A Mulher* caminha, mais ou menos, no mesmo sentido da que ele faz quando escreve *Joana D’Arc*. Nos dois livros ele busca exemplos de bravura e de grandes conquistas que a mulher realizou.

Assim, podemos dizer que todo o estudo sobre os séculos XIV e XIX nos auxiliou a compreender os acontecimentos a que Michelet faz menção e, assim, atingirmos nosso objetivo.

Antes de passarmos à estruturação dos capítulos, queremos retomar aquilo que definimos como objetivo deste trabalho: abordar a educação da mulher e do povo em Michelet. Não queremos deixar de vincular esta abordagem educacional ao ideal político de Michelet, que reproduzimos com as palavras do próprio autor:

A política nos promete a ordem, a paz, a segurança pública? Mas porque todos esses bens? Para gozarmos, adormecidos numa calma egoísta, para nos dispersarmos de nos amar, de nos associar? Que ela pereça se tal for seu objetivo. Quanto a mim, prefiro crer que essa ordem, essa grande harmonia social, tem como objetivo amparar o livre progresso, favorecer a evolução de todos por todos (MICHELET, 1988, p. 229) ⁵.

⁴ MICHELET, J. 1995 LIV, p. XIX. Prefácio de Thérèse Moreau.

⁵ *Id.*, 1988, p. 229

Quanto à estruturação dos capítulos, procuramos proceder de acordo com a metodologia adotada e com os objetivos traçados: começaremos por uma contextualização dos temas abordados pelo autor e encaminharemos o texto no sentido de uma análise específica das obras em que o autor deu destaque especial ao papel histórico do povo e da mulher, especialmente no que diz respeito à ação política e educacional para a construção da nação.

No primeiro capítulo procuraremos sistematizar as informações referentes ao século XIX, especialmente quanto ao posicionamento que os historiadores românticos e, em particular, Michelet adotaram nesse momento posterior à Revolução Francesa.

No segundo capítulo, dedicar-nos-emos à forma como Michelet analisou o final da Idade Média, dando destaque especial à sua concepção de educação e ao papel que ele atribuía à mulher e ao povo.

No terceiro capítulo realizaremos, por fim, a análise específica das obras *A Mulher* e *O Povo*, uma vez que nelas é possível identificar que o papel que Michelet atribui à mulher e ao povo é o de porta-vozes e educadores na constituição da Nação Francesa.

2 MICHELET E O SÉCULO XIX

2.1 A sociedade francesa no século XIX

A importância das obras de Michelet no contexto do século XIX fica patente quando nos dedicamos a conhecer o cenário social e político em que ele viveu. Por isso, nesta parte do primeiro capítulo tomamos como foco de estudo as discussões políticas em que ele participou e procuramos descrever os acontecimentos históricos ocorridos na França em meados do século XIX. Entendemos que as lutas sociais desse período explicam, em grande parte, a posição da França na construção historiográfica de Michelet e, em particular, o amadurecimento teórico que ele atingiu e que aparece na sua forma de analisar o passado à luz do presente.

Essa compreensão passa por uma retomada dos acontecimentos do século XVIII. No Século das Luzes, a compreensão filosófica de que a razão iluminava os caminhos para a solução dos problemas humanos atingiu sua máxima expressão. O movimento filosófico, denominado Iluminismo, teve início na Inglaterra no século XVII e atingiu seu apogeu na França no século XVIII. Por que é importante retomar estas informações? Porque o que aconteceu nesse século direcionou os caminhos da sociedade novecentista. Influenciou as artes, a literatura, a política, a religião, a economia, enfim, caracterizou a tendência da sociedade nos séculos seguintes. Ou seja, a França e toda a Europa foram revolucionadas pelo pensamento iluminista, especialmente pelo racionalismo que caracterizou a teoria do conhecimento nesse período. Poderíamos concluir que neste século operou-se uma verdadeira revolução intelectual.

O pensamento, a reflexão, a preocupação com as grandes questões da humanidade estavam refletidas em pensadores como Montesquieu, Voltaire e Rousseau e são até os dias de hoje a representação filosófica desse tempo. Embora divergissem entre si em alguns aspectos como política, economia e religião, eles foram os instrumentos de divulgação das idéias iluministas. Dos escritos destes grandes homens, destacamos a obra “Enciclopédia” de Diderot e D’Alembert em 35 volumes que abarcava as novas concepções e pensamento.

A Revolução Industrial iniciada no final do século XVIII foi, sem dúvida, o mais importante resultado das tendências mencionadas e, por sua vez, foi a principal responsável pelas transformações ocorridas na história, desde então.

Dentre outras questões sociais resultantes desse processo é importante considerar as conseqüências do êxodo rural. O aumento da marginalização, do desemprego e da mendicância nos grandes centros urbanos caracteriza a realidade social que se configura inicialmente na Inglaterra e que se espalha para outras sociedades industriais ou em fase de industrialização na Europa e nos demais continentes.

Ao espírito revolucionário⁶ do século XVIII, que passava pela guilhotina as cabeças que representavam os poderes ultrapassados, coube estabelecer uma nova organização política; já ao espírito contra-revolucionário do século XIX coube consolidar e conservar essas mesmas instituições em face da ameaça da nova classe revolucionária. De que maneira? Não mais com a guilhotina, que havia sido enterrada com a velha sociedade, mas com as armas contidas nos princípios contraditórios da nova sociedade.

⁶ É justamente na Revolução Francesa que se tem uma mudança significativa do conceito de Revolução. O espírito revolucionário estava implícito nas formulações teóricas dos iluministas, de que se haviam nutrido muitos dos líderes dessa Revolução: da mera restauração de uma ordem perturbada pelas autoridades se passa à fé na possibilidade da criação de uma ordem nova; da busca da liberdade nas velhas instituições se passa à criação de novos instrumentos de liberdade, mas que trouxessem também a felicidade do povo. A ruptura com o passado não podia ser mais completa. Mesmo os pensadores desiludidos com os recentes acontecimentos revolucionários e com suas conseqüências antiliterárias concordam com esta diagnose; **só se pode falar de revolução quando a mudança se verifica com vistas a um novo início, quando se faz uso da violência para constituir uma forma de governo absolutamente nova e para tornar real a formação de um novo ordenamento político, e quando a libertação da opressão visa pelo menos à instauração da liberdade** (grifo do autor). BOBBIO, N.; MATTEUCI, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de política*. Brasília: Ed. Da UnB, 1991. v. 2.

Esta, ao mesmo tempo em que constituía um meio para assegurar os direitos naturais⁷ do homem, acabava com a própria liberdade do espírito revolucionário.

Tocqueville, autor de *O Antigo Regime e a Revolução*, lembra, com estranheza, o contraste entre os dois instrumentos utilizados na revolução: a maquina tipográfica (pelos teóricos) e a guilhotina (pelas massas). “O contraste entre a brandura das teorias e a violência dos atos, que foi uma das mais estranhas características da revolução francesa, não surpreenderá a quem se lembrar que esta revolução foi preparada pelas classes mais incultas e rudes” (TOCQUEVILLE, 1997, p. 186).

É em meio a estas e outras transformações sociais que os homens adentram os anos de 1800. Michelet vive, portanto, as grandes transformações não apenas na França, país em que ele viveu e lutou pela pátria, mas em toda a Europa. Sua consciência política vem de sua própria história, busca a força no povo, pois faz parte dele. Portanto, restringir-nos-emos aos fatos principais deste século no que diz respeito ao contexto social, político e aos anos em que Michelet viveu.

Após o domínio napoleônico, entre 1815 e 1845, a França vive um novo momento histórico. Nesse período, Luís XVIII e Carlos X, membros da Dinastia de

⁷ Com o fim da monarquia absoluta, suprimiu-se a maioria dos privilégios, anularam-se as distinções de classe e colocaram-se todos os franceses em situação de igualdade perante a lei. Em 26 de agosto de 1789, a Assembléia votou a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, ‘para todos os homens, todos os tempos e todos os países’. A declaração constava de um Preâmbulo e 17 artigos que estabeleciam diversos princípios. Dentre eles estão: os homens possuem direitos naturais, inalienáveis e sagrados (do Preâmbulo); os homens nascem e permanecem livres, quanto aos seus direitos (art. 1); a soberania reside na nação; o povo é o supremo soberano (art. 3); o direito de cada um vai até onde começa o direito do terceiro (art. 4); a lei é igual para todos (art. 6). Para saber mais: BECKER, I. *Pequena história da civilização ocidental*. 7. ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1975. p. 427.

Bourbon⁸, e Luís Felipe, membro da Dinastia de Órleans⁹, governam a França como monarcas constitucionais.

O ano de 1815 marca o nascimento de uma historiografia revolucionária: a Restauração Bourbônica¹⁰ divide em dois o bloco da história moderna. A partir daí, os liberais também serão homens públicos, jornalistas universitários (com um público entusiástico), militantes (sobretudo a partir do ministério Villèle em 1821, que proíbe os grandes cursos de Sorbonne e marca o início da dissidência dos intelectuais de esquerda).

A maioria dos escritores, como Guizot¹¹, Thiery, Cousin, Michelet, entre outros, voltavam-se para a Revolução Francesa, porque acreditavam que ela encerrava um período da história da França configurado no Antigo Regime e dava um novo fundamento para o direito e a missão de escrevê-la.

⁸ Os monarcas Bourbon começaram a governar Navarra em 1555. Na França, por sua vez, a Dinastia Bourbon inicia-se em 1589 com Henrique IV e estende-se até 1792, quando, durante a Revolução Francesa, com a prisão de Luís XVI, a monarquia é derrubada e se estabelece a Primeira República. Restaurada brevemente em 1814 e definitivamente em 1815, após a queda do Primeiro Império Francês, a Dinastia Bourbon é finalmente derrubada na França durante a Revolução de Julho de 1830. Membro do ramo menor da casa de Bourbon, Luís Felipe pronunciou-se a favor dos ideais da revolução de 1789 e, em 1790, uniu-se aos radicais nas fileiras jacobinas. Quando o pai foi executado, em 1793, herdou o título de Duque de Orléans, o que fortaleceu suas aspirações dinásticas. Quando Luís XVIII foi reconduzido ao trono, em 1814, Luís Felipe regressou à França, onde recuperou algumas propriedades e aderiu à oposição liberal. Foi proclamado lugar-tenente-geral do reino, por ocasião da Revolução de 1830.

⁹ A nova monarquia caiu com a rebelião de julho de 1830, e, após a revisão da Constituição, Luís Felipe foi proclamado rei da França pela Assembléia Nacional Francesa (7 de agosto) com o apoio da alta burguesia. O seu reinado foi uma verdadeira monarquia constitucional, mas ele era, sobretudo, favorável à burguesia numa época em que a França começava a sua Revolução Industrial. A Monarquia de Julho, como seu reinado muitas vezes era designado, representou a implantação na França de um novo regime de aberta inspiração liberal que acabou com as formas mais anacrônicas da monarquia absoluta. Os anos que vão desde a insurreição liberal de 1830 até à revolta mais acentuadamente democrática de 1848 representam a idade de ouro da burguesia francesa, anos em que triunfaram os princípios liberais e nacionalistas. Mas a aparência democrática do novo governo desapareceu progressivamente e o regime foi endurecendo a fim de reprimir a oposição republicana e o crescente mal-estar das classes operárias.

¹⁰ O período da Restauração representa, com a volta dos antigos poderes, uma reação à organização do Estado com base na soberania popular. Teve início com a queda de Napoleão, em 1814, e a conseqüente elevação ao trono do ramo mais antigo dos Bourbons com Luís XVIII. Este governou a França de 1814 a 1824. Seu reinado foi interrompido em 1815 pela volta de Napoleão X, que governou de 1824 até a revolução de 1830. Então, teve início a monarquia de Julho, que durou até 1848.

¹¹ Para se aprofundar nestes historiadores ler: OLIVEIRA, T. *Civilização e lutas políticas*: Guizot e a Idade Média. 1997. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 1997.

Escrever a história da revolução e propor uma interpretação sua faz parte integrante de seu combate político. Eles nunca ocultam este fato para si mesmos. E melhor: se são pura e simplesmente historiadores, é porque são devotos à liberdade. A base científica ainda é frágil, mas está-se distanciando de uma história sumariamente polêmica ou apologética, rumo a uma história interpretativa esclarecida (VOVELLE, 1989, p. 469).

Nessa citação, Vovelle nos apresenta a intimidade que o autor tem em relação à revolução e o seu combate político. Para ele, a história da revolução se apresenta de forma muito forte na interpretação dos historiadores. Podemos então indagar: de que maneira o combate político se expressa em Michelet? Certamente pelo povo. Ele vive a sua história e faz dela um elemento de sua reflexão e de sua proposta para a transformação da nação.

Os autores que se dedicaram à história da Revolução Francesa buscam identificar nesses acontecimentos o verdadeiro sentido de suas obras, um meio para intervir na própria sociedade em que viviam. Afinal era, de fato, necessário escrever sobre as questões que permeavam o contexto social vigente, que foi marcado pelas lutas de interesses entre a burguesia e a aristocracia, classes que procuravam meios e caminhos para se manter no poder. Em 1815, a Restauração possibilitava o retorno da aristocracia ao cenário político e social francês. Aparentemente, a aristocracia estava garantida pelo retorno do monarca, mas, de fato, não podia voltar como a classe que existia no Antigo Regime antes de maio de 1789, com suas tradições, com os seus privilégios de alto nascimento, com o monopólio dos altos cargos administrativos e com a propriedade hereditária, pois uma nova maneira de governo se estabelecia com a burguesia¹².

¹² A burguesia tinha enriquecido sobremaneira durante o século XVIII e se tornou a classe econômica dominante. Os burgueses compreendiam: comerciantes, industriais, banqueiros, elementos das profissões liberais (professores intelectuais, médicos, advogados, magistrados, escrivões), funcionários públicos. A burguesia desejava uma reforma política e social que abolisse os privilégios e lhe permitisse tomar parte do governo, votar os impostos e fiscalizar as despesas do Estado. Neste momento, a burguesia tinha adquirido riqueza, cultura e poderio. Queria, portanto, emparelhar com a nobreza e obter um poder político equivalente à sua situação econômica. Os burgueses também se opunham ao mercantilismo (regulamentos restritivos para a indústria e o comércio, monopólios concedidos a companhias privilegiadas, controle de salários de preços e de importação de matérias primas). BECKER, *op. cit.* p. 423.

Segundo Tocqueville (1997), esse era um período em que as instituições remanescentes da ordem feudal estavam sendo profundamente contestadas, não podiam mais renascer conforme existiam antes. Ou seja, mesmo que a aristocracia recuperasse seus títulos e bens, não podia mais viver como no Antigo Regime.

Antes da Restauração, Napoleão Bonaparte¹³ tinha fornecido o apoio de que necessitava à burguesia para consolidar seu poder econômico e político. Ele tinha adotado uma política que possibilitava à grande burguesia¹⁴ deter a economia em suas mãos. Tinha promovido o desenvolvimento da indústria, favorecido o comércio exterior, construído pontes, portos, elevado monumentos, multiplicado as comunicações. Enfim, ao buscar a prosperidade da França, ele abriu caminho para fazer prosperar financeiramente a burguesia, mais do que isso; com o desenvolvimento da sociedade burguesa na França ocorreu o fortalecimento e a expansão da sociedade burguesa em outros países europeus. Entretanto, enquanto a burguesia encontrava na política de Napoleão apoio para o seu fortalecimento econômico, a aristocracia definhava e lutava

¹³ As guerras napoleônicas. Napoleão é considerado o maior gênio militar de todos os tempos. Em quase vinte anos de campanhas bélicas, enfrentou sete coligações européias e conquistou extraordinárias vitórias. Napoleão Bonaparte tornou-se uma figura importante no cenário político mundial da época, já que esteve no poder da França durante 15 anos e nesse tempo conquistou grandes partes do continente europeu. Os biógrafos afirmam que seu sucesso deu-se devido ao seu talento como estrategista, ao seu talento para empolgar os soldados com promessas de riqueza e glória após vencidas as batalhas, além do seu espírito de liderança. O ensino foi reorganizado e a prioridade foi a formação do cidadão francês. O governo de Napoleão teve grande importância para a transformação do sistema educacional, foi ele quem reconheceu a educação pública como um importante meio na formação das pessoas, principalmente nos aspectos do comportamento moral, político e social. Após uma década de conflitos gerais no país, com a Revolução Francesa, as medidas aplicadas deram para o povo francês a esperança de uma estabilização do governo. Os resultados obtidos neste período do governo de Napoleão agradaram à elite francesa. Com o apoio destas, Napoleão foi elevado ao nível de cônsul vitalício em 1802 podendo indicar seu sucessor. Esta realização implicou a instituição de um regime monárquico.

¹⁴ A grande burguesia é a classe que detém, no conjunto, os meios de produção e que portanto, é portadora do poder econômico e político. Seu oponente seria o proletário que, desprovido destes meios, possui unicamente sua força de trabalho. O predomínio da burguesia no século XIX fica no campo econômico, porém sua influência se estende às instituições políticas, que se caracterizam, mesmo mediante formas que evoluem e se transformam com o tempo pelo regime parlamentar, pelo sufrágio, que apesar de vários empecilhos tendem a se tornar universal e finalmente pela conexão e interdependência contínua entre interesses materiais e poder político. Em outras palavras, se o regime parlamentar é caracterizado pelo domínio da burguesia, é preciso também afirmar que sua relevância política existe até o momento em que esta classe permanece como componente social de primeira grandeza e cuja a força se fundamenta no poder econômico. Passando do campo econômico para o campo político a afirmação da burguesia se amplia atingindo assim, outros campos da vida social e por esse motivo busca resumir em si as necessidades e as tendências da sociedade inteira. BOBBIO, *op. cit.* v. 1.

com dificuldades para assegurar sua existência. Era constante o empobrecimento da nobreza que, na maioria das vezes, lutava para manter o seu padrão de vida.

Tocqueville (1997, p. 106) observa que:

Este empobrecimento gradual da nobreza não se observa unicamente na França, mas também em todas as partes do continente onde o sistema feudal estava desaparecendo sem que uma nova forma de aristocracia o substituísse. Esta decadência era particularmente visível e esta muito evidente nos povos alemães à beira do Reno. O contrário só se vê na Inglaterra. Lá as antigas famílias nobres que ainda existiam, não somente conservavam sua fortuna como a aumentaram muito e continuaram sendo os primeiros tanto em riqueza quanto em poder. As novas famílias que subiram ao seu lado só imitaram sua opulência sem, contudo conseguir ultrapassá-la.

Em meio a estas questões de descontentamento, de conspirações, de lutas internas, alianças políticas no interior da nação francesa Napoleão foi obrigado a abdicar seu posto, possibilitando o retorno, em 1815, de Luís XVIII ao trono. Todavia, em seu governo, direcionado por uma monarquia parlamentar, Luis XVIII não podia governar sem levar em consideração as decisões da Câmara dos Pares e dos deputados e de obedecer aos princípios da Carta¹⁵.

A burguesia¹⁶, que tendia a ser a classe dominante, temia que o retorno da monarquia colocasse em risco seus interesses, uma vez que a escolha dos ministros e dos membros da Câmara dos Pares seria realizada pelo rei. Além desse fato, o retorno do morgadio e das tradições favorecia os interesses da aristocracia.

Em face das diferenças e dos desacordos políticos entre liberais, que defendiam os interesses da burguesia, os ultras, que propunham um governo

¹⁵ A Carta determina que o rei tem o direito de escolher seus ministros, funcionários e também de dirigir as forças militares e a política exterior. O art. 14 possibilita fazer regulamentos e ordenar a execução das leis e a segurança do estado. O Parlamento, composto pela Câmara dos Pares e pela Câmara dos Deputados (eleitos pelo sufrágio censitário), detém o poder legislativo. Prevê a liberdade de culto, fazendo do Catolicismo a religião do Estado.

MALET, A. *Histoire de France et notions sommaires d'histoire générale de 1789 a 1875*. Paris: Librairie Hachette, 1916. p. 134.

¹⁶ No caso da burguesia, à luz dos acontecimentos históricos contemporâneos da Revolução Industrial, da revolução política de 1789 e da revolução social ainda em curso, a burguesia pode ser classificada como aquela que detém, no conjunto, os meios de produção e que, portanto, é portadora de poder econômico e político. Seu oponente seria o proletário que, desprovido destes meios, possui unicamente uma força de trabalho.

BOBBIO. *op. cit.* v. 1.

monárquico, os radicais, que visavam os interesses das massas, e os moderados, que anunciavam o desenvolvimento da sociedade a partir do conhecimento, Luís XVIII convocou e inseriu no seu governo representantes desses partidos políticos.

Tocqueville revela que a barreira imposta pela nobreza às outras classes sociais existia antes mesmo da revolução. Segundo o autor:

Na França a barreira que separava a nobreza das outras classes, apesar de facilmente transponível, sempre permanecia fixa, visível e evidenciada por signos odiosos e violentos. Quem ultrapassava esta barreira estava separado de todos aqueles que pertenciam ao meio do qual acabava de sair, por privilégios que lhes eram onerosos e humilhantes. O sistema do enobrecimento, longe de diminuir o ódio do plebeu contra o gentil homem, aumentava-o ao contrário, de uma maneira desmedida, azedando-o com toda a inveja que o novo nobre inspirava aos seus antigos iguais. Isto faz com que o terceiro estado sempre mostre mais irritação contra os enobrecimentos, do que contra os nobres, e que alarguem a porta, podendo levar para fora da estrada, pede ao contrário que a estreitem (TOCQUEVILLE, 1997, p. 113).

Segundo Oliveira¹⁷, os nobres recusavam-se a participar das atividades vinculadas ao comércio.

Não apenas recusavam participar, mas inclusive chegavam a repelir as atividades ligadas ao comércio e a indústria, estas passavam a ter a mancha da burguesia. As pessoas que as praticavam não podiam ser incluídas no seio da classe dominante. Era deselegante ser comerciante ou industrial (OLIVEIRA, 1997, p. 35).

O autor explica que a existência de preconceitos aristocráticos quanto ao comércio e à indústria foi extremamente prejudicial para o desenvolvimento das relações burguesas na França. As conseqüências advindas da manutenção dos valores aristocratas não se restringiam à burguesia e aos negócios, mas representavam um prejuízo à própria nobreza, que, por muitos momentos, na intenção de conservar seus valores, fortunas e o seu nome, era obrigada a tomar atitudes que não condiziam com aquele momento histórico.

¹⁷ OLIVEIRA, T. *Civilização e lutas políticas*: Guizot e a Idade Média. 1997. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 1997. p. 35.

Por isto, além de se confrontar com o fortalecimento do Terceiro Estado, Luís XVIII deparava-se com as críticas de seus contemporâneos.

Sobre esta questão, Fortesare (1992) explica que, embora o rei Luís XVIII demonstrasse considerável moderação e astúcia política, apoiando habitualmente as decisões ponderadas e nomeando ministros competentes, como Richelieu, Liané e Decazes, seu governo era criticado pelos setores tradicionais da aristocracia. Contudo, com a morte de Luís XVIII, em setembro de 1824, seu irmão, Conde de Artois¹⁸ foi coroado como Carlos X e assumiu o trono.

No entanto, ao fazer uma política radical em favor da antiga aristocracia, Carlos X deixa a nova nobreza e a burguesia extremamente descontentes. Embora os monarcas defendessem esses valores, os aristocratas enfrentavam dificuldades financeiras para manter seu padrão de vida.

Sobre esse assunto, Oliveira (1997) elucida que o restabelecimento de valores e instituições aristocráticas era uma forma de contraposição às tendências democráticas. Os aristocratas tinham como meta estabelecer um contrapeso à democracia. Ela afirma, ainda, que é justamente neste quadro histórico de luta política entre os diversos partidos que podemos entender o restabelecimento do morgadio¹⁹.

Os direitos e os privilégios assegurados pela política de Carlos X, bem como a conservação dos cargos e os títulos oferecidos à aristocracia, no reinado de Luís XVIII, não conseguiram, no entanto, impedir o enfraquecimento constante dos nobres na primeira metade do século XIX.

Carlos X conservou a aristocracia nos quadros do Estado, transformou as terras em propriedades que eram repassadas aos filhos primogênitos, de modo que ficassem vinculadas e impossibilitadas de alienação.

¹⁸ Fortesare (1992) explica que, desde o retorno da família real, o Conde é considerado, pelos aristocratas conservadores, o monarca ideal para garantir o êxito da Restauração. A aclamação por parte de alguns traz, na mesma medida, a oposição por parte de outros. FORSTERSCUE, W. *Revolução e contra-revolução na França: 1815-1852*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

¹⁹ É importante dizer que a aristocracia que retorna com a Restauração utiliza do morgadio para fortalecer novamente os laços da família com a terra. O fortalecimento dos laços possibilita à nova aristocracia constituir grandes propriedades hereditárias, seguindo a lei de primogenitura.

Desta maneira, a aristocracia encontrou no exercício das atividades públicas a possibilidade de adquirir rendas e acumular bens. Essa classe procurou assim, por meio de cargos políticos ou militares, sustentar a sua posição econômica e política.

Conforme demonstra Constant (1968, p. 5), na obra *Da divisão das Propriedades Hereditárias*, a aristocracia não podia mais prolongar sua existência, suas bases encontravam-se prejudicadas. As leis que garantiam a permanência da aristocracia restaurada estavam em flagrante contraste com a ordem dos acontecimentos.

Os acontecimentos de 1829 demonstravam que a aristocracia tendia a se extinguir por causa das exigências da sociedade burguesa. Diante dos ataques acirrados da multidão, o rei vigente percebeu que a revolução era inevitável e decidiu abdicar o trono.

A monarquia da Restauração foi arruinada pelo radicalismo de Carlos X e por grande parte dos partidos liberais na Câmara dos Deputados. A divisão no seio da elite francesa, entre realistas e liberais, destacou-se na política parlamentar e na imprensa de Paris.

A Revolução de 1830 representou a vitória da burguesia sobre a aristocracia e o restabelecimento da soberania popular. O progresso da Inglaterra sobre o continente abriu as portas aos planos da sociedade da Restauração. O crescimento da grande indústria possibilitou à burguesia tornar-se o elemento principal da vida política do país. Ao despojar do poder a nobreza e o clero, a burguesia tomou a direção do governo, com Luís Felipe.

Entretanto, por não concordar com a política burguesa do rei, a maioria dos nobres que compartilhava da vida pública decidiu afastar-se, recusando-se, inclusive, a prestar juramento de fidelidade ao rei que assumiu o poder.

Dessa maneira, Luís Felipe, sustentado pela burguesia, assumiu características peculiares de um rei burguês e adotou uma proposta moderada de governo. Desse modo, a França começou a praticar o regime parlamentar.

Entre 1832 e 1835, o ministério de Luís Felipe vivenciou um período de relativa instabilidade. Porém, desejoso de governar sozinho, o rei tendia a se afastar do

governo parlamentar. As atitudes de resistência do governo e a crise alimentar²⁰, que foi de 1845 a 1847, agravaram a situação política do país.

Diante destas crises e, em meio às dificuldades para se estruturar um governo de estabilidade, a França atravessou um grande período de perturbações, de lutas políticas que se sucediam constantemente na nação, resultando em perturbações radicais, como, por exemplo, as barricadas operárias de 1848.

As causas da Revolução de Fevereiro de 1848 foram múltiplas. Uma delas era a exigência de um governo mais democrático, por parte da maioria do povo. Outra era o sentimento de revolta causada pela corrupção de Luís Felipe e de seus íntimos. Considerava-se que, como rei da burguesia, Luís Felipe colocava os negócios em primeiro plano. Os principais defensores capitalistas não permitiam que a França se envolvesse em qualquer guerra que ameaçasse o comércio e os investimentos.

Por volta de 1847, o governo de Luís Felipe havia rompido com várias oposições, salvo uma pequena minoria de ricos. Os socialistas e os patriotas, tanto republicanos como monarquistas, começaram a organizar a reforma. Aconteceu então outro marco na história: as barricadas foram levantadas e dois dias depois Luís Felipe foi obrigado a abdicar.

Até que realizassem as eleições para a Assembléia Constituinte, criou-se um governo provisório, composto por republicanos e socialistas, que assumiu temporariamente o controle da nação. Entretanto, os resultados do sufrágio decepcionaram os socialistas, uma vez que os reacionários e os partidos da classe

²⁰ Hobsbawm, explica que: [...] as outras crises na política da classe governante europeia coincidiram com uma catástrofe social: a grande depressão que varreu o continente a partir da metade da década de 1840. As colheitas e, em especial, a safra de batatas fracassaram. Populações inteiras, como as da Irlanda, e até certo ponto também as da Silésia e Flanders, morriam de fome. Nas regiões de cultivo da fibra, em Flanders, a população caiu em 5% entre 1846 e 1848. Os preços dos gêneros alimentícios subiam. A depressão industrial multiplicava o desemprego, e as massas urbanas de trabalhadores pobres eram privadas de seus modestos rendimentos no exato momento em que o custo de vida atingia proporções gigantescas. A situação variava de um país para o outro e dentro de cada um deles, e felizmente para os regimes existentes – as populações mais miseráveis, como as da Irlanda e de Flanders, ou alguns dos trabalhadores de fábricas nas províncias encontravam-se entre as pessoas politicamente menos maduras: os empregados da indústria algodoeira dos departamentos do norte da França, por exemplo, vingavam-se de seu desespero nos igualmente desesperados imigrantes belgas que invadiam aquelas regiões, em vez de se vingarem contra o governo ou mesmo contra os empregadores [...]. Confira em:

HOBSBAWM, E. J. *Ecoss da Marselhesa*: dois séculos revêem a Revolução Francesa. São Paulo: Cia. das Letras, 1996. p. 331.

média tinham-se coligado para proteger os interesses da propriedade privada. Desiludidos, os radicais de Paris tornaram a se insurgir. Durante três dias, em junho, travaram-se lutas nos bairros pobres da capital. E meio a estes conflitos, redigiu-se o projeto de constituição para a segunda república. E foi por meio deste documento que se tornou possível realizar, em 10 de dezembro, a eleição presidencial que elegeu Luís Napoleão Bonaparte²¹.

Michelet viveu intensamente a revolução de 1848 e foi nesse contexto histórico que ele escreveu para a nação francesa. Seu intuito era educar o povo francês, politizá-lo, transmitir-lhe a responsabilidade de ser patriota²² e de, homem ou mulher, lutar, acima de tudo, pelos ideais de sua nação²³ e da sociedade vigente.

²¹ Luís Bonaparte (1808-1873) era sobrinho de Napoleão e filho de Luís Bonaparte, que, durante alguns anos foi o rei da Holanda. Após a queda do tio foi exilado e viveu por quatro anos na Alemanha e na Suíça. No entanto, no verão de 1848 foi recebido por homens de todas as classes da França (os conservadores, os proletários). Entre estas duas classes havia uma grande multidão de patriotas e entusiastas, para quem o simples nome de Napoleão era um símbolo incomparável de glória e de grandeza. Foi principalmente a essa multidão que o sobrinho do Corso deveu o seu extraordinário triunfo. Na expressão de um velho camponês: “Como deixar de votar nesse homem, eu que tive o nariz gelado na Rússia?”. Veja em:

BECKER, *op. cit.* p. 422.

²² Pátria- Etmologicamente, provém de *patrius, terra patrum, terra dos pais*. É o chão, o território, cenário de um desenrolar de fatos. É esse solo em que os pais e os antepassados desenvolveram suas fainas e suas vidas, arroteando os campos e erguendo as cidades, como um berço comum de expansão de todo um patrimônio de cultura material, intelectual e espiritual que leva Michelet a afirmar que a Pátria é um patrimônio espiritual de patriotismo. Ama-se a pátria na mesma linha do amor à própria família. Porque nela palpitam sentimentos comuns trazidos em laços que prendem as pessoas por habitarem no mesmo chão, falarem a mesma língua, defenderem a mesma cultura, viverem a mesma história. Todo patrimônio espiritual, constituído pelas gerações que se vão sucedendo, torna a pátria um lar comum, onde as lutas, as dores, as alegrias testemunham um amor em que se mesclam respeito, veneração e principalmente o prolongamento da família pátria. Michelet acredita que a pátria une as pessoas, que identificam a importância de manterem vivo o ideal de assegurar, proteger, e engrandecer a terra do próprio nascimento, onde se pode sonhar e pugnar por viver com dignidade. **O que devo de tua história é, em primeiro lugar, a tua, o que tive de revelar-te de teu berço e o que apóia a própria base de tua vida moral. Conteite primeiro como nasceste, as dores, os infinitos cuidados de tua mãe e todas as suas vigílias, quantas vezes ela sofreu, chorou, quase morreu por ti [...] Depois contei-te sumariamente o que foi tua segunda mãe, a Pátria.**

MICHELET, 1995. p. 116, grifo do autor.

²³ Nação - Para compreender o verdadeiro sentido da democracia é preciso considerar-lhe as origens históricas. Como ideal político, ela se enraíza na filosofia de Rousseau. Foi, acima de tudo, a doutrina rousseauiana da soberania absoluta da maioria, combinada com a deificação do homem comum por ele e por outros românticos, que deu origem ao significado da democracia política, ou seja, cabe à maioria do povo o direito de falar pela nação. No entanto, a história do termo tem sido um grande paradoxo. A referência à nação foi, no decorrer da Revolução Francesa e, mais tarde, desde meados do século XIX até os nossos dias, um dos fatores mais importantes do condicionamento do comportamento humano na história política e social. Em nome da nação se fizeram guerras, revoluções, modificou-se o mapa político do mundo. Na Idade Média, uma pessoa como bem ressalta Boyd C. Shafer, deveria se sentir antes de tudo um cristão. Depois um borgonhês, e somente em terceiro lugar, um francês. Na história recente do continente europeu, após a emergência do fenômeno nacional, foram invertidas as ordens das lealdades, assim o sentimento de pertence à própria nação adquiriu uma posição de total preponderância sobre

2.2.1 Michelet e a Historiografia

Como Michelet é usualmente caracterizado como um historiador romântico, faremos, neste momento, algumas considerações sobre esse movimento filosófico e historiográfico, cujas raízes são relacionadas, em grande parte, ao movimento literário do período.

No contexto intelectual, este século é marcado por duas escolas literárias. Uma que predominou na primeira metade do século, a escola Romântica, e a segunda, predominante no final do século, a escola Realista/Naturalista. Não podemos identificar a era romântica como um simples período literário ou um movimento puramente historiográfico, mas como um movimento que abrange todo um tempo, uma sociedade, uma cultura. Por este motivo, a Historiografia Romântica, na qual, de alguma forma, situamos Michelet, é abordada em correlação com a literatura romântica.

As novas doutrinas sociais, que embasam o debate de idéias entre historiadores e escritores, desencadeiam-se no campo político/filosófico. Encontramos aí pensadores conhecidos como socialistas que se voltaram para os problemas da massa trabalhadora e visavam acabar com a desigualdade econômica.

Lamartine, Louis, Blanc, Quinet e Michelet, historiadores que viveram a Revolução de 1848, posicionavam-se em relação a fatos como: sufrágio censitário, leis

qualquer outro sentimento de pertença territorial, religiosa ou ideológica. Assim, por um lado, as lealdades e as identificações regionais e locais foram praticamente eliminadas em função da superior referência à nação e, por outro lado, as mesmas filiações ideológicas ou religiosas que se apresentam como universais pela própria essência, foram, na prática, subordinadas à filiação nacional e, conseqüentemente perderam a sua própria natureza. Outro enfoque empírico a se dizer, sobre uma definição positiva de Nação, consiste, de acordo com Albertini, em descobrir como a presença da entidade Nação se evidencia no comportamento observável dos indivíduos, isto é, na identificação de um “comportamento nacional”. Esta indagação permite estabelecer, em primeiro lugar, que o comportamento nacional é um comportamento de fidelidade com relação à entidade “França”. Em segundo lugar, é aqui que se encontra sua especificidade, em especial no caso de Michelet, este comportamento de fidelidade não se manifesta apenas como fidelidade política ao estado, mas implica a presença de outros valores, relacionados à valorização do indivíduo, do povo, do camponês, do operário, do homem em sociedade, isso para ele seria a pátria, seria o seu verdadeiro sentido de nação.

BOBBIO, *op. cit.* v. 2.

escolares reacionárias e inúmeros motins populares, que, por um pouco de pão, erguiam-se contra a monarquia. Em face disso, eles queriam a igualdade, a democracia, a justiça social, a abolição da escravidão, o direito ao trabalho.

2.2.2 Uma visão da historiografia contemporânea sobre os historiadores românticos

Vamos iniciar esta parte com uma exposição a respeito de como os historiadores contemporâneos abordam a historiografia romântica do século XIX e, em especial, de Michelet.

Hobsbawm (1979), afirma que a visão da revolução estava relacionada com o romantismo. Tratava-se de uma nova e elevada Revolução Francesa, em que a arte política, entre 1830 e 1848, tinha o seu lugar de destaque. Segundo ele, raramente se encontra um período em que mesmo os artistas menos ideológicos tinham sido mais partidários, uma vez que, a cada passo, mais eles apreciavam o serviço “à política” como seu dever primordial.

A literatura e o jornalismo se fundiram, sobretudo na França, Alemanha e Itália em outras épocas; Lamennais, Jules Michelet na França, Carlye ou Ruskin na Grã-Bretanha poderiam ter sido poetas ou romancistas com algumas opiniões acerca de assuntos públicos. Já nesta grandiosa época, foram protagonistas, profetas, filósofos ou historiadores levados por um ímpeto poético (HOBSBAWM, 1979, p. 292).

Na passagem acima, Hobsbawm está afirmando que esta fusão entre arte e política, que ele percebe ser uma característica de Michelet, estava relacionada com a revolução, com as ações do próprio movimento do qual Michelet havia sido fruto.

Este, sem dúvida, foi um momento de muitas tensões e despertou, em vários escritores, a vontade de realizar debates que não só transmitissem ao povo informações sobre os acontecimentos políticos, mas também que se tornassem um instrumento de conhecimento que o estimulasse às ações sociais e políticas.

Hobsbawm (1979) parte da interpretação de que a ansiedade que se convertia em obsessão dos românticos era a recuperação da unidade entre o homem e a natureza. Do ponto de vista deste autor, o mundo burguês era profunda e deliberadamente anti-natural.

Ele impiedosamente quebrou os fortes laços feudais que uniam o homem a seus superiores naturais, e não deixou nenhum outro vínculo entre os homens a não ser o puro e impessoal e o insensível pagamento em espécie. Ele afagou os mais divinos êxtases de fervor religioso, de entusiasmo nobre, de sentimentalismo filisteu, na congelada água do cálculo egoísta. Transformou o valor pessoal em valor de troca, e em lugar das inúmeras e inquebrantáveis liberdades, ergueu uma simples e inescrupulosa liberdade do comércio (HOBBSAWM, 1979, p. 286).

Para o autor, tais contestações estavam contidas não apenas no *Manifesto Comunista*, como também na voz de todos os românticos. Segundo ele, isto aconteceu porque apesar de se acreditar que um mundo assim podia dar riqueza e conforto aos homens, neste mesmo mundo de riquezas, na verdade, tinha-se cada vez mais um número infinito de famintos e miseráveis, cujas almas ainda estavam desnudadas e solitárias. Nesse processo, o autor afirma que três fontes abrandaram nos intelectuais a sede da harmonia perdida entre o homem e o mundo: a Idade Média, o Povo e a Revolução Francesa.

Eis como ele explica a atração dos românticos da reação pela Idade Média. Segundo ele, esses conservadores críticos da sociedade burguesa viam a ordem social estável dessa época como um paraíso perdido:

A primeira atraiu principalmente os românticos da reação. A estável ordem social da idade feudal, o lento produto orgânico das eras, colorido de heráldica, envolto pelos sombrios mistérios das florestas de contos de fada e coberto pelo dossel do inquestionável céu cristão era o evidente paraíso perdido dos oponentes conservadores da sociedade burguesa, cujo gosto pela devoção, a lealdade um mínimo de cultura entre os mais modestos a Revolução Francesa tinha simplesmente aguçado (HOBBSAWM, 1979, p. 286).

Para Hobsbawm (1979), entretanto, não foram apenas os românticos da reação²⁴ que se interessaram pela Idade Média. Para ele, o medievo foi um componente importante também nas discussões de outros historiadores românticos da Inglaterra e, em especial, da França, onde ele destaca Michelet.

Na França, foi muito mais importante, pois ali sua ênfase não era colocada sobre a hierarquia feudal e a ordem católica, mas sim sobre o povo, eternamente sofrido, turbulento e criativo: a nação francesa sempre reafirmando sua identidade e sua missão. Jules Michelet, poeta e historiador, foi o maior destes medievalistas democrático-revolucionários (HOBSBAWM, 1979, p. 287).

Segundo Gèrard²⁵ (1970), desde 1830, já se presumia a conjunção entre o Romantismo e a Revolução Francesa:

A visão romântica da história devia parar fascinada diante da revolução. Marcada pelo sinal do absoluto, esta passa a ser o pólo de atração da história universal e um microcosmo prefigurando o futuro. Isso explica o finalismo (revolução: revelação) presente em todos os historiadores da época (GÉRARD, 1970, p. 49).

A autora pontua que esta era uma época de intensa fermentação em que os historiadores românticos começavam se posicionar em relação à nação. Ela situa o ano de 1847 como um marco nos anais da historiografia revolucionária, informando-nos de que, justamente nesse período histórico, apareceram simultaneamente três obras que foram prodigiosas, típicas do espírito de 1848, que estavam, a seu ver, diretamente relacionadas com a Revolução. Além da *História da Revolução Francesa*, de Michelet, ela se refere explicitamente aos dois primeiros volumes da *Histoire de la Revolution*, de L. Blanc, e a *Historie des Girondins*, de Lamartine. Segundo a autora, desde 1838 os cursos de Michelet e Quinet entusiasmavam o auditório cosmopolita do Colégio de

²⁴ Os românticos da reação eram, por exemplo, Goethe, Byron, Coleridge, Wordsworth, Walter Scott, Victor Hugo. Na maioria das vezes, eles criticavam a industrialização e valorizavam as relações entre o artista e a natureza. Suas narrativas eram situadas na Idade Média, tinham interesse por épocas antes desprezadas e substituíam as normas clássicas por uma maior liberdade.

²⁵ GÉRARD, A. *A revolução francesa: mitos e interpretações*. São Paulo: Perspectiva, 1970.

França. A boa palavra já era levada diretamente às massas. “Como ecos sonoros, essas obras refletem temas do momento” (GÉRARD, 1970, p. 50).

Ainda de acordo com Gèrard, a Revolução, em 1848, era vista como uma arma engatilhada com o cérebro da humanidade; ou seja, tratava-se, para os românticos, independentemente de serem eles reacionários ou revolucionários, de conduzir o povo:

O conceito de povo, aliás, versão democrática do Terceiro-Estado permanece aberto, unificante, prudentemente reformista. Não se trata de excitar um quarto estado a uma luta de classes recusas por todos. Tanto o plebeu Michelet (*Le Peuple*, 1846) como o Patrício Lamartine buscam o povo para guiá-lo. Precisamos dirigir as massas [...] para que não se deixem levar por caminhos da subversão total e do materialismo (GÉRARD, 1970, p. 51).

Nesta passagem do texto, a autora menciona justamente a posição desses autores quanto à necessidade de se dar um direcionamento ao povo, ou seja, de conduzi-lo de forma a evitar que esses homens fossem subvertidos pelo materialismo, que se tornassem, em muitos momentos, compulsivos e individualistas e se esquecessem de que viviam em uma sociedade de diferentes classes.

Segundo Vovelle, Michelet julgava sua história verdadeira nos detalhes, mas, ao mesmo tempo, falsa no conjunto, porque a idéia que ele pessoalmente defendia era a da unidade do povo para reivindicar seus direitos. Ele critica igualmente a história parlamentar de Buchez e Roux, porque eles atribuíam às causas das sublevações populares excessivamente à miséria. “Ora Buchez era um dos poucos historiadores contemporâneos que tinham lido Buonarotti, discípulo de Babeuf, portanto, que conheciam a influência do primeiro comunismo” (VOVELLE, 1989, p. 473).

Ansiosos pela liberdade da nação, os historiadores românticos da linha de Michelet apresentavam para o povo a história da Revolução Francesa, como um suporte que oportunizasse uma ação coletiva dos franceses. Eles acreditavam que a liberdade, de fato, só aconteceria se todos fizessem parte da construção da nação francesa.

É pela liberdade ainda que no nosso tempo, desperto, reconduzido à sua verdadeira tradição, poderá por sua vez recomeçar sua obra. Ele não escreverá na lei:” *Sê meu irmão ou morre!*” Mas, por um cultivo hábil dos melhores sentimentos da alma humana, fará com que todos, sem dizê-lo, queiram ser irmãos de fato. O estado será o que deve ser: uma iniciação fraterna, uma educação, uma constante troca das luzes espontâneas de inspiração e fé que estão na multidão, e das luzes refletidas de ciência e de meditação que se encontram com os pensadores²⁶ (MICHELET, 1989, p. 19).

Segundo Nóvea (2004, p.20), na luta pela construção de novos ideais que encaminhassem a nação, em especial a liberdade de expressão, muitos autores demonstravam um crescente interesse pela idéia de revolução que tinha predominado nos anos anteriores a 1848. De fato, percebe-se uma linha de continuidade no tempo, pois, enquanto Descartes funda o método analítico da ciência moderna, os historiadores, como Augustin Thierry, François Guizot e Michelet, que escrevem com base no legado deixado pela Revolução Francesa, fundam o que poderíamos chamar de modelo da historiografia romântica francesa. Podemos dizer que, para eles, o papel de construção da sociedade francesa se faz a partir da ação coletiva da própria sociedade.

Michelet, em particular, destaca nos acontecimentos do passado e do presente esta ação coletiva do povo. Ele principia por afirmar que o povo deve ser o agente consciente da história, ele é que pode realizar o verdadeiro e principal destronamento do grande Deus e, com ele, da aristocracia religiosa, do primeiro estado, da monarquia, da nobreza e do segundo Estado. Para Michelet, o povo é o porta-voz, ele é que desempenhou o papel de constituir o Terceiro Estado.

²⁶ Michelet descreve na obra *O povo* que iniciação, educação, governo são três palavras sinônimas. Segundo ele, Rousseau entreviu alguma coisa disso, quando falava sobre as cidades da Antigüidade, da multidão de grandes homens dada pela pequena cidade de Atenas: “*Menos eram governos do que os mais fecundos sistemas de educação que jamais existiram*”. Infelizmente o século de Rousseau, invocando tão só a razão refletida, analisando pouco as faculdades de instintos, de inspiração, não podia ver bem a passagem de uma à outra, que constitui todo o ministério da educação, da iniciação, do governo. Os mestres da Revolução, os filósofos, homens de combate, muito argumentadores e sutis, tiveram todos os dons, menos a simplicidade profunda que, só ela, faz compreender a criança e o povo. Portanto, a revolução não pôde organizar a grande máquina revolucionária, quero dizer aquela que, melhor que as leis, deve fundar a fraternidade - *a educação*. Para Michelet, esta seria a obra do século XIX: **em meu pequeno livro *O Povo*, reclamei, tanto quanto estava em mim, o direito do instinto, da inspiração, contra a sua aristocracia irmã, a reflexão, a ciência racionadora que se crê a rainha do mundo**. Para saber mais:

MICHELET, J. *História da Revolução Francesa: da queda da Bastilha à Festa da Federação*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1989. p. 19, grifo do autor.

Os historiadores mencionados acima consideram a constituição do Terceiro Estado como fator fundamental da história da contemporaneidade e, conseqüentemente, do que hoje dizemos o presente como história, destacando, ainda, sua dimensão internacional.

No Collège de France, onde ministrava, desde 1845, um curso movimentado sobre a Revolução Francesa, Michelet estava ladeado por Adam Mickiewicz, em quem se encarnava a Polônia desmembrada, e por Quinet, que publicou em 1847 um livro sobre As revoluções da Itália. Nele, o autor procurava a alma da Itália e suas revoluções literárias e religiosas, anunciadoras de revoluções políticas. Em Michelet, o tema da ressurreição das nações irmãs coroa com um tom quarenta-e-oitista o magnífico relato da festa de federação “Ide dizer a todas as nações que hoje, no solene banquete da liberdade, não dividiríamos o pão sem tê-las chamado [...] (VOVELLE, 1989, p. 474).

De acordo com VOVILLE (1989), no Collège de France, Michelet era considerado, pelos estudantes, como um grande agente das classes sociais.

Jules Váles lembra: O curso de Michelet era nosso campo de batalha'. O curso foi suspenso em janeiro de 1848, retomado em março, e novamente eliminado em 1851; nele o historiador da revolução se colocava como preceptor da juventude republicana, e sonhava em fundar uma democracia sem terror nem violência, baseada na educação e na compreensão entre as classes sociais (VOVELLE, 1989, p. 474).

Aos olhos dos historiadores românticos, a Revolução era uma revelação, uma herança moral e religiosa que, cada qual, à sua maneira, assumia. Para Lamartine, “a Revolução Francesa, no fundo, era um espiritualismo sublime e apaixonado [...] Um evangelho dos direitos sociais. Um evangelho dos deveres, uma carta à humanidade” (VOVELLE, 1989, p. 475).

Quinet (1984) pensava a revolução com uma questão social, como uma etapa histórica do Cristianismo. Para o autor:

Batemos a porta da Igreja, para que aquele que é indignamente chamado de Deus do povo não se mantenha imóvel em sua cruz de madeira, [...] que não se deixe ultrapassar pelo Deus dos ricos e dos filósofos; e fazemos isso para que a antiga igualdade não seja atingida em sua raiz”. Tendo a Igreja traído o Evangelho, Quinet acreditava que cabia à Revolução dar-lhe corpo nas instituições [...] (QUINET, 1984, p. 9).

Michelet (1989), na obra *História da Revolução Francesa*, dispõe-se, com seu grande amigo, o protestante Quinet, a fazer uma interpretação religiosa da Revolução e declara que o que os separa é a espessura do Cristianismo, nada mais, nada menos. Michelet condena a antiga religião à morte e vislumbra na Revolução uma nova, uma futura religião dos homens livres: a justiça. “O que é a revolução?”, para ele é nada mais do que a reação da equidade, o advento da justiça eterna, o reino da justiça que substitui o reino da graça.

Diante das dificuldades e da pobreza do povo, esses historiadores expressam uma revolta moral contra a alta sociedade, especialmente contra os governantes da época. Michelet proclama sua simpatia pela “pobre humanidade” e se une a Lamartine²⁷ e a Quinet para condenar a baixeza dos argumentos materialistas, que pretendiam converter a “odiosa questão do pão” na alma da revolta popular.

Michelet e Quinet após, 1852 (em o Banquete) e Quinet em 1864 aspiram sempre a uma revolução moral e religiosa. Para exorcizar o fantasma da violência popular, Michelet imputa o terror aos jacobinos - um clero fanático - e ao sistema político de Rousseau. No qual denuncia uma nova forma de despotismo. Essa interpretação o opõe violentamente a Louis Blanc, mas, esses preços, salvam-se os ideais de 1789 para os republicanos do futuro (VOVELLE, 1989, p. 475).

Independentemente das discordâncias entre os historiadores românticos e de suas diferentes maneiras de escrever, existia uma unidade entre eles no que diz respeito ao romantismo, a um estilo voltado ao pensamento social, às questões históricas. Em muitos momentos esse estilo romântico era marcado pelo amor à pátria,

²⁷ Na História dos Girondinos (1848), Lamartine apresenta a revolução como uma grandiosa tragédia que merece reflexão. Poeta e moralista, Lamartine não é o homem de revolta social nem um homem de repressão. Em 1847, pouco depois de Lamartine, Michelet publica o primeiro tomo de sua *História da Revolução*; ele prosseguiu em sua redação até 1853.

pela defesa de seu crescimento. Preocupados em construir uma direção para a nação, eles tinham, de fato, a intenção de educar o povo.

Politicamente, o empreendimento pode ter sido considerado um fracasso. Eles viveram duramente a oposição entre a revolução com que sonhavam ao retrair o nascimento da Primeira República e a brutalidade dos embates sociais de 1848.

Mas seu idealismo contribui para alimentar o amor à liberdade e à república com a lembrança da grande Revolução: prova disso é o respeito com que se cercou Michelet em 1871. Eles transmitiam a herança das luzes: direitos do homem e sufrágio universal. Viram-na enfrentar uma nova situação: sociedade industrial, miséria e revolta do proletariado (VOVELLE, 1989, p. 475).

No prefácio de 1868, Michelet escreve o que acredita ser importante para o povo. Queria que todos refletissem sobre a história da Revolução Francesa: “Uma coisa é preciso dizer a todos e é muito fácil de demonstrar: a época humana e benevolente de nossa Revolução tem por ator o próprio povo, o povo, o povo inteiro, todo mundo” (MICHELET, 1989, p. 22) ²⁸.

O autor explica nesta obra que, independentemente da situação em que cada um vivia, era preciso conter o coração. Fossem quais fossem as tristezas, era preciso olhar firme e observar os fatos, conhecer e analisar a história. Isso seria o correto. Para Michelet (1989, p. 26):

A dureza do tempo rompeu muitas coisas, mas também foi proveitosa. Com o tempo compreendemos o que se discernia em 1848. Todas as grandes questões se apresentavam então conjuntamente, impacientes, sem levar em conta sua ordem lógica e natural. Exagerávamos as nuances que nos dividiam. Um grande progresso ocorreu sob este aspecto. Sem nos desdizer em nada nem mudar de linguagem, todos nós, filhos diversos da Revolução, concordamos nela, aproximamo-nos da unidade.

1- As coisas retomaram sua verdadeira perspectiva, e todos voltaram à tradição nacional. Não há nenhum de nós, hoje, que não veja na Liberdade a questão soberana. A questão econômica que lhe fez sombra é uma consequência, um aprofundamento essencial da Liberdade. Mas esta precede tudo, deve cobrir e proteger tudo.

2- A questão religiosa parecia secundária. Nossas advertências tocavam poucos. Em vão Bossuet, os De Maistre diziam alto e bom som, aos nossos, a

²⁸ *Id.*, 1989. p. 22.

profunda união das duas autoridades. Souberam-no um pouco tarde. Precisaram despertar vendo o convento perto da caserna, esses monumentos gêmeos que hoje coroam as elevações das grandes cidades, e proclamam a coalizão.

3- Nada de guerra. Sobre isso, somos unânimes. No trabalho imenso em que a França se comprometeu, ela tem outra coisa a dizer. Está encantada de ver uma Itália, uma Alemanha, e a saúde de coração. O ponto considerável é que, dos dois lados, os valentes desprezam a guerra, sabendo que não é uma questão de valentia, mas de pura mecânica entre Delvigne e Chassepot²⁹.

4- O que poderá parecer um pouco estranho no futuro é que nossas dissidências, em 1848, as mais ásperas talvez eram relativas ao passado, históricas, arqueológicas. Estes debates mesclavam-se à atualidade. Identificávamos-nos com estas lúgubres sombras. Um era Mirabeau, Verginiaud, Danton, um outro Robespierre. Reservamos hoje nossas simpatias, sem dúvida, para este ou aquele herói da Revolução. Mas os julgamos melhor. Vemo-los no conjunto de maneira nenhuma opostos, e dando-se as mãos. Se alguns de nós se afeeram a estes debates, em compensação uma grande França, nascida depois de 1848, um meio milhão de homens que lêem, pensam e são o futuro, olha tudo isso como algo curioso. Mas sem ter nenhuma aplicação, com circunstâncias tão diferentes.

Segundo Ribeiro (1993), por exemplo, na concepção de nação de Michelet e, mais do que isso, na sua concepção do povo, transparece esse posicionamento de que nação é um resultado da ação de pessoas vivas.

O gosto de Michelet pela história volta-o para as grandes sínteses. Não se contenta com os fatos e, por sinal, tem grande aversão pela história que hoje chamaríamos factual, *événementielle*, que se centra nos chamados grandes acontecimentos políticos. Em vez disso, confere dignidade científica a tudo que significa a vida de um povo (RIBEIRO, 1989, p. 9).

Com base nesta afirmação, podemos dizer que Michelet acredita na força do povo. Por este motivo, busca entender a história pela própria força que ele produz na sociedade. Mais do que aos fatos e grandes acontecimentos políticos, ele dá voz ao que acredita ser o verdadeiro condutor da história: o povo.

Entre 1847 e 1853, Michelet publica a *Histoire de la Révolution Française*, em cujos objetivos consta a idéia de recuperar a lição de energia dada pelos revolucionários de 1789. É o que aprendemos na análise que Hobsbawm, Gérard, Le

²⁹ Chassepot foi o inventor do fuzil de guerra com pente em 1866, e sua arma foi utilizada pelo exército francês até 1874. Henri Delvigne, por sua vez, inventou em 1826 o rifle que tomou seu nome, e que foi também utilizado pelo exército da França, especialmente na Argélia. Para saber mais: *Ibid.* p. 26.

Goff, Furet, Oliveira, entre outros. Segundo eles, Michelet queria retomar, no século XIX, os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade que os franceses tinham construído no século XVIII. Sua obra foi, portanto, um alerta aos homens que viviam no momento em que ele escrevia, quando movimentos revolucionários fervilhavam por toda a Europa em busca de uma república democrática e social. Os protestos que ele menciona nesse livro foram os que desencadearam as revoluções de 1848, cujos objetivos, conforme Godechot, eram as lutas pelo liberalismo e contra as limitações impostas pela monarquia absoluta³⁰. Do nosso ponto de vista, são os desdobramentos da Revolução Francesa, a exemplo da própria liberdade de ação que o povo vai adquirindo, que permitem que Michelet focalize o povo e, especialmente, a mulher como os agentes e os destinatários de uma nova educação.

É no primeiro momento da revolução, no momento em que proclama o direito do indivíduo, que a alma da França, longe de estreitar-se, estende-se, abraçando o mundo inteiro com simpatia, enquanto oferece a todos a paz, quer partilhar com todos o seu tesouro, a liberdade (MICHELET, 1989, p. 20).

É justamente esta liberdade que Michelet acredita ser essencial para o crescimento da nação:

Só a liberdade, fundada no último século, tornou possível a fraternidade. A filosofia encontrou o homem sem direito, isto é, nulo ainda comprometido com um sistema religioso e político cujo fundo era a arbitrariedade. Ela diz: “Criemos o homem, que ele exista por meio da liberdade” (MICHELET, 1989, p. 19).

Michelet escreveu *O Povo* em 1846 e *A Mulher* em 1859. Pontuar seu olhar histórico sobre essa época é importante para nós, especialmente porque, entre um e

³⁰ Absolutismo - regime em que o rei, encarnando o ideal nacional, possui, de direito e de fato, os atributos da soberania: poder de decretar leis, de prestar justiça, de arrecadar impostos, de manter um exercício permanente, de nomear funcionários (...)
MOUSINIER, R. *Os séculos XVI e XVII*. v. 1, t. 4. p. 105-108.

outro livro, muitas coisas aconteceram e seu esclarecimento nos auxilia a avançar nos objetivos deste trabalho.

Trata-se, em primeiro lugar, de avaliar a posição de Michelet entre os historiadores românticos, uma vez que é muito comum que alguns historiadores contemporâneos o identifiquem com essa historiografia. Por outro lado, outros historiadores, e o próprio Michelet, estabelecem um diferencial no interior desse pensamento. É fundamental, neste caso, demonstrar que, nesse diferencial, está implícita uma maneira particular de Michelet entender a história e a educação, especialmente a função do povo e da mulher na sociedade.

Em Michelet, Gérard (1970, p. 53) vê aflorar, sob muitos aspectos, a história da Revolução de 1848. Nos prefácios que escreveu de 1847 a 1868, ele estaria apregoando um posicionamento quase agressivo contra os “sistemas” existentes. “Parcial, de modo franco e vigoroso”, a posição de Michelet, do seu ponto de vista, assim se define:

- contra o fatalismo, sobretudo de Thiers. “A adoração do fato era em nós um legado de 1815”. As três gloriosas introduziram de novo na história a espontaneidade em todos os sentidos: “A liberdade apresentou reclamações contra a sociedade. É o momento de reclamar também da ciência”.
- contra o socialismo de Buchez-Roux e de L. Blanc: “Eles quiseram impor à Revolução de 89 o caráter socialista dos tempos posteriores”.
- contra a teoria da salvação pública que é abordada sem rodeios e da mesma maneira condenada por ele, em 1847 (prefácio III).
- contra o cristianismo que para ele encarna a anti-revolução: o reino da graça é exclusivo do reino da justiça, “o novo dogma, o dogma da vida”. Essa mística anti-cristã o situa na mais profunda oposição, a partir de 1845, a seu amigo Quinet (“A Revolução não adotou igreja alguma. Por quê? Porque ela mesma era uma igreja”), a L. Blanc (“Nós somos de duas religiões, ele é semicristão”) e a todos os outros “garatujeiros ecléticos de religião e revolução” encabeçados pelos buchezianos.
- contra a concepção “monárquica” ou “aristocrática”: “o ator principal é o povo”. “A Via real” para o historiador é seguir a tradição popular e interpretá-la (“o memorialista”, no dizer de Péguy), desenvolvendo simplesmente o “catecismo histórico do povo” — “Quem trouxe a revolução? Voltaire e Rousseau... Quem estragou a revolução? Marat e Robispiere” etc.
- contra esse credo, purificado pelo retorno às fontes, excluindo a religião robespierrista-difere sensivelmente do adotado pelos outros historiadores democratas. Michelet se entusiasmara sempre com a primeira revolução, “a época humana e condescendente”. O escrito da revolução é o da jovem liberdade (GÉRARD, 1970, p. 53).

Por fim, a autora afirma que ele se mantém em comunhão com os seus contemporâneos no plano do messianismo revolucionário.

Oliveira (1997) também escreve sobre Michelet e o destaca como um historiador que sempre esteve envolvido com as ações de seu tempo. Por isso, explica que, no período em que Michelet viveu, duas correntes teóricas³¹ e políticas do século XIX retomavam a historiografia produzida no período das perturbações de 89. Na França, destacava-se que os românticos tinham sido os primeiros a valorizar e recuperar esta época de turbulência como um período positivo para formação da nação.

Foi em torno da preocupação com a formação da Nação Francesa e da busca de uma identidade nacional que os historiadores dessa nova escola se uniram em busca do passado, mais precisamente para as origens do Terceiro estado. Na recuperação da história medieval, estava embutida a luta pela consolidação da nação fundada em 1789 (OLIVEIRA, 1997, p. 179).

Cita Thierry como um historiador que via a idéia de unidade na história das origens da França como algo novo, que não fazia parte das questões do século XVIII. Segundo Oliveira, o que separava as duas correntes históricas e conduzia as visões diferentes da Idade Média era a posição de cada uma na luta a favor do Terceiro Estado.

Na verdade, a diferença histórica que separava essas correntes historiográficas tão próximas e que as conduziu a visões distintas da Idade Média é o momento em que cada uma se colocou na luta em favor do terceiro estado. No século XVIII as questões estavam colocadas no plano da liberdade do indivíduo, daí a importância adquirida pelo direito romano, as questões apresentavam-se sobre a forma de questões filosóficas e da necessidade de um rompimento radical

³¹ Lefebvre divide a escola do século XIX em duas correntes. Uma filosófica representada por Guizot, que não considerava os fatos particulares da história. A outra caracterizava-se pela narração dos acontecimentos, seguindo inclusive a linha do romantismo. OLIVEIRA, T. OLIVEIRA, T. *Civilização e lutas políticas*: Guizot e a Idade Média. 1997. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 1997.

com o que pudesse estar identificado com o mundo feudal (OLIVEIRA, 1997 p. 179).

No século XIX, as questões giravam em torno da consolidação da ordem burguesa, no intuito de dar aos indivíduos a idéia de unidade, de governo único. Enfim, de constituir uma nação coesa com leis e direitos iguais para todos. Não se tratava mais de destruir a sociedade, mas de consolidar uma sociedade a partir das classes que a compunham.

Cabe agora nos dedicarmos ao fato de que Michelet se considera um historiador que se distingue dos demais românticos.

Segundo White (1992), na obra *Meta-História*, embora Michelet negasse ser um romântico, assumia e representava uma posição diferente *dentro* do movimento romântico, especialmente em razão de sua concepção do processo histórico. “Michelet pretendia descobrir um meio de elevar a apreensão romântica do mundo à condição de um enfoque científico” (WHITE, 1992, p. 160). Segundo ele, Michelet tinha uma sensibilidade poética, mas totalmente reflexiva, na qual se manifestava a sua autoconsciência.

2.2.3 Michelet e suas diferenças com os demais historiadores românticos

Michelet se considerava diferente dos historiadores românticos porque escrevia suas obras com realismo, porque se contrapunha ao pensamento de muitos deles, especialmente os da metade do século XIX, que, quase sempre, queriam diminuir no espírito do povo, a idéia de união popular que teria predominado com a deflagração da Revolução Francesa. Segundo ele, esses historiadores caracterizavam o povo francês

como uma classe totalmente limitada, frágil, cheia de conflitos. É justamente isso que ele condena, procurando em seu olhar demonstrar o outro lado do povo.

Os românticos acreditavam que a arte estava sobretudo no feio. Acharam que os efeitos artísticos mais infalíveis residiam no feio moral. O amor errante parecia-lhes mais poético que a família, o roubo mais que o trabalho, a prisão mais que a oficina. Se eles próprios tivessem descido, por seus sofrimentos pessoais, às profundas realidades da vida da época, veriam que a família, o trabalho, a vida mais humilde do povo possuem por si mesmos, uma poesia sagrada. Senti-la e mostrá-la não é tarefa do contra regra; não é preciso aí multiplicar os lances teatrais. Bastam olhos afeitos a essa luz, capazes de enxergar na obscuridade, no pequeno e no humilde; e o coração também ajuda a ver nesses recessos do lar e nessas sombras de Rembrandt. Quando nossos escritores atentaram para isso, foram admiráveis. Mas, em geral, desviaram os olhos para o fantástico, o violento, o bizarro, o excepcional. Não se designaram informar que pintavam a exceção. Os leitores, sobretudo os estrangeiros, acreditaram que eles pintavam a regra. E disseram: “Esse povo é assim”. E eu que sai dele. Mais que ninguém adquiriu o direito de dizer que o conheço, venho opor a todos a personalidade do povo. Não captei essa personalidade superficialmente, em seus aspectos pitorescos ou dramáticos; não a vi de fora, experimentei-a por dentro. E, graças a essa experiência, muita coisa, íntima do povo, que ele tem em si sem compreender, eu compreendi. E por quê? Porque eu podia segui-la em suas origens históricas, vê-la: para vê-la com exatidão, para traduzi-la fielmente, é preciso saber o que ela encobre: não há pintura sem anatomia (MICHELET, 1988, p. 8)

Assim, podemos afirmar que, de uma forma particular, Michelet evidencia em suas obras a necessidade de levar o povo em consideração nas propostas de transformação da sociedade no século XIX. Nos cursos ministrados no Colégio de França e que já mencionamos anteriormente, ele e Quinet ensinavam e incitavam seus alunos a se aproximar das massas.

Esses jovens, tal como os vejo diante de minha cátedra, apresentam melhores tendências, sempre acolheram generosamente toda palavra em favor do povo. Que façam mais, que lhe estendam a mão e formem logo com ele a aliança da regeneração comum (MICHELET, 1989, p. 12)³².

³² *Id.*, 1989, p. 12.

Percebe-se, assim, que a perspectiva com que Michelet olha a história é diferente daquela de muitos escritores, como Guizot³³, Thierry, Thierry, Villemain e Cousin. Mesmo que fizessem parte da Historiografia Romântica e tivessem, tanto para a Revolução Francesa, quanto para a Idade Média, uma atenção especial, cada um tinha uma particularidade na forma de analisar a história, que, de certa maneira, era coerente com a sua posição política.

Michelet se diferencia destes importantes historiadores porque atribui ao povo, mais do que à burguesia, um papel de grande relevo na constituição da nação francesa. Essa perspectiva diferente não diz respeito apenas à sua disposição em se aproximar das massas, mas sim a um posicionamento geral, teórico a respeito da sociedade.

Segundo Oliveira (1997), não se tratava mais de condenar esta ou aquela tendência, como ocorrera no período revolucionário; não se tratava mesmo de destruir as tradições, mas de criar interesses gerais que se contrapusessem à tendência ao individualismo burguês. Foi neste contexto que se colocou como questão a recuperação das tradições francesas. Era preciso dar aos homens e as instituições um sentido de unidade e de tradição. Foi isto que levou os franceses da restauração a se voltar para o passado, mais do que o passado voltarem-se para a história.

É dessa maneira que analisamos a “história” em Michelet. De nosso ponto de vista, ele busca encontrar em seu estudo da Idade Média a solução para os problemas sociais de sua época. Podemos dizer, de acordo com Oliveira (1997, p. 131), que os exemplos que ele destacava na época feudal eram, de fato, um instrumento de crítica às relações sociais vigentes no século XIX. É o que ele faz em *O Povo*, obra que analisaremos no último capítulo deste trabalho.

Michelet destaca sempre a forma de viver do povo. Ele aponta certos valores, como união, fraternidade e bondade, que, a seu ver, deveriam nortear a sua vida como historiador e, sobretudo, como um homem que queria transformar a nação. A união, a fraternidade e a bondade do povo francês durante a revolução são relacionadas a um

³³ O que diferencia Guizot, Thierry, Villemain, e Cousin de Michelet, são as questões políticas. Este grupo acreditava na sociedade burguesa e na monarquia constitucional como ideal de governos, Michelet acredita no povo como ideal de governo.

retorno à natureza humana³⁴, ou seja, um exemplo de como os homens poderiam ser semelhantes e esquecer as diferenças sociais que os fizeram sofrer durante tantos séculos.

Como um escritor que pretendia ser um porta-voz da consciência do povo, Michelet atribuía aos historiadores românticos um papel social importante; caberia a eles a orientação do povo sobre os acontecimentos que ocorriam na sociedade. Ele acreditava que isso seria o começo para a consciência coletiva, seria a base para a educação do povo.

Assim, do nosso ponto de vista, Michelet procura assumir uma posição de formador de pensamento. Ele se preocupava em fazer do “povo” um poderoso agente político, ou seja, apresentá-lo como a voz da nação; esta seria a maior revolução. Para isso, considerava necessário mostrar do povo uma imagem diferente da que alguns romancistas³⁵ ofereciam.

Examinai bem essas turbas espirituosas e corrompidas de nossas grandes cidades, que tanto ocupam o observador, escuta seu linguajar, seus gracejos não raro felizes, e descobrireis uma coisa que ninguém ainda notou, isto é, que essas pessoas, às vezes analfabetas, não deixam de ser, à sua maneira, espíritos bastante cultivados. As pessoas que vivem juntas, tocando-se sempre, desenvolvem-se necessariamente ao simples contato, como que pelo efeito do calor natural. Elas se propiciam uma educação natural, má, se quiser, mas educação (MICHELET, 1989, p. 117) ³⁶.

³⁴ Michelet ao fazer um retorno à natureza humana, aproxima-se do pensamento de **Rousseau**, considerado um filósofo da natureza, da liberdade e igualdade. Sua proposta tem interesse tanto pedagógico quanto político e, nesse sentido, propunha tanto uma "pedagogia da política" quanto uma "política da pedagogia". Um dos instrumentos essenciais de sua pedagogia é o da educação natural: voltar a unir natureza e humanidade. A família, vista como um reflexo do Estado é outro dos elementos centrais de sua pedagogia. Rousseau vê a infância como um momento em que se vê, pensa e sente o mundo de um modo próprio. Para ele, a ação do educador, neste momento, deve ser uma ação natural, que leve em consideração as peculiaridades da infância, a “ingenuidade e a inconsciência” que marcam a falta da ‘razão adulta’.

NARODWSKI, M. *Infância y poder: la conformación dela pedagogia moderna*. Buenos Aires: Aique, 1994. p. 33.

³⁵ Michelet opunha-se aos escritores que pintavam a vida como algo cruel e desprezível e procurava alertar a nação sobre esses falsos relatos, procurava, principalmente, conduzir a leitura para a ação, para educar e formar os cidadãos de uma república.

³⁶ MICHELET, *op. cit.* p. 117.

Para Le Goff (1980), Michelet teve um grande desígnio: justamente o de desenvolver no público um instinto da história que fosse infalível, como o instinto dos animais³⁷. Uma das formas de desenvolver no homem esse instinto da história seria por meio do documento. Só assim o homem poderia compreender a sua história e desenvolver um senso crítico sobre a sociedade vigente. Eis como ele descreve este apego de Michelet pela história, pelo documento:

Michelet foi um arquivista consciencioso, apaixonado pelo seu trabalho. Os que lhe sucederam sabem-no hoje e podem prová-lo, mostrando os vestígios do seu labor. Ele enriqueceu a história de França, e singularmente a sua Idade Média com notas e peças justificativas que evidenciam o seu apego à erudição e a poesia. Mérimée, primeiro-inspetor geral dos monumentos históricos, é disso um outro exemplo, se bem que tenha separado de sua obra sua profissão. A época de Michelet é a época da sociedade céltica que se tornou sociedade Nacional dos antiquários de França, da Escola Nacional dos Cartógrafos, do Inventário Monumental da França, abordando então e renascendo hoje da arquitectura erudita de Viollet-le. Mas para Michelet, a erudição não passa de uma fase inicial e preparatória. A história começa depois, com a escrita (LE GOFF, 1980, p. 20).

Le Goff viu em Michelet um homem dedicado à história, que tinha como base fontes documentais. Segundo o autor, era nelas que ele sustentava sua escrita, ou seja, que construía suas obras.

Além desse interesse pelos arquivos documentais, Le Goff pontua também o fascínio pela Idade Média e destaca seu procedimento histórico em relação a esse período. Em seu artigo, “As idades médias de Michelet”, ele afirma que a concepção de Idade Média desse historiador romântico variava segundo as relações que ele tinha com a história contemporânea.

³⁷ Segundo Le Goff, esse instinto estaria relacionado à busca, à persistência, à força e ao desejo de educar o povo para transformar a pátria. LE GOFF, J. *Para um novo conceito da Idade Média*. Lisboa: Editorial Estampa, 1980.

Esta relação processa-se em redor de dois pólos essenciais na evolução de Michelet: 1830 e 1871, que enquadram a vida adulta do historiador, nascido em 1798 e falecido em 1874. Entre a alvorada de julho e o crepúsculo da derrota da França perante a Prússia, a luta contra o clericalismo, as decepções da revolução abortada de 1848, o desgosto ante o negociismo do segundo Império, as desilusões nascidas do materialismo e das injustiças da sociedade industrial nascente, faz vacilar a imagem que Michelet teve da Idade Média (LE GOFF, 1980, p. 22).

Segundo Le Goff, Michelet procurava identificar a ação do povo em cada um destes momentos. Por este motivo, muitas vezes, sua forma de ver a Idade Média se alterava e isso se refletia na forma como a descrevia. Ele vivia a história do povo, se não concordava, contestava, e se concordava, a explicitava. Foi assim que procedeu na obra *O Povo*, como elucida Wilson:

Vez por outra, Michelet interrompe a narrativa para apresentar uma descrição da vida geral na época: os hábitos e costumes, a atmosfera moral; nesses trechos o autor exhibe sua genial capacidade de se identificar com cada período que aborda. Esta é uma das principais diferenças entre o método de Michelet e o do historiador comum. Este sabe o que vai acontecer no decorrer de sua narrativa histórica, porque já tem na cabeça o conhecimento dos fatos reais que ocorreram; Michelet, porém consegue levar-nos a períodos anteriores, de modo que sentimos as mesmas incertezas dos personagens do passado, acreditamos em sua fé heróica, ficamos desanimados quando lhes ocorrem catástrofes inesperadas, sentimos ainda que já conheçamos os fatos que estão para acontecer, que não sabemos direito o que o futuro reserva. Michelet tem uma sensibilidade de poeta para cada mudança e ritmo, movimento ou escala; e desenvolve uma técnica infinitamente variada para registrar fases diferentes (WILSON, 1986, p. 26).

Nesta análise, o autor procura mostrar que Michelet consegue exprimir a ação do homem, que descreve os fatos relacionados com a própria realidade do povo. Ao retratar os hábitos e os costumes, Michelet, entre outras questões, consegue identificar a verdadeira alma do povo.

Segundo Oliveira (1997), os românticos voltavam-se para o período medievo com o intuito de buscar a origem do terceiro Estado e, portanto, as origens do povo. No caso de Michelet, esse interesse e a forma como o realiza demonstram que ele era um

historiador romântico comprometido com as questões de sua época. Era um homem de várias faces, um homem que conseguia articular suas reflexões acerca da história: a seu ver, o passado era para ele a luz de seu presente.

Se em Thiers encontramos um herdeiro dos iluministas, um crítico das relações feudais, em Michelet nos deparamos com uma análise que, a nosso ver, estava buscando na recuperação da Idade Média a solução para os problemas sociais de sua época. Assim, para Michelet, o estudo da época feudal seria um instrumento de crítica às relações sociais vigentes. Michelet não pode, portanto, ser confundido com os autores que, identificados com os interesses que foram destruídos com a revolução francesa, desejavam a volta das antigas condições, dos antigos privilégios. Ainda que se volte para o passado, [...] seu voltar-se para esta época decorre de que, em sua opinião, as novas condições sociais que haviam se estabelecido com a destruição da antiga sociedade não trouxeram a felicidade para os homens (OLIVEIRA, 1997, p. 131).

A autora, ao explicar a maneira como Michelet olhava para a história, mostra-nos o quanto este autor foi significativo para a construção de uma nova maneira de conceber o povo e sua ação na sociedade. Esta ação, a seu ver, estaria relacionada com as próprias lutas no período medieval, quando os homens buscavam vencer as dificuldades advindas da transição entre o sistema feudal e o sistema burguês. Para ela, Michelet preocupava-se em apresentar os problemas do seu tempo mostrando aos dirigentes, e, ao próprio povo, que a infelicidade estava justamente na exclusão deste povo, enquanto pátria, enquanto um agente, enquanto um ser que tem força e ação na pátria. Mais do que isso, Michelet via no povo a força para as grandes transformações sociais.

Podemos reforçar a questão que Oliveira (1997) coloca, destacando a posição de Michelet na obra *O povo*:

Egoísmo tolo! Para onde olha a classe amedrontada dos ricos burgueses? Com quem se alia, se associa? Justamente com o que de mais inconstante existe, as forças políticas que vão e vêm neste país, os capitalistas que no dia das revoluções, pegarão suas bolsas e cruzarão o canal (...) Proprietários, sabeis que não se moverá, não mais que a própria terra?(...) O povo. Apoiai-vos nele (MICHELET, 1989, a, p. 100)

Segundo Godechot (1971), Michelet, ao escrever a *História da Revolução Francesa*, descreve o ambiente político da França, afirmando que este era motivado pelos legitimistas³⁸, pelos grupos que procuravam criar condições para a volta de Carlos X ao poder, diferentemente da opinião de outros grupos, como por exemplo, os bonapartistas. Já a pequena burguesia e os operários, insatisfeitos pela situação que emergia no Estado, isolavam-se da vida política do país, dando início, por esse motivo, a uma série de protestos, violentamente reprimidos pelo Exército.

Graves incidentes e choques com o Exército teriam incendiado a revolução fomentada pela burguesia e pelo operariado. Como demonstra Godechot (1971), entre os anos de 1845 e 1847, a situação da França era caótica: de um lado, a carência de alimentos decorrente de colheitas mal sucedidas e das pragas que tinham destruído as plantações; de outro, a crise da indústria, principalmente a de tecidos, que ocasionou o rebaixamento dos salários e a falência de um grande número de fábricas; finalmente, a guerra da França contra a Argélia para manter a posse da colônia, o que consumiu grande parte do tesouro francês.

É com esta concepção de história e neste contexto que Michelet irá pensar a questão educacional. Para ele, todo processo de aprendizagem, de educação, fornece bases para preparar o indivíduo para viver em sociedade.

Michelet acreditava que todo indivíduo precisava conhecer e apropriar-se dos conhecimentos existentes no meio social para viver na comunidade. Por este motivo, reforçava que os jovens deveriam ser educados com base nas relações sociais. “A nós então os jovens e os fortes. Vinde, trabalhadores. Nós vós abriremos os braços. Trazei-nos um calor novo; que o mundo, a vida e a ciência recomecem um vez mais” (MICHELET, 1989, p. 101).

Entendendo que cada historiador tem uma forma peculiar de analisar a história e que esta análise sempre estará coerente com as mudanças da sua posição política, procuramos estabelecer um nexo entre suas posições intelectuais e o momento em que viveu. Aos poucos, ele vai pontuando em suas obras que a maneira como a educação

³⁸ Os legitimistas tinham o objetivo de estabelecerem relações para conseguirem a volta de Carlos X, enquanto os bonapartistas a tinham como intuito provocarem a revolta das guarnições militares em favor de Luís Napoleão.

de homens e mulheres se realiza depende da sociedade e do momento histórico em que eles vivem, o que implica comportamentos e culturas diferentes.

Um primeiro ponto a ser considerado é seu entusiasmo pela ação do povo. Michelet tentou concretizar, por meio de suas obras³⁹, as aspirações políticas e sociais de 1789. Em *O Povo* buscou fazer valer essa voz como sendo a sua própria voz:

Em todo o momento da fraqueza em que parecemos nos esquecer, é ali que devemos buscar a nós mesmos, nos refazer. Ali se guarda sempre pra nós o profundo mistério da vida, o inextinguível clarão. A Revolução está em nós, em nossa alma; fora, ela não tem monumento. (MICHELET, 1989, p. 15).

Na interpretação de Michelet, a Revolução de 1789 deu à França uma legenda comum⁴⁰, com base na quais as massas poderiam se identificar e que serviria de restauração da igualdade frente às grandes divisões sociais, tornando-se assim, o passo inicial no processo histórico relacionado à liberdade do homem.

A Revolução de 1789, com sua força interna, resultou na queda do absolutismo monárquico e constituiu, para Michelet, uma das mais nobres épocas da história da humanidade. Ele estava convencido de que os ideais democráticos de liberdade e justiça social só poderiam ser alcançados por meio da Revolução, entendida não exclusivamente como os eventos de 1789, mas como a instauração do movimento democrático. A Revolução Francesa teria sido o passo decisivo nesse caminhar. “A revolução está em nós, em nossa alma; fora ela não tem monumento. Vivo o espírito da França, onde eu te aprenderia senão em mim?” (MICHELET, 1989, p. 15).

Para Michelet, ela teria sido uma alavanca para que os historiadores comesçassem a abordar em suas obras os acontecimentos políticos, sociais, culturais e educacionais que transformavam toda a sociedade.

Entretanto, referindo-se ao seu tempo, o autor não abandona a consciência de que era preciso interpretar o passado. Como ele acreditava que o presente devia

³⁹ Vale ressaltar que no presente momento esta discussão tem um caráter introdutório, pois no próximo capítulo analisaremos as duas obras já mencionadas: *O Povo* e *a Mulher*.

⁴⁰ Michelet entende por legenda comum os direitos igualitários sobre as leis, segundo os quais o povo poderia fazer valer a sua voz. Esta seria para ele a liberdade de expressão da nação.

sempre estar baseado no entendimento da história, abordava suas origens, seus processos.

De minha parte espero que minha ciência, meu querido estudo, a história, se revitaliza com essa vida popular e se torne, graças a esses recém chegados, a coisa grande e salutar que eu havia sonhado. Do povo sairá a história do povo. E o povo não a amará mais do que eu, por certo. Nela tenho todo o meu passado, minha pátria verdadeira, meu lar e meu coração (MICHELET, 1988, p. 101).

Descreve, assim, na obra *O Povo*, a articulação que acreditava ser necessária entre o conhecimento, especialmente sobre a origem da nação francesa e a história, com o viver do povo. Ele relacionava essa articulação com a sua própria história. Segundo Michelet, por meio dessa união entre esses dois segmentos sociais e conhecimentos, seria possível construir uma nação unida e igualitária.

Essa forma de compreender a história é mencionada em *Ecos da Marsehesa*, de Hobsbawm (1996). Segundo ele, quaisquer que fossem as teorias sobre a revolução, elas baseavam-se em razões políticas e ideológicas: “[...] podemos assumir que as pessoas no século XIX – pelo menos as pessoas letradas – consideravam a Revolução Francesa, sumamente, importante, um acontecimento, ou uma série deles, de tamanho, escala e impacto sem precedentes” (HOBSBAWM, 1996, p. 20).

Vovelle (1986) soma-se a ele, interpretando a Revolução Francesa como a data de nascimento da nova visão de mundo baseada na igualdade, que separaria o Antigo Regime da nova sociedade. A desigualdade entre os homens corresponderia à Monarquia absoluta enquanto a igualdade corresponderia aos direitos do homem e à soberania popular.

Assim, essa nova forma de Michelet compreender a história decorre do fato de que da Revolução não emergiu apenas uma forma nova de pensar os problemas sociais, mas também novos problemas que os historiadores do século XIX precisavam resolver.

Segundo Hobsbawm (1996), na obra *Era das Revoluções*, o processo de consolidação da Revolução Francesa perante os estados europeus foi desencadeado

pelo golpe de Estado de 18 de Brumário do ano VIII (9 de novembro de 1799). Apoiado pela força militar, Napoleão Bonaparte iniciava um regime autoritário observável nas guerras que levariam os exércitos da França a enfrentar as forças coligadas da Inglaterra, da Áustria e de Nápoles.

Observa-se que, durante esse governo, as vitórias e as derrotas, a guerra e a paz contribuíram para transformar o panorama político europeu, favorecendo a emergência de novos estados nacionais, inspirados, de um lado, nas idéias revolucionárias e, de outro, nas tradições culturais e populares. Despertaram-se, assim, nacionalidades que haviam recém-descoberto a sua consciência nacional e ambicionavam um lugar de destaque no cenário mundial.

As conturbações de 1820-1821, 1830 e 1848, conforme Hobsbawm teriam atingido os grandes impérios e ameaçado a sua integridade. Restaurar a Europa, após os eventos de 1789 a 1815, ficava difícil, já que nesse período a volta da monarquia e do princípio dinástico atraía as forças de oposição ao aprofundamento da Revolução.

Gérard (1970) pontua que, neste contexto, a partir de 1840, todos que tomavam conhecimento da “França, isto é do povo”, encontravam nela o sentido profundo da Revolução.

Assim, é importante pensar o porquê de Michelet defender a necessidade de se retomar o passado da história da França. Segundo Oliveira⁴¹, ele considerava fundamental buscar na história a compreensão das transformações sociais. Isto pode ser evidenciado em mais uma de suas obras: *Imagens da França*.

Quanto mais nos aprofundamos nos tempos antigos, mais nos afastamos desta pura e nobre generalização do espírito moderno. As épocas bárbaras não apresentam quase nada de local, de particular, de material. O homem se prende ainda ao solo, ele está engajado neste, parece fazer parte deste. A história não olha a terra, e a própria raça, tão poderosamente influenciada pela terra. Pouco a pouco a força própria que está no homem o desprenderá,

⁴¹ Desde o século XVI encontramos obras que abordaram a origem da França no momento das primeiras migrações nômades. Oliveira elucida que “os movimentos de reivindicação da nobreza, por exemplo, baseavam-se nas conquistas dos francos para justificar seus privilégios e sua condição de classe dominante em suas disputas com a realeza”. Também na primeira metade do século XVIII, podemos encontrar obras que se voltaram ao mundo medieval, às leis feudais, para explicar a origem da França. “Como exemplo, temos as obras de Conde de Boulainvilliers, do abade Dubos, de Montesquieu e de Mably”. Veja mais:

OLIVEIRA, *op. cit.* p. 139.

desenraizará dessa terra. Ele sairá dela, Repudia-la-á, esmagá-la-á; ser lhe-á então necessária, no lugar de sua aldeia natal, de sua cidade, de sua província, uma grande pátria, pela qual ele próprio conta nos destinos do mundo. A idéia desta pátria, a idéia abstrata que pouco deve aos sensitivos, levá-los-á por um novo esforço idéia de uma pátria universal, da cidade da Providência (MICHELET, 2000, p. 127).

Michelet acredita que a idéia de pátria universal que o homem tanto busca, só poderá ser constituída pela união, pela educação, este seria o sentido de unidade da nação.

Como já afirmamos, Michelet menciona algumas diferenças entre sua forma de pensar a história e a dos demais historiadores românticos, explicitamente ele defende sua maneira particular de entender a história, a educação e, especialmente a função do povo e da mulher na sociedade. Antes de passarmos ao segundo capítulo, no qual iremos aprofundar os aspectos educativos encontrados nas obras de Michelet, em especial os que ele destaca na história do século XIV como subsídio para desenvolver suas reflexões sobre os encaminhamentos educacionais a serem adotados em relação ao povo de seu tempo, vamos nos dedicar a esta relação entre sua concepção de história e de educação.

Michelet foi um autor, antes de tudo, político. Seu objetivo como historiador era mover os franceses contra as injustiças sociais. Os artistas, médicos, padres, intelectuais e, em especial, os escritores deviam, segundo ele, voltarem-se para o povo para observar e valorizar seus costumes e maneiras de se vestir, de se alimentar, de cortejar, de sonhar o mundo e, ao mesmo tempo, orientá-los em relação à nova sociedade. Todavia, ele acreditava que isso só seria possível se a ação política estivesse relacionada com a educação do povo, com um novo olhar para a sociedade.

Quanto tempo durará a educação? Tanto quanto a vida. Qual é a primeira parte da política? A educação. E a segunda? A educação. E a terceira? A educação. — Envelheci muito na história para acreditar nas leis não preparadas, quando de longa data os homens não tiveram aprendido a amar, a querer a lei. Peço-vos: menos leis, mas que pela educação se fortaleça o principio das leis; tornai-as aplicáveis e possíveis. Fazei homens, e tudo irá bem (MICHELET, 1988, p. 229).

Podemos dizer, assim, que é na formação do homem, na educação do povo que Michelet busca forças para propor mudanças à sociedade. Por esse motivo, afirma que a educação deve sustentar as leis, deve ser o alicerce da humanidade. A seu ver, sem educação, não existe progresso. Ele não só acreditava na virtude da palavra escrita, mas na cultura do povo, na história que ele próprio produzia.

Grande missão da ciência, e quase divina! Ela jamais bastaria para isso se fosse apenas ciência, livros, penas e papel. Não se adivinha uma tal história senão refazê-la com o espírito e a vontade, ao revivê-la de modo que não seja uma história, mas uma vida, uma ação (MICHELET, 1988, p. 289).

O homem que toma consciência disto transforma a sua palavra em mediadora, e isto é educação. É a história que coloca a mediação, é ela que leva o escritor, o romancista, a se interrogar em sua própria densidade. Assim, ele demonstra o quanto é importante valorizar a ciência e a ação do homem e do povo, como sujeito, na proposta de construção da nação.

Então fechei os livros e voltei ao seio do povo tanto quanto me era possível; o escritor solitário mergulhou de novo na multidão, ouviu-lhes os rumores, observou-lhes as vozes. O Povo era o mesmo, as mudanças são exteriores; a memória não me enganava. Passei então a consultar os homens, a ouvi-los falar da própria sorte, a recolher de sua boca o que nem sempre se encontra em escritores mais brilhantes, as palavras do bom senso (MICHELET, 1988, p. 3).

O entendimento da história é, para ele, a base da ação coletiva. Por esse motivo, ele adiou a redação da obra *Historie de France* para escrever *O Povo*, cujo intuito era levar à nação francesa a consciência de uma mudança coletiva, em favor da igualdade social, da liberdade humana.

Quando escreve como deve ser a formação da criança, comprometido com a possível utilização de sua obra como um elemento de educação popular, Michelet aponta a necessidade de se romper a desigualdade entre os homens.

Se é preciso que a desigualdade persista entre os homens, que ao menos a infância possa seguir por um momento seu instinto; e viver na igualdade! Que esses rebentos de Deus, inocentes destituídos de inveja, nos conservem, na escola, o comovente ideal da sociedade! Seria uma escola para nós também; iríamos aprender com eles a vaidade das posições sociais, a tolice das pretensões rivais, bem como tudo o que existe de vida verdadeira, de felicidade, sem primeiros e últimos (MICHELET, 1988, p. 225).

Como remédio ao individualismo de sua época, Michelet escreve que a educação pela pátria poderia começar na formação da criança, pois é nela que ele vê a solução desta doença, é nela que ele enxerga a pureza da alma, pronta para aprender e, ao mesmo tempo, um reflexo, um modelo de igualdade, ou seja, de como deveria ser a sociedade.

A criança é o interprete do povo. Que estou dizendo? É o próprio povo, em sua verdade inata, antes de deformar-se (...) A criança não apenas interpreta o povo, mas justifica-o e o inocenta em muita coisa: a palavra que considerais rude e grosseira na boca de um homem rústico soa a vossos ouvidos ingênua. (o que ela realmente é) na boca de vosso filho; e assim aprendeis a vos defender. A criança estando com o povo na feliz ignorância da linguagem convencional, das formulas e frases feitas que dispensam invenção, mostra com o seu exemplo como o povo é forçado a buscar sua linguagem e a incessantemente encontrá-la, e freqüentemente ele o consegue com uma feliz energia (MICHELET, 1988, p. 134)

Michelet vê na criança um exemplo a ser seguido no processo de educação. Consegue enxergar nela a verdadeira alma do povo. A pureza da criança deveria, a seu ver, ser o modelo de ações verdadeiras para o crescimento da pátria.

Consideramos que Michelet vê na pureza da criança um exemplo a ser seguido pelo homem; é aí que, a seu ver, ele deveria se inspirar e se fortalecer enquanto povo. Para ele, o espírito da criança deveria ser o espírito do povo; mais do que isso, a pátria

deveria olhar para o povo simples e retirar dele, das suas condições de vida, exemplos para nortear e educar a própria nação.

Aquele que deseja conhecer os dons mais elevados do instinto do povo deve dar pouca atenção aos espíritos mistos, bastardos, semicultivados, que participam das qualidades e dos defeitos das classes burguesas. O que deve procurar e estudar são especialmente os simples. Os simples são, em geral, aqueles que dividem pouco o pensamento, que, não sendo dotados dos mecanismos de análise e abstração, vêem as coisas de forma una, inteira, concreta, tal como a vida lhes apresenta. Os simples formam um grande povo (MICHELET, 1988, p. 132)

Segundo ele, a sociedade deveria unir as forças, deveria educar o povo para viver coletivamente.

O homem individual é materialista, ele se liga de preferência ao interesse local e privado; a sociedade humana é espiritualista, ela tende a se libertar sem cessar das misérias da existência local, a atingir a alta e abstrata unidade da pátria (MICHELET, 2000, p. 127).

Michelet apregoava uma educação que possibilitasse a união das classes e conduzisse à mudança social, por meio de um amor comum à França; este amor segundo o autor, poderia ser comparado ao amor plantado na criança.

A educação, como toda obra de arte, exige antes de tudo um esboço simples e forte. Nada de sutileza, nada de minúcia, nada que dificulte que provoque objeção. Na criança, para que se produza uma impressão grande, salutar, duradora é preciso fundar o homem, criar a vida do coração (MICHELET, 1988, p. 222)

Ele acreditava que a formação da criança devia ser algo natural, porém devia ter vida, ação, reflexão, devia oferecer uma base de formação para toda a vida. Do seu ponto de vista, seria dessa maneira que se fortaleceria a intervenção do homem na sociedade.

Com base nesta premissa, podemos destacar questões educativas nas obras de Michelet. Um exemplo é sua idéia de que a educação fornece bases para preparar o indivíduo para viver em sociedade.

[...] seria excelente que todos os filhos de um mesmo povo, assim reunidos ao menos por algum tempo, se vissem e se conhecessem antes dos vícios da pobreza e da riqueza, antes do egoísmo e da inveja. A criança receberia aí uma impressão indelével da pátria, encontrando-a na escola não somente como estudo e ensino, mas como pátria viva, uma pátria criança, semelhante a ela, uma cidade melhor antes da cidade, cidade de igualdade onde todos se assentariam no mesmo banquete espiritual (MICHELET, 1988, p. 226).

Michelet acreditava que os homens deveriam olhar uns para os outros. Assim, tanto os governantes como o povo poderiam perceber que, independentemente da posição na sociedade, todos possuem papéis sociais importantes a desempenhar. Cada um, a seu modo, constituía um exemplo educativo.

Segundo Brandão, “[...] a educação participa do processo de crenças e idéias, de qualificações e especialidades que envolvem as trocas de símbolos, bens e poderes que em conjunto, constroem tipos de sociedade” (BRANDÃO, 1981, p. 11).

Quanto à construção da sociedade, Michelet tinha como premissa a idéia de que a ação do povo dimensionava a sociedade, e isto incluía o ideal comum de pátria, de uma construção social coletiva que fosse também partilhada por todos.

Minha luz antes de tudo, que nunca me enganará, a França. O sentimento Francês, o devotamento do cidadão à pátria é minha medida para julgar esses homens e essas classes; medida moral; mas também natural, em toda coisa viva, a parte vale sobretudo por sua relação com o todo (MICHELET, 1988, p. 103)

A relação que Michelet faz com o todo é justamente o povo. Para ele é o povo que vai falar por seu intermédio, vai exprimir-se por sua história. Michelet apenas vai escutá-lo.

Uma outra coisa que essa história colocará em grande evidencia e que é verdadeira para todo partido, é que o povo teve geralmente muito mais valores que os seus líderes. Quanto mais cavei, mais descobri que o melhor estava debaixo, nas profundezas obscuras. Vi também que esses oradores brilhantes, poderosos, que exprimiram o pensamento das massas, passam injustamente por ser os únicos atores. Eles receberam bem mais o impulso do que o deram. O autor principal é o povo (MICHELET, 1989, p. 22)

Michelet, neste contexto, acreditava que a França também apresentava as suas peculiaridades quanto à educação do povo: de homens, mulheres, jovens. No que diz respeito à educação da mulher francesa do século XIX, ele destacava o papel importante que ela teria na educação dos filhos, em especial, na formação da filha. No olhar de Michelet, a mulher seria a base da humanidade.

Educar uma filha é educar a própria sociedade. A sociedade procede da família, cuja harmonia é a mulher. Educar uma filha é uma obra sublime e desinteressada. Pois tu só as crias, ó mãe, para que ela possa deixar-te e fazer-te sangrar o coração. Ela esta destinada a outro. Viverá para os outros, não para ti e não para ela. É esse carácter relativo que a põe acima do homem e faz dela uma religião. Ela é a chama de amor e a chama do lar. É o berço do futuro, é a escola, outro berço. Em uma palavra: Ela é o altar (MICHELET, 1995, p. 84)

Michelet encontra na mulher outro aspecto relevante a ser pontuado na análise: sua ação na política. “Ora, as mulheres não ficaram alheias à batalha política; muitas delas haviam participado dos acontecimentos de 1848 e o amor ia precisamente ao encontro de suas aspirações⁴²” (MICHELET, 1995). Segundo a autora da introdução da obra *O Povo*, Thérèse Moreaus, elas reivindicavam direitos políticos e sociais, não um marido idólatra que as encerrasse de novo no gineceu.

Fica evidente, no decorrer das leituras de e sobre Michelet, que sua preocupação com a mulher é muito abrangente. Não se restringe ao fato de que ela é responsável pela família enquanto educadora dos filhos, mas leva em consideração que a mulher é formadora de opinião, é a base e a mantenedora da sociedade.

Michelle Perrot dedica algumas páginas de seu livro *Os excluídos da História* a esta questão do poder de persuasão e de influência que se encontrava nas mãos das

⁴² MICHELET, J. 1995. XXV. Prefácio de Thérèse Moreau.

mulheres do século XIX. Ela explicita o quanto a visão feminina, por mais secundária que seja, acaba transparecendo e tomando força. Perrot utiliza-se do termo “potência civilizadora” para designar a mulher, o que parece absorver claramente a idéia de Michelet a esse respeito, mas, na citação que ela faz de Théodore Zeldin, encontramos uma explicitação do que significava a força e o poder das mulheres francesas desse século.

Embora juridicamente as mulheres⁴³ ocupem uma posição em muito inferior aos homens, elas constituem na prática o sexo superior. Elas são o poder que se oculta por detrás do trono e, tanto na família como nas relações de negócios, gozam incontestavelmente de uma consideração maior que as inglesas. (ROUDINESCO, 1997, p. 168).

Para a autora, as mulheres francesas são diferentes das mulheres inglesas. Segundo ela, essa diferença caracteriza-se pelo poder que ela tem sobre a família e sobre os negócios; a mulher francesa participa ativamente das questões políticas e sociais da França.

Também podemos fazer uso das palavras do próprio Michelet que exclama: “As mulheres! Que potência!” (ROUDINESCO, 1997, p. 173).

⁴³ É importante ressaltar que as mulheres estavam divididas de acordo com suas classes sociais; podemos visualizar desde prostitutas e mendigas a operárias ou camponesas. Por outro lado, as mulheres da aristocracia, que estavam em situações mais privilegiadas, eram educadas em grandes conventos e estavam protegidas pelos seus casamentos e riquezas. A mulher do então chamado Século das Luzes era privada de qualquer participação política na sociedade. Ela estava sempre debaixo da tutela do pai ou, então, de seu marido. Vivía em uma condição de segundo sexo e em nada podia interferir, salvo as de melhores situações sociais e financeiras, que usufruíam de privilégios, ainda que restritos e pequenos. Vale lembrar que o século XIX não foi de mudanças radicais na vida dessas mulheres e na própria visão da sociedade, mas, com a Revolução Francesa, muitas delas passaram a lutar pelos seus ideais e se comprometeram com aquilo que julgavam o melhor para a nação. A respeito desse acontecimento histórico e da participação feminina nas lutas políticas, podemos apontar quatro mulheres importantes que dominaram a Revolução Francesa, embora cada uma delas seja uma espécie de representação de ideais diferentes. Maria Antonieta, Madame Roland, Charlotte Corday e Madame Tallien são os nomes de grande representação do período. No entanto, uma outra classe de mulheres aparece na história da Revolução, são mulheres marginais que tinham a vida de incompreendidas em comum e lutavam por um reconhecimento da mulher. Dentre outras, mencionamos: Etta Palm d'Aelders, Olympe de Gouges, Claire Lacombe e Théroigne de Méricourt, a quem tomaremos como exemplo para evidenciar porque essas mulheres chamaram a atenção de Michelet. Este, ao falar sobre a Revolução, afirma que “os homens tomaram a Bastilha e as mulheres tomaram o rei.”

ROUDINESCO, E. *Uma mulher melancólica durante a Revolução*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p. 40.

Agora, quem são essas mulheres? Que características de suas personalidades marcaram tanto Michelet a ponto de fazê-lo denominá-las “potência”? E, principalmente, quais as relações dessas mulheres com seu próprio país?

Antes de nos aprofundarmos na visão de Michelet e destacarmos as mulheres que para ele serviram de exemplo e fizeram história, pensamos ser importante esboçar em poucas linhas o que foi a figura da mulher no século XIX, qual era a sua situação em face das questões civis e políticas e da sociedade da qual fazia parte.

Michelet aborda a mulher como mãe, esposa, instinto, feiticeira e até mesmo como multidão. Todos estes papéis fazem dela uma agente revolucionária que, tendo suas ações refletidas diretamente na opinião dos homens, acaba por se tornar um elemento fundamental na estrutura da nação, seja em questões políticas, seja em questões civis. O que é louvado por Michelet nessas mulheres que participaram de uma maneira ou de outra na Revolução é simplesmente seu amor pela pátria e seu comprometimento para com o povo e os ideais de liberdade.

Vejamos o que afirma Roudinesco a respeito do pensamento de Michelet sobre essas mulheres envolvidas nas causas políticas e revolucionárias:

Michelet acrescentou a idéia de que cada partido morre pelas mulheres: La Fayette e Robespierre por suas adoradoras, os girondinos por madame Roland, Danton por suas duas esposas, Luís XVI por Maria Antonieta e os vendeanos pelas vendeãs. Contudo, as mulheres eram também musas, como Sophie de Condorcet, metafísica do rosto nobre, ou imagens de identificação, como madame Roland, símbolo virtuoso do heroísmo revolucionário, e Charlotte Corday, inspiradora de uma “religião de punhal” (ROUDINESCO, 1997, p. 208).

Por fim, podemos afirmar que, para Michelet, as mulheres tiveram grande importância no século XIX; elas foram sem dúvida a sustentação, ou seja, a espinha dorsal da Revolução. Elas não só opinaram sobre as ações dos homens que também se engajaram na Revolução, como participaram de forma significativa nas mudanças sociais, políticas e econômicas desse século.

Ao retratar o povo, a mulher, Michelet (1988, p. 161) dá força e sustentação à sociedade: “[...] Pois bem, A sociedade alcançara seu grau mais elevado de harmonia e

produtividade se as classes cultivadas, acolhendo e adotando os homens de instinto e nação, deles receberam calor e a eles emprestarem a luz [...]“.

Homens poderosos, em quem Deus realiza essas grandes coisas, dignai-vos, pois a nos dizer por vossas próprias palavras em que momento sagrado brotou pela primeira vez a invenção, a obra de arte [...] quais foram, no íntimo da vossa alma, as primeiras frases trocadas com o novo ser, o diálogo estabelecido dentro de vós entre a velha sabedoria e a jovem criação, a doce acolhida que aquela fez a esta, encorajando-a rude e tosca ainda, moldando-a sem mudá-la e, longe de prejudicar sua liberdade, tudo fazendo para que se tornasse livre e para que fosse verdadeiramente ela mesma (MICHELET, 1988, p. 162).

Podemos dizer que o ideal de Michelet está justamente em neutralizar a desigualdade econômica, social e cultural. Ele luta contra as forças da sociedade do século XIX, representada tanto pelos governos e partidos quanto pelas instituições e classes dominantes. Por esse motivo, dá força ao povo, nele identifica o verdadeiro instinto de mudança social. É no povo que ele encontra a verdadeira história.

Uma base imutável, inalterável, de sociabilidade, dorme nas minhas profundezas. Está totalmente de reserva; sinto em toda parte nas massas, quando desço até elas, quando as escuto e as observo. Por que estranhar que este instinto de sociabilidade fácil, tão desencorajado nos últimos tempos, tenha se contraído, recuado?... Ludibriado pelos partidos, explorados pelos industriais, posto sob suspeita pelo governo, ele já não se mexe, já não age. Todas as forças da sociedade parecem apontadas contra o instinto social! Unir pedras, desunir homens, é só o que sabem fazer (MICHELET, 1988, p. 192).

Sem dúvida, o maior conflito de Michelet é com a “desigualdade social”. Poderíamos dizer que a falta de respeito entre as pessoas, a desarmonia familiar, o desequilíbrio emocional, entre outros, que se manifestam nos dias de hoje são reflexo de uma sociedade em total desequilíbrio. Por isso, cabe-nos destacar a importância das obras desse para a atualidade, não só nos campos da política e da história, mas, especialmente na educação. Elas nos mostram que precisamos intervir na desigualdade social e lutar pelo resgate de valores, como bondade, fraternidade e união.

No próximo capítulo, procuraremos explicitar a identificação de Michelet com a Idade Média, o quanto ele aproxima os conflitos do século XIX com os do século XIV, ou seja, como ele vincula as questões medievais do século XIV com os embates políticos de seu tempo. Analisaremos também, de seu ponto de vista, o papel que a educação desempenha no processo de transição do medievo para a modernidade, com especial destaque para a figura da mulher e do povo no processo de constituição da sociedade francesa.

3 MICHELET, A HISTORIOGRAFIA ROMÂNTICA E A IDADE MÉDIA

Neste capítulo, procuraremos entender alguns aspectos da educação do homem no fim da Idade Média, uma vez que esse historiador francês do século XIX comparava as crises sociais, os personagens, as angústias de sua época com o passado medievo. Destacamos, novamente, que abordaremos a análise do autor a partir de duas figuras: trata-se da mulher e a do povo.

Já afirmamos também que Michelet, em relação a outros historiadores de sua época, tem uma forma diferente de olhar a história. Embora, como eles, busque no passado argumentos para sua luta no presente, diferencia-se por valorizar o papel do povo e da mulher no processo de transformação social, permitindo-nos aprofundar a nossa compreensão da educação como resultado de mudanças sociais. Por isso, queremos aprofundar um pouco mais nossas reflexões a respeito da forma como ele analisa a Idade Média, especialmente pelo fato de deixar contagiar-se pelo presente.

Le Goff (1980), em seu artigo “As Idades Médias de Michelet”, afirma que é fundamental compreender o processo historiográfico de Michelet. Observa que, de 1833 a 1862, a “Idade Média de Michelet não foi imóvel, transformou-se”, e complementa dizendo que, mais do que qualquer outro autor, ele “lê e escreve a história do passado à luz do presente” (LE GOFF, 1980, p. 22). Segundo o autor, existiriam pelo menos três ou quatro Idades Médias nas obras de Michelet. De 1833 a 1844, sua concepção de que a Idade Média é uma época positiva pode ser vista em O

Povo. De 1845 a 1855, ele abandona essa concepção positiva e passa a ver uma Idade Média perturbada, negativa. É o que percebemos em *Agonia da Idade Média*. A *Feiticeira*, publicada em 1862, expressaria uma terceira ou quarta Idade Média, a qual Le Goff se refere como uma Idade Média Satânica.

Para Le Goff (1980), Michelet foi um escritor que buscava, em primeira instância, basear-se nos documentos, por esse motivo levou o título de primeiro historiador francês a utilizar documentos inéditos.

É verdade que Michelet, esse grande apetite, esse devorador da história, manifestou uma fome insaciável do documento. Ele foi, com paixão e sem cessar o recorda, um homem de biblioteca, um trabalhador dos arquivos. No Prefácio de 1869, sublinhou ele que uma das novidades da sua obra consistia na sua base documental: <<Até 1830 (mesmo até 1836) nenhum dos historiadores notáveis desta época sentira ainda a necessidade de procurar factos fora dos livros impressos, logo nas fontes primitivas a maior parte então inédita, isto é, nos manuscritos de nossas bibliotecas, nos documentos dos nossos arquivos. E insiste: <<Nenhum historiador, que eu saiba, ante do meu terceiro volume (coisa fácil de verificar) usara peças inéditas [...] É a primeira vez que a história tem uma base tão seria (1837).>> Porém, o documento e mais particularmente o documento de arquivos, não é, para Michelet, mais que um trampolim para a imaginação, o detonador da visão (LE GOFF, 1980, p. 19).

Assim, embora se baseie em documentos, a análise que Michelet faz da Idade Média é contagiada pela visão abrangente que ele tinha da história, seja a relacionada à própria Idade Média seja ao século XIX. Ao mesmo tempo em que condena alguns momentos, como Le Goff pontua, valoriza outros. Com base nestas informações, é possível afirmar que sua relação com a “Idade Média varia com a sua história contemporânea”.

Oliveira (1997, p. 132), seguindo os passos de Le Goff, define Michelet como um historiador das “várias Idades Médias”, uma vez que a sua interpretação se modifica em cada período de sua produção historiográfica. Ela afirma que, na leitura de suas obras, pode-se perceber que, de fato, ele consegue entrelaçar a história de sua época com os distintos períodos medievais, ou seja, entrelaçar a visão que ele tinha da sociedade de seu tempo com sua interpretação da Idade Média.

Com a concepção de que o modo de pensar dos homens só pode ser compreendido com base no entendimento da própria sociedade na qual eles viveram ou vivem, vamos nos dedicar ao tema específico deste capítulo. Podemos tomar como base desse encaminhamento, o que nos diz Oliveira (1997). Segundo ela, são as questões do presente, e as respectivas posições que os autores tomam em relação a elas, que os levam a refletir sobre o passado de uma determinada maneira e a se “alinhar” a esta ou aquela tendência. Dessa forma descreve os historiadores:

Se os autores da corrente historiográfica do início do século XIX que, posteriormente, ficou conhecida como historiografia romântica francesa, puderam olhar com simpatia e até mesmo com uma certa paixão as relações e as instituições do período feudal, isto decorreu das circunstâncias históricas do século XIX. Esta maneira deriva das questões políticas que estavam em cena neste momento. Indubitavelmente, este modo de encarar o passado feudal não é, e nem poderia ser, o mesmo olhar com que os iluministas o encaram no século XVIII. Com efeito, nesta época, outras eram as questões que se colocavam para os homens (OLIVEIRA, 1997, p. 122).

Do ponto de vista da autora, quando se baseia em dois períodos históricos como fundamentação para o entendimento das transformações sociais, é preciso considerar aquilo que os aproximam. Os momentos em questão podem servir de exemplos porque expressam uma fase de transição e de luta política, embora tenham características específicas. A seu ver, é preciso compreender a historicidade das questões que produzem a civilização, pois cada período histórico de uma nação é marcado pelas conquistas e derrotas que lhe são próprias.

Diante disso, consideramos importante abordar alguns elementos que, na Europa Ocidental, evidenciaram o século XIV como uma época de transição entre o feudalismo e a sociedade burguesa. Este período será estudado com base em aspectos, como a economia, a política, a cultura e a educação, uma vez que eles nos permitem compreender melhor a posição de Michelet em face das transformações sociais da educação e, em especial, da Mulher no século XIX.

Estes dados são importantes para elucidar porque, especialmente em *A Mulher*, Michelet vê as mulheres como indicadoras da transformação social. A compreensão

sobre a transformação dos valores da sociedade medieval, sobre como o povo vai se educando, poderá ser o suporte para identificarmos a linha de raciocínio de Michelet, especialmente quando se dedica a discutir a educação e seu papel na defesa da pátria.

Lucien Febvre (1995, p. 25) reforça essa idéia quando afirma que, quando “Michelet faz a história, é para a ação”. Segundo ele, Michelet tinha como princípio emocionar o coração e formar o caráter do povo. O estudo e o ensino da história eram, para ele, um meio de perpetuar, de renovar, de tornar mais intensa a vida nacional, de, pelo passado, agir sobre o futuro.

Nessa fase da Idade Média, independentemente das distintas interpretações que lhe deram os historiadores do século XIX, toda a estrutura social passava por modificações. As relações econômicas passavam a ser estabelecidas pela nova forma de produção e de trabalho. Em razão disso, o homem medieval via a necessidade de se tornar, na medida do possível, um ser social orientado pelo comércio, pelas relações burguesas.

Como em outros períodos históricos, as dificuldades sociais no século XIV geravam mudanças que afetavam significativamente toda a sociedade. Os indivíduos, por meio do trabalho, dos costumes, das idéias e, ao mesmo tempo, pela necessidade de sobrevivência, transformavam as relações que tinham com a natureza e com os demais homens.

Desse modo, graças a grandes mutações políticas e econômicas sofridas pela Europa Ocidental, surgem novos interesses, idéias e comportamentos que vão repercutindo significativamente na formação da nação.

Do ponto de vista político, existia uma relação conflituosa entre o rei e os senhores feudais, cuja origem era a disputa pelo poder. As leis que regulamentavam a sociedade feudal partiam sempre do senhor feudal, que determinava regras nas cidades aliadas a ele. Essa interferência do senhor feudal nas cidades causava descontentamento em seus habitantes.

A insatisfação por parte do rei e dos negociantes quanto à figura do senhor feudal deve-se à emergência de uma nova forma de produção de vida. O comércio desenvolvia-se em contraposição a esse modo de vida. Nesse momento, era possível

verificar a presença do burguês⁴⁴ e sua atividade, baseada nas trocas. Contudo, a sociedade ainda se apresentava sob a forma das leis feudais; a figura deste senhor expressava o quanto aquela forma de ser ainda persistia. Por isso, a sociedade debatia-se entre dois modos de ser: a forma feudal e a forma burguesa que principiava a surgir.

As transformações no trabalho⁴⁵, segundo Smith (1996), não envolviam apenas os senhores e os servos, mas todos os segmentos da sociedade. No meio deste processo, as condições das fortunas alteravam-se, as cidades cresciam e a população urbana aumentava significativamente. Ao mesmo tempo, desenvolvia-se a manufatura e o comércio e, assim, progredia a circulação monetária. À medida que a demanda da manufatura ia crescendo e os comerciantes aumentavam o seu capital, começava a surgir um novo sistema social.

⁴⁴ Referimo-nos, neste momento, ao habitante do burgo e não à burguesia como classe. Vale lembrar, nesta discussão, que Norbet Elias, com base em seus estudos sobre a transição do sistema feudal para o sistema capitalista, escreveu *O processo civilizador - uma história de costumes*. Nesse livro, ele identificou as alterações de comportamento do homem como parte do “processo civilizador” relacionando-as diretamente com o pensar e o agir dos homens. Segundo ele, com as novas preocupações, os medievos começaram a articular uma nova forma de vida, substituindo suas idéias religiosas por concepções racionais que estavam mais ligadas à materialidade. Nesse momento, segundo o autor, o homem não vivia mais isolado no campo, nos feudos, mas estabelecia uma constante relação com outros indivíduos, tanto nas relações de trabalho, como nas relações sociais. Esse fato pode ser visto também nas mudanças de comportamento, pois, para melhorar a sua convivência, o homem começou a se preocupar com a sua postura, com as regras de comportamento que se estabeleciam naquele período. É importante considerar que o processo de mudança a que o escritor se refere estava relacionado com a necessidade de se implantar no homem medieval um ser social que correspondesse à nova forma de convívio, própria do que viria a ser, mais tarde, o sistema burguês. Esta nova forma de convivência social, por sua vez, significava o avanço nas relações sociais, o crescimento e o desenvolvimento do comércio.

ELIAS, N. *O processo civilizador: uma história de costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

⁴⁵ Segundo Smith, cuja obra foi escrita na segunda metade do século XVIII, o comércio possibilitou condições para que a demanda da manufatura ocorresse e, com isso, o campo também progredisse. Cita, como um dos exemplos, a existência de um grande mercado, preparado para receber a produção do campo, fosse ela bruta ou destinada à própria produção manufatureira e que estimulava, assim, os agricultores a produzir mais e a investir mais em suas terras. Smith descreve que, aos poucos, o comércio das cidades assumiu uma proporção que desencadeou o próprio progresso do campo. Um aspecto que ele coloca em evidência é que o comércio possibilitava aos grandes proprietários de terras adquirirem artigos de luxo e, desta forma, ia crescendo e agradando os habitantes das metrópoles. Por isso, o comércio de grande parte da Europa, naquela época, consistia, sobretudo, no intercâmbio de sua própria produção bruta por manufaturados de nações mais civilizadas. Assim, a lã da Inglaterra era comumente permutada pelos vinhos da França e os tecidos finos do país de Flandres.

SMITH, A. *A riqueza das nações: investigações sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. p. 395.

De forma geral, a historiografia que aborda esse processo de transição destaca pensadores importantes como Dante, Chaucer e Rabelais. É comum encontrar nessa bibliografia a idéia de que, entre os séculos XIV e XV, haviam ocorrido grandes mudanças no modo de ser dos homens, como também, várias alterações na sociedade.

Muitas vezes, sem falar diretamente em transição social, estes pensadores representavam de forma satírica, irônica ou crítica, as mudanças pelas quais a sociedade estava passando. Michelet descreve esta situação em *Agonia da Idade Média*.

Tudo o que se tentará agora, para se libertar da Idade média, faz-se lentamente, com muito esforço e pouco sucesso. Por quê? É que esses esforços se fazem no próprio contexto do sistema do qual se deseja sair. Deseja-se, não se deseja. Sai-se dele e não se sai (MICHELET, 1992, p. 60).

Michelet explica que, mesmo que o homem tente modificar a sociedade, mesmo que busque a liberdade de ação, é muito difícil conseguir resultados imediatos, visíveis, no próprio momento em que vive. As respostas só serão vistas em outras gerações e o fruto que almeja colher poderá ou não ser colhido por elas.

Henri Pirenne (1968), em *História econômica e social da Idade Média*, atribui às transformações e modificações no processo histórico ao crescimento do comércio e das cidades. Menciona os exemplos da circulação do dinheiro entre os medievos e da criação de uma organização reguladora das atividades comerciais.

Estas mudanças que vinham se implantando causavam profundos conflitos sociais. A presença e a força do dinheiro nesta nova sociedade requeriam o surgimento de novas leis econômicas que se confrontavam com a ordem feudal ainda existente. As cruzadas e o renascimento urbano e comercial são, segundo Le Goff (1991), reveladores de que estas mudanças apareciam em toda parte.

A nova visão do mundo daí decorrente possibilitou o surgimento de novos conhecimentos, tanto práticos como teóricos, por parte dos grupos sociais, gerando, deste modo, novos instrumentos de saber.

Le Goff (1991), em sua obra *Mercadores e banqueiros da Idade Média*, mostra que em quase toda a Europa Ocidental ocorria o desenvolvimento urbano. As cidades cresciam em razão do comércio local e externo. Como consequência, as moedas readquiriam importância nas atividades comerciais. Relacionada a estes fatores, a cultura mercantil levou ao nascimento da cultura laica, na qual o mercador se apresenta como expressão do capital, em seu momento inicial.

Le Goff (1991) chama de revolução comercial todas as mudanças decorrentes do comércio; este teria revolucionado a sociedade como um todo, inclusive a cultura e a produção de conhecimentos. Segundo o autor, o mercador era a peça fundamental da nova cultura laica. Seus negócios criavam necessidades básicas de articulações, as quais repercutiam em novas ações na sociedade. Com o avanço do comércio, a sociedade passou a exigir do homem uma nova forma de compreensão de sociedade. Era preciso articular o poder social, político, econômico e também o ensino, especialmente o primário, que exercia grande influência na escrita, assim como nas línguas vivas. Na escrita, tem-se o acesso a um novo modelo, a letra cursiva, essencial à escrita comercial. Criaram-se ou retomaram-se instrumentos práticos que atendessem às necessidades crescentes da contabilidade mercantil, da escrituração dos livros de registro de atos comerciais. Nas línguas vulgares, sobressaem-se os glossários árabe-latinos, o dicionário trilingüe de latim, cumano (língua turca) e persa. Para Le Goff (1991), deve-se aos franceses a língua internacional do comércio, assim como o cálculo, que teve grande importância na estruturação da nova sociedade.

Segundo o autor, nos mosteiros surgia uma nova forma de conhecimento. Ao mesmo tempo, nas escolas dos mercadores, faziam-se presentes disciplinas como história, cálculo, geografia, e estudos das línguas vulgares. Tudo isso é uma demonstração de que uma nova visão ia surgindo e modificando a formação do indivíduo. Para Le Goff (1991), as faculdades mais procuradas eram as que preparavam para ofícios laicos ou semi-laicos e davam estabilidade financeira: a faculdade de direito, que formava profissionais que se especializavam em contratos comerciais, e a de medicina, profissão que ocupava posição relevante na sociedade burguesa.

Em relação a isto, Huizinga (1996) afirma que o espírito da Idade Média estava relacionado com todos os acontecimentos. Todos os casos fictícios ou históricos tendiam a se cristalizar, tornando-se parábolas, exemplos, ou seja, serviam de modelo. Cada palavra se transformava em sentença máxima, em texto:

Para cada dúvida quanto ao procedimento, à escritura sagrada, a lenda, a história, a literatura fornecem numerosos exemplos ou tipos, constituindo no conjunto uma espécie de código moral ao qual pertence o caso em questão. Se se pretende que alguém perdoe uma ofensa citam-lhe todos os casos bíblicos de perdão; para o dissuadirem de se casar enumeram-se todos os exemplos de casamentos infelizes da Antiguidade. Com o fim de se libertar da mancha do assassinio do duque de Orlães, Joã Sem Medo compara-se a Joab e a sua vítima a Absalão, classificando-se ainda menos culpado do que Joab visto não ter contra qualquer determinação do rei (HUIZINGA, 1996, p. 237).

Estas modificações acabaram afetando outras esferas sociais, a exemplo da Igreja, que, como instituição social do medievo, sofreu influências e se modificou juntamente com a nova realidade. Segundo Huizinga (1996), a igreja teve um papel importante na construção do pensamento medievo e, ao longo do tempo, foi modificando seus paradigmas, de acordo com os conflitos sociais.

A igreja na Idade Média tolerava muitas extravagâncias religiosas desde que não conduzissem a novidades de espécie revolucionária em pontos de moral e de doutrina. Enquanto se confinasse dentro dos limites das fantasias hiperbólicas e dos êxtases a emoção superabundante não constituía perigo (HUIZINGA, 1996, p. 202).

Le Goff também menciona estas modificações e as atribui ao processo de crescimento do comércio, uma vez que este afetava diretamente a maneira de pensar da sociedade medieval. Segundo ele, a bagagem intelectual já não se restringia à Igreja e as pessoas passavam a buscar soluções terrenas para as suas necessidades, para a sua liberdade. O homem tendia a deixar de acreditar somente na educação da Igreja e se posicionava contra a sua maneira de conduzi-la.

Toda essa bagagem intelectual, toda essa aparelhagem cultural segue caminhos divergentes daqueles da Igreja: conhecimentos técnicos profissionais, e não do universal, levando, por exemplo, ao abandono do latim em favor das línguas vulgares; procura do concreto, do material, do mensurável (LE GOFF, 1991, p. 105).

O caminho do ser humano passou a ser norteado pelas racionalidades práticas, voltadas para a produção da vida, ou seja, as pessoas tinham ânsia de conhecimentos práticos e teóricos, diferentes dos religiosos. Em virtude disso, começaram a modificar a educação, direcionando-a para os interesses da produção de mercadorias e, com isso, foi surgindo instrumento de saber próprio às suas realidades materiais. Isso só foi possível porque a forma de pensamento já estava se transformando e os indivíduos foram, gradativamente, perdendo o medo do pecado e das imposições da Igreja.

Esta nova situação de embate produziu profundas fissuras no mundo feudal, possibilitou a produção de uma nova forma de sociedade, à qual correspondeu, por parte dos homens, um comportamento e uma maneira de pensar adequados ao mundo dos negócios monetários.

Le Goff (1998) aponta que os valores cristãos eram constantemente ameaçados pela difusão da economia monetária, esta enfraquecia o poder da igreja ao oferecer aos homens cada vez mais prazeres terrenos, ou seja, os homens podiam comprar e desfrutar de bens materiais que lhe davam conforto em seu cotidiano.

Algumas dessas modificações foram apontadas por Michelet, especialmente as que ocorriam no campo da religião, da cultura e da educação; por isso, é importante analisar como ele acompanha o processo de modificação das atitudes e do pensamento medieval em *Agonia da Idade Média*.

Na *Agonia*, ele descreve as conquistas, mas também as lutas e derrotas que perpassam a ação humana muito antes do século XIV. Ao se referir à Idade Média, Michelet exclama: quantas vezes ela expirou!

Ela expirava desde o século XII, quando a poesia laica opôs à legenda trinta epopéias; quando Abelardo fundando a escola de Paris, arriscou o primeiro ensaio de crítica e bom senso. Expirou no século XIII, quando um ousado misticismo, suplantando a própria crítica, declara que ao Evangelho histórico sucede o Evangelho eterno, e o Espírito Santo a Jesus. Expirou no século XIV, quando um leigo, apropriando-se dos três mundos, encerra-os em sua comédia humana, transfigura e fecha o reino da visão. E definitivamente, a Idade Média agoniza nos séculos XV e XVI, quando a imprensa, a antiguidade, a América, o Oriente, o verdadeiro sistema do Mundo, essas luzes fulminantes convergem seus raios sobre ela (MICHELET, 1992, p. 21).

Ou seja, ele escreve o processo de superação da Idade Média como de agonia. Ele fala de agonia justamente por relacioná-la com o desespero profundo que o conduzia no presente. Ele visualizava, nesse período, situações muito próximas de seu tempo. Percebia que, no interior da Idade Média monástica, homens como Abelardo⁴⁶, que lutavam pelo bom senso e que tanto fizeram em prol da liberdade, foram sufocados e destruídos. Entendendo o passado dessa maneira, ele tenta alertar o povo por meio de uma visão histórica.

Para Michelet, muito além de qualquer tentativa de mudança, era preciso conhecer e valorizar a história.

Gerações por demais confiantes nas forças coletivas que fazem a grandeza do século XIX, vinde ver a fonte viva onde a espécie humana se revigora, a fonte da alma, que sente ser, sozinha, maior do que o mundo e não espera do vizinho o falso socorro de sua salvação (MICHELET, 1992, p. 24)⁴⁷.

Segundo Nogueira (1992, p. 11), em *Agonia da Idade Média*, Michelet visualizava a Idade Média como uma história da antinatureza, a história de um estado bizarro e monstruoso, prodigiosamente artificial que sequer teve a cortesia de desaparecer em silêncio, resistia com insistência aos protestos persistentes da natureza e da liberdade.

⁴⁶ Abelardo foi primeiro um lógico e um dos grandes filósofos que começou por criar um método racional. Foi o grande campeão da dialética. Defensor do nominalismo, para ele as palavras deveriam existir para significar; fundadas nas reflexões, nas realidades deveriam corresponder às que significam. Daí a necessidade de uma ciência da linguagem.

⁴⁷ MICHELET, *op. cit.* p. 24.

De acordo com este historiador, essa obra expressaria a nova visão que Michelet passou a ter da Idade Média. Diferentemente de seus trabalhos anteriores, nos quais podemos ver o lado positivo da Idade Média, como é o caso de *O Povo*, em *Agonia da Idade Média*, a época feudal é descrita como uma época de destruição, de doença, de trevas.

Segundo Oliveira (1997), Michelet, ao valorizar a construção histórica do homem do século XIX, humanidade, tem como uma de suas bases a Idade Média.. Ela menciona como exemplo *Agonia da Idade Média*, na qual Michelet analisa as transformações da sociedade, e retrata o século XII ao XV.

Estes séculos distinguiram-se pela dissolução das relações feudais. É o momento em que as relações de vassalagens estão sendo alteradas. Em contrapartida, verificamos neste momento a ascensão das comunas como o conseqüente desenvolvimento das corporações de ofícios. - e os primórdios da organização absolutista. É o momento em que os camponeses estão se transformando em proprietários, em que as cruzadas são organizadas. Todos estes acontecimentos alteraram profundamente o mundo feudal e, de um modo ou de outro, propiciaram a criação de novas relações sociais que se diferiam substancialmente das então existentes. Ainda que seja uma época de destruição criadora, é sob certos aspectos uma época de destruição (OLIVEIRA, 1997, p. 134).

As situações históricas que o cercam explicam as mudanças de sua análise: a cada passo, ele constrói um novo olhar sobre a sociedade. Este olhar é justamente o que o faz diferente, ousado, peculiar em sua época. Embora Michelet tivesse deste momento da Idade Média uma visão negativa, buscou também exemplos de bravura e conseguiu pontuar a força de pessoas, intelectuais ou populares, que enfrentaram, com tenacidade, a visão cristã que predominou na história por mais de seis séculos.

É justamente nesta direção que Michelet, mesmo descrevendo as angústias que comprimiam o indivíduo ao pensamento da Igreja, consegue, nas entrelinhas, valorizar a ação inteligível do homem. Demonstra na história fatos que, de seu ponto de vista, foram importantes para a transformação da nação. Um exemplo disso é sua descrição do episódio em que Abelardo, em prol da conciliação da fé e da razão, arrisca uma pequena afirmação em que dizia que idéias não eram seres, que as abstrações

que se chamavam de universais não eram realidades, mas concepções, segundo ele, do espírito. Em razão disso, toda a escola fez o sinal da cruz, horrorizada.

Segundo Michelet, na nova ordem que o mundo assumia, o homem ia adquirindo força para discordar da imposição da Igreja. É o caso de Abelardo. Sua teoria sobre a vitória do espírito santo mostra que a Igreja começava a perder força e, com isso, dava lugar para outras manifestações na sociedade. Nesta teoria, Cristo, que até então era o destaque, principiava a ficar em segundo plano.

O Espírito Santo, miseravelmente esquecido ou pobremente representado sob uma figura bestial, fora restabelecido por Abelardo em seu direito por aquela célebre estátua em que as três pessoas da trindade aparecem na sua igualdade, todas as três sob aparências humanas. Estranha trindade até então, na qual não apareciam nem o Pai nem o Espírito Santo (MICHELET, 1992, p. 56)⁴⁸.

Michelet destaca esta discussão porque entende que a nova forma de sentimento inerente ao reaparecimento do Espírito Santo poderia fazer do homem um novo ser. Este sentimento, que deveria introduzir o amor na humanidade, seria conduzido pela inteligência e pela palavra do homem

Há ou três épocas ou três categorias de pessoas entre os fiéis. Os primeiros foram chamados ao trabalho do cumprimento da lei; os segundos, ao trabalho da paixão. Os últimos, que procedem de uns e de outros, foram eleitos para liberdade da contemplação. É o que atesta a Escritura quando diz: onde está o Espírito do senhor, está a liberdade. O pai impôs o trabalho da Lei, que é o amor. A segunda era, sob o evangelho, foi, é livre, em comparação àquela que precedeu, mas não em relação à que virá (MICHELET, 1992, p. 58).

Michelet, ao estudar as diferentes épocas medievais, consegue identificar que, no século XIV, embora a Igreja Cristã estivesse perdendo sua força política e religiosa, mantinha grande influência no modo de ser dos homens, como exemplo, ele menciona a radicalização da inquisição em toda Europa neste período.

⁴⁸ *Ibid.* p. 56.

Le Goff (1991) reforça a grandeza destes homens em seu livro *Os Intelectuais da Idade Média* e situa Pedro Abelardo como precursor de um método que ajudou a modificar toda uma história. Segundo ele, desde Abelardo até Ockman, os homens, em sua maioria, buscavam o mesmo objetivo, ou seja, decifrar o conhecimento, revelar o que era desconhecido, isto é, oferecer aos indivíduos uma nova maneira de liberdade, levá-los a descobertas que possibilitassem o conhecimento do seu próprio pensamento.

Procurando evidenciar aspectos reveladores de discordâncias produzidas no interior da Idade Média, Michelet se detém no século XIV, quando se instalava a sociedade burguesa e os comportamentos sociais já indicavam mudanças significativas na história. Ele aponta a produção de uma literatura, cujo viés era diferente daquele e sustentava o período medieval. Demonstra sua indignação com a sociedade que esquecia homens como Dante⁴⁹.

Vede vós mesmos. Em 1300, a obra mais inspirada, mais calculada, esse mortal esforço de ciência e de paixão concentrada, a Divina Comédia passa e não tem nenhuma influência. Florença, que nesse momento sucede em toda a parte aos judeus, no banco e na agiotagem, tem outra coisa a fazer. A Itália, antedantesca, só lê Decamerom O grande poema teológico é restituído a santo Tomás, à escola e à Igreja, às prédicas do domingo (MICHELET, 1992, p. 60)

⁵⁰.

Outro exemplo de contestação e de construção de uma nova forma de ver o homem está na arquitetura de Florentino Brunelleschi. Eis como Michelet valoriza esse arquiteto.

Calculista implacável observou com um olhar severo essas construções extravagantes, contestou sua solidez e construiu contra a frágil ortodoxia deles a durável heresia que agora é a fé a arte [...] Esse contraste foi percebido pelo calculista italiano. Era, diz seu biógrafo, um homem de uma vontade terrível, que começara por aprender todas as artes em proveito da arte central que encontra na matemática sua harmonia e sua duração. Possuía a alma de Dante, sua universalidade de espírito, porém dominada e guiada por uma outra Beatriz: a divina melodia do número e do ritmo visível. (MICHELET, 1992, p. 67)

⁴⁹ MICHELET, *op. cit.* p. 55-64.

⁵⁰ *Ibid.* p. 60.

Destacando a ousadia e a impetuosidade de Brunelleschi, em face das tendências de sua época, Michelet descreve os caminhos que ele percorreu e que lhe deram suporte de conhecimento para construir uma nova visão da arquitetura⁵¹. Brunelleschi conheceu e pesquisou a arquitetura de Roma, juntamente com seu amigo e escultor Donatello, e lá se libertou das amarras que deixavam muitos artistas presos à arte gótica.

As ruas eram repletas de capim, entre os velhos monumentos tornados fortalezas, desfigurados e ameaçados. Não eram a Roma dos Papas, mas de Piranesi, essas ruínas grandiosas e estranhas que o tempo, “esse mestre em beleza” sabiamente acumulou em aparente negligência, sufocando-as de sombras e plantas que as ornaram e as destroem. Estátuas não eram vistas; elas ainda dormiam sob o solo; todavia restavam imensas termas, onze templos, quase todos desaparecidos hoje, alicerces profundos, esgotos dos Césares, todas as sombrias maravilhas de *Roma sotterranea* (MICHELET, 1992, p. 69).

Michelet conta que depois de Brunelleschi ter reencontrado a arquitetura da Roma Antiga, e tê-la recomposto em espírito, pediu para terminar a Catedral de Florença. Seu mérito, segundo Michelet, foi organizar, entre os burgueses de Florença, um encontro entre os arquitetos, cujas discussões e reflexões só lhe abririam as portas para que ele pudesse vencê-los de uma vez só e, assim, colocar a sua arquitetura em cena. De acordo com Michelet, se fez, pela primeira vez, uma construção duradoura que, com base no cálculo e na razão, sustentava-se por si mesma.

Eu gostaria de poder contar tudo. É simultaneamente, o heroísmo e a arte, a obra e o martírio do gênio. Sem madeiramento, nem contraforte, nem arcobotante, sem auxílio de sustentação exterior, ergueu-se a colossal igreja,

⁵¹ Michelet comenta em sua obra que Brunelleschi venceu, mas com a condição de suportar como auxiliar um escultor que entravava tudo. Mil outras dificuldades lhe sobrevieram. Seus operários o abandonaram. Ensinou a todos seus ofícios: os pedreiros a construir, os serralheiros a forjar etc. Teria fracassado cem vezes, se não tivesse sido apoiado nos mínimos detalhes por essa surpreendente universalidade que adquirira de boa hora e subordinara ao grande objetivo.

simplesmente, naturalmente, como um homem forte levanta-se de sua cama pela manhã, sem recorrer à bengala ou à muleta. E, para grande espanto de todos. O poderoso calculista colocou-lhe ousadamente sobre a cabeça seu pesado chapéu de mármore, a lanterna, rindo dos temores alheios e dizendo: “Essa mesma massa acrescenta solidez” (MICHELET, 1992, p. 72) ⁵².

Dessa forma, Michelet vai, notoriamente, dando força a homens que, entre um processo e outro, fizeram valer a história. Aponta, nesse homem, uma tentativa de mudança na Idade Média, um novo olhar que, a seu ver, era triunfante, de uma construção que se apoiava em si mesma, no cálculo e na autoridade da razão.

No entanto, do mesmo modo como aconteceu com Alighieri, Brunelleschi também foi ignorado pela maior parte dos homens de seu tempo.

Lucien Febvre (1995) elucida porque Michelet dá tanto destaque a esses homens. Segundo ele, para Michelet, a ação do indivíduo deveria se perpetuar na história; da mesma forma, a educação deveria emocionar o coração e formar o caráter e o ensino da história deveria ser um meio de transpor a história, de cultivá-la, de torná-la mais intensa, agindo sobre o futuro dos homens.

Na mesma linha de que as inovações encontram obstáculos ao seu desenvolvimento, Michelet denuncia a imprensa, uma invenção fantástica que, inicialmente, acabou servindo às instituições medievais e que se desenvolveu num ritmo muito lento. É importante lembrar que, ao mesmo tempo em que ele considerava a imprensa importante para a humanidade, por ter prestado o imenso serviço de colocar em suas mãos o livro ao qual desde há muito ela obedecia sem conhecê-lo, “a Bíblia”, reprovava-a por ter sustentado o poder da Igreja.

A imprensa, imenso benefício que vai centuplicar para o homem os meios da liberdade, serve inicialmente, cumpre dizê-lo, para propagar as obras, que fazia trezentos anos, mais eficazmente entravavam a Renascença. Ela multiplica, as escolásticas e as místicas. Se imprime Tácito, inunda as bibliotecas de Duns Scot e Santo Tomás; publica, eterniza os cem glosadores do Lombardo, que estavam entregues à poeira. Submersas pelos livros bárbaros da Idade Média, que ao mesmo tempo é exumada, as escolas sofrem uma deplorável recrudescência de absurdos teológicos. Pouco ou nada em língua vulgar. Os

⁵² *Ibid.*, p. 72.

livros antigos são publicados com extrema lentidão. Quarenta ou cinquenta anos após a invenção é que ousam imprimir Homero, Tácito, Aristóteles. Platão fica para o século seguinte. Publica-se a antiguidade e republica-se de um modo bem diferente a Idade Média, principalmente seus livros de aula, as sumas, os confessores, todo ensino de tolice, manuais de uma Ilíada; para um Virgílio, vinte Fichet (MICHELET, 1992, p. 78).

Nogueira (1992), ao analisar estas questões pontuadas por Michelet, consegue identificar na obra seus constantes conflitos. Percebemos que o historiador classifica Michelet como um homem de muitas reflexões. Estas se alteravam, moldavam-se à situação que ele estava vivendo. Por isso suas obras podiam ser identificadas com suas realidades, com suas inquietações sobre a maneira como os homens deveriam conduzir a nação. Como exemplo, podemos citar o comentário que ele faz de Michelet:

Estamos frente ao historiador penitente, arrependido de sua versão de 1833, que confessa haver sido cegado pelas lendas, entorpecido pela escolástica e enfraquecido por uma infantil admiração frente à esterilidade desse mundo, desse universo vazio e presunçoso: “Da filosofia proscrita nasceu à infinita legião de argumentadores, a discussão formal, encarniçada, do nada e do vazio... imenso exercito dos filhos de Éolo, nascidos do vento e inchados de palavras...” Tudo é ambíguo e nada é claro. O mundo medieval era um mundo doente – primeiro a lepra depois a peste - e é nele que está o fundo das trevas (NOGUEIRA, 1992, p. 13).

Ou seja, para Nogueira, Michelet fala de uma sociedade doente. De nosso ponto de vista, apesar dos exemplos positivos que Michelet identifica na realidade medieval, destaca também as forças que, embora “doentes” teimam em sobreviver. Essa interpretação parece ter um sentido em seu século e nos dá argumentos para afirmar que ele se volta para esse passado com o intuito de advertir o povo quanto à necessidade de tomar partido sobre a pobreza, a desigualdade, a desunião. Para ele, talvez esta seja a doença de seu tempo.

Além dos exemplos de intelectuais e artistas que, por expressarem um pensamento racional, uma visão diferenciada no interior do próprio sistema, teriam contribuído para a agonia da Idade média, Michelet aponta também, exemplos de pessoas do povo. Segundo ele, o episódio de Joana D’Arc expressaria um embrião

nacional. Nesta linha, Michelet descreve as pessoas do povo como atores que também mudavam a história da humanidade.

Inocente rebelião que dura por toda a Idade Média. Inocente, repito-o, no instinto de um coração simples e puro. Quem não sabe que a melhor alma da França, aquela em que renasceu a França, a virgem santa Joana D'Arc, teve sua primeira inspiração nos confins da Lorena, na misteriosa clareira onde se elevava, com mil anos de idade, a árvore das fadas, árvore eloqüente que lhe falou da Pátria? (MICHELET, 1992, p. 85)

Michelet dá voz às pessoas do povo, como Joana D'Arc, porque procura realçar, para os homens de seu século, as manifestações que moveram a civilização em tempos anteriores e, por isso, descreve as pessoas do povo como atores que também mudaram a história. Segundo ele, o episódio de Joana D'Arc expressaria um embrião nacional, um elemento da pátria que ele almeja e quer construir no século XIX.

Talvez seja por isso que quando ele se refere à mulher da Idade Média, ele a chame de feiticeira. Provavelmente ele proceda dessa forma porque a situa em um tempo em que este papel era poderoso. Contudo, esclarece que isso só pode acontecer, no século XIV e XV, quando a sociedade vivia grandes perturbações e os homens perdiam a esperança porque as classes que então dirigiam a sociedade não tinham mais condições de conduzi-la. A seu ver, é aí que o camponês se rebela contra o céu e contra os seus dirigentes.

Nogueira (1992) pontua que estas reflexões contidas na *Agonia da Idade Média*, assim como na obra *Joana D'Arc*, não podem estar dissociadas da grande obra que Michelet publica em 1863: *A Feiticeira*. Para ele, esta obra significaria a transição de uma visão idílica para a sua maturidade. Por fim, representaria a obra de peso de Michelet.

Avançado pelos silêncios da história Michelet é um precursor, um homem de arquivos que trocava a serenidade e aridez “científicas”, pela prosa colorida e apaixonada. Desenganado por uma Idade Média, decantado pelo romantismo, vai ao fundo do abismo para encontrar o estranho, a marginalidade, a periferia de um mundo ordenado, em suma, os grandes temas dos medievalistas atuais. Se em *A Agonia*, quase tudo é trevas, estas não representam o fim, mas o

purgatório necessário para o encontro da luz, da luz do povo, da liberdade dos simples, que nos remete à outra dimensão da história, como um guia na descoberta de uma Idade média total (NOGUEIRA, 1992, p. 13).

O que Michelet essencialmente deplora é a condição espiritual que cria uma sociedade dividida e alucinada, sem espírito de união, de totalidade.

Neste sentido, Oliveira (1997), ao analisar aspectos da Idade Média, situa o pensamento deste autor no contexto de luta contra o clero e a nobreza, o que explicaria uma analogia com “a época das bruxas”.

Assim, ainda que se atribua à emergência das camadas populares no cenário político da segunda metade do século XIX como um fator decisivo para que Michelet escrevesse *A Feiticeira*, entendemos que nesta obra podemos vislumbrar mais sua posição anticlerical e contrária às classes dominantes de então do que uma exaltação do povo. Ao contrário, a acusação de Michelet dirige-se ao clero e à nobreza por terem conduzido a situação a um ponto em que as camadas populares foram obrigadas a buscar no diabo justamente a esperança que, até então, haviam buscado em Deus (OLIVEIRA, 1997, p. 143).

Nessa analogia, Michelet estaria condenando a classe dominante por não ter promovido a conciliação. O tratamento que ele deu à mulher, como expressão cultural e educacional do século XIV, estaria relacionado a esse posicionamento. De um lado, reflete o poder dos aristocratas pela solicitação da vida palaciana com seus gestos e movimentos refinados e peculiares à sua classe social; por outro, demonstra os anseios das mulheres que viviam em comunidades campesinas reunidas em sociedades, realizando cultos secretos e preservando as formas tradicionais das manifestações populares.

Segundo o autor, o papel que a mulher desempenhava na civilização também fazia dela um motivo para que a Igreja manipulasse constantemente e atormentasse, não só sua vida, mas também os seus pensamentos, “A mulher, nessa estranha época, idealmente adorada substituindo Deus no altar, é, na realidade, a vítima desse mundo

sobre o qual todos os males recaem, e ela possui o inferno aqui neste mundo” (MICHELET, 1992, p. 86).

Debesse e Mialaret (1974), destacam que, nesse período histórico, a mulher tinha como centro a família e não tinha acesso à educação. Desta forma, muitas vezes era marginalizada quando buscava mudar este pensamento. Segundo o autor, cabia a ela ser submissa ao homem. Quando ela se revolta e passa a questionar o seu papel na sociedade, transforma-se, aos olhos da Igreja, em feiticeira, e muitas vezes, como um meio do diabo se manifestar na própria mulher.

Desta forma, entendemos que as transformações vividas durante o século XIV não diziam respeito apenas às mulheres, aos padres, artistas, arquitetos, bispos, papas, magos ou bruxas, mas estavam relacionados com o processo de transformação do modo de produção feudal para o capitalismo, que arrastava todos os segmentos sociais e se manifestava pelas mais diversas vias, inclusive a educacional.

Michelet afirma que as agitações e perseguições ocorreram em todos os períodos históricos.

Quanto caminho ele percorreu desde o tempo do Evangelho, quando estava muito feliz por se alojar em porcos, até a época de Dante, em que, teólogos e jurista, argumentam com os santos, pleiteia e, para concluir um silogismo, arrebatando a alma disputada com riso triunfante: “Não sabias que estava versado em lógica” (MICHELET, 1992, p. 98).

Ao mesmo tempo não consegue disfarçar o seu desapontamento com alguns homens que, mesmo sendo intelectuais, torturaram o povo com seus martírios e dogmas.

Aí começa uma época de terrores crescentes, em que o homem confia cada vez menos na proteção divina. O demônio não é mais um espírito furtivo, um ladrão de noite que se desloca nas trevas; é o intrépido adversário, o audacioso imitador de Deus, que, sob sol, em pleno dia, falsifica sua criação. Quem disse isso? A lenda? Não, Alberto, o Grande. Santo Tomás vai mais longe. “Todas as mudanças que podem ser feitas pela natureza e pelos germes” diz ele, O diabo pode imitar (MICHELET, 1992, p. 99).

Em suma, na nova ordem que o mundo vai assumindo, novos e velhos hábitos, costumes e atitudes de comportamento coexistem, expressando momentos de crise de uma sociedade e do nascimento de outra.

Assim, de acordo com Michelet, para se entender uma época histórica, suas mudanças, seus conflitos, é preciso considerar os problemas e os caminhos percorridos pela sociedade. É justamente por isso que ele passa um bom tempo de sua vida acadêmica refletindo sobre a maneira com que o homem deve olhar para a história. Escreve então a Revolução Francesa.

Eis o que nos pede a França, a nós, historiadores: não que faça a história-, ela esta feita nos seus pontos essenciais; moralmente, os grandes resultados estão escritos na consciência do povo-, mas que restabeleçamos a cadeia dos fatos, das idéias de onde saíram esses resultados: “Não vos peço”, diz ela, que formeis minhas crenças, que diteis meus julgamentos; cabe a vós recebê-los e conformar-vos a eles [...] (MICHELET, 1989, p. 288).

Ao final deste capítulo, queremos ressaltar a importância de se compreender os momentos históricos e as dificuldades enfrentadas pelos indivíduos em busca de soluções que lhes proporcionem conforto ou a própria sobrevivência. A análise dos textos selecionados permitiu-nos alcançar o entendimento de que não só no momento histórico em que Michelet viveu, século XIX, mas também na Idade Média, a história era construída pelos homens, por meio de suas ações econômicas, políticas, sociais, culturais e educacionais.

Por fim, ao estudarmos a Idade Média, ao identificarmos as crises sociais existentes nesse período, pudemos compreender porque elas foram um referencial para Michelet. Em *Agonia da idade Média*, *Joana D’Arc*, *A feiticeira* e *A Mulher*, além de investigar, no momento de crise da Idade Média, as forças que dinamizaram a história e os obstáculos que se lhe antepuseram, ele procurou reconstituir não só os acontecimentos, mas também a história de pessoas empenhadas na luta pela liberdade e que poderiam servir de modelo para os homens do século XIX. Tratava-se, em última

instância, de reunificar o povo francês, especialmente o Terceiro Estado, em nome da formação da nação e, neste caso, a ação da mulher e do povo eram fundamentais.

Partiremos, agora, para o último capítulo, cujo objetivo é analisar especificamente as obras *A Mulher* e *O Povo*. Nesses dois livros, Michelet explicita porque dá tanto destaque à mulher, ao povo e à educação, o que nos orienta no desenvolvimento da idéia de que, para ele, esses dois elementos sociais desempenham um papel educacional de extrema importância no processo de construção da nação francesa.

4 A MULHER, O POVO E A EDUCAÇÃO

A análise da concepção que Michelet tem da mulher e do povo, especialmente quanto à sua influência no processo educativo da sociedade francesa, será encaminhada de acordo com a idéia de que Michelet é um historiador romântico que, com base em fontes documentais, procura debater sua época à luz do exemplo medievo e da Revolução Francesa.

Sua preocupação era estudar as ações ocorridas nesses distintos momentos, relacionando-as com os conflitos sociais de sua época, os quais afetavam a unidade da nação francesa. Sua proposta para a educação do povo, em especial, da mulher, originava-se dessa preocupação central com a unidade do povo francês.

Para Michelet, a burguesia que emergiu no interior da Idade Média não estava separada do povo. Do seu ponto de vista, esses dois setores deveriam constituir um bloco unificado, motivo pelo qual considerava incoerente abordar esse período como se fosse possível estabelecer limites de distinção entre estas duas partes da sociedade francesa. Por estas questões, ele afirma que a história do próprio povo francês, desde a Idade Média até o século XVIII, seria a “lição”, o meio de educar o povo do século XIX e criar condições para o restabelecimento da unidade anterior. De fato, o que Michelet pretendia era reconstituir os valores do Terceiro Estado.

O que de duro tivermos a nos dizer, digamo-lo, abramos o coração, não ocultemos os males, busquemos antes os remédios. Um povo! Uma pátria! Uma França! Não nos tornemos nunca duas nações, eu vos peço. Sem unidade perecemos. Como não o sentis? (MICHELET, 1989, p. 23)

Embora ele reconheça o papel revolucionário desempenhado pela burguesia em 1789, destaca também o acúmulo de erros e equívocos desde sua vitória. Ao se comportar como a aristocracia vencida e perseguir alucinadamente sua prosperidade, a burguesia teria acabado por provocar a desunião social. “Ela perdeu o movimento. Meio século bastou para vê-la afastar-se do povo, elevar-se por sua atividade e sua energia

e, repentinamente, em meio ao seu triunfo, desabar sobre si mesma” (MICHELET, 1989, p. 62)

Em consequência, o burguês não desfrutava em paz suas vitórias, mas, em face das incertezas inerentes às relações que a própria burguesia tinha instituído, vivia na defensiva. Via o restante do povo com suspeita e assim perdia a importância que tinha adquirido no processo revolucionário.

Se três homens conversam na rua sobre salários, se pedem ao empresário, enriquecido com o trabalho deles, um pequeno aumento, então o burguês se assusta, grita, pede socorro [...] sabeis qual é o perigo de... Se fechar tanto? É como fechar o vazio. Excluindo-se os homens as idéias, vai-se diminuindo a si mesmo, vai se empobrecendo. A pessoa se fecha em sua classe, em seu pequeno círculo de hábitos, onde o espírito, a atividade pessoal já não são necessários. A porta está bem trancada; mas não há ninguém dentro [...] Pobre rico, se és mais nada, que queres então guardar tão bem? (MICHELET, 1988, p. 67)

Michelet era um defensor do povo, da nação, da igualdade dos homens e via nela a condição para a constituição da verdadeira pátria. Para ele, os homens e mulheres do povo deveriam ser respeitados como parte essencial da pátria e não apenas como a outra classe, sem cultura e de pouco valor para a construção da sociedade. Mais precisamente, ele afirmava que uma divisão não resultaria em uma nação, mas em dois povos distintos.

Segundo ele, esta divisão era resultado do processo histórico e da própria transformação das classes. Por isso, ele procura retomar e estudar acontecimentos inerentes à história da burguesia desde a Idade Média, os quais, posteriormente, tinham-na levado a se tornar uma classe distinta, fechada em si mesma.

A gloriosa burguesia que rompeu a Idade Média e fez nossa primeira Revolução, no século XIV, teve o caráter particular de constituir uma iniciação rápida do povo à nobreza e foi menos uma classe do que uma passagem, um degrau. Depois, cumprida a sua obra, uma nobreza nova e uma realeza nova, ela perdeu a mobilidade, estereotipou-se, permaneceu como classe, freqüentemente ridícula. O burguês dos séculos XVII e XVIII é um ser bastardo, que a natureza parece ter detido em seu desenvolvimento imperfeito, ser misto,

pouco gracioso de se ver, que não é nem de cima nem de baixo, que não sabe andar nem roubar, que se compraz consigo mesmo e se pavoneia pretensiosamente (MICHELET, 1988, p. 92)

A burguesia que surgiu neste período representou uma aproximação do povo com a nobreza, iniciando uma nova sociedade. Entretanto, segundo o autor, essa situação teve uma curta duração: o burguês não completou, entre os séculos XVII e XVIII, o movimento que iniciara; mas permaneceu em seu modelo inicial, não produziu o fim dos privilégios e das desigualdades.

Em contrapartida, o povo é apresentado de forma diferente: teria mantido o instinto da bondade. Michelet menciona vários exemplos: trabalhadores (operários), camponeses, pequenos proprietários. Para ele, as famílias trabalhadoras não desistiam de lutar pela vida diante das dificuldades e das diferenças. Solidárias elas eram um modelo de vida que, segundo ele, deveria ser seguido pelas outras gerações.

“As pessoas do povo são geralmente poucos providentes; seguem um instinto de bondade, o impulso cego de um coração bondoso porque não adivinham o que isto lhes pode custar”. Ainda que a observação fosse justa, não destruiria a que podemos fazer também a respeito do devotamento perseverante, do sacrifício infatigável de que as famílias trabalhadoras dão frequentemente exemplo, devotamento que não se esgota nem mesmo diante da absoluta imolação de uma vida, mas que continua frequentemente ao longo das gerações (MICHELET, 1988, p. 92).

A burguesia, ao contrário, quis ser uma classe distinta. Michelet afirma que essa nova classe procurou se estabelecer com base nos moldes da antiga aristocracia e, com isso, tornava-se antiga e ultrapassada.

Nossa burguesia atual, nascida tão pouco tempo depois da Revolução, não encontrou, em sua ascensão, nobres à sua frente. E quis ser antes de tudo uma classe. Estabilizou-se ao nascer, de tal maneira que supôs ingenuamente poder extrair do seu seio uma aristocracia: o que equivalia mais ou menos a improvisar uma antiguidade. Tal criação revelou-se como era de prever, não antiga, mas velha e caduca (MICHELET, 1988, p. 92)

Já o camponês, constituía a camada social que tinha o segredo da sustentação da nação francesa: era a reserva dos valores morais que pareciam estar se perdendo. O camponês, ou seja, o pequeno proprietário, mantinha com a terra uma relação natural e saudável, que lhe proporcionava o prazer da liberdade.

A relação cidadão-nação, o casamento do cidadão com a nação, portanto, deveria ser, segundo Michelet, como o da família do camponês. Em outras palavras, a nação deveria, a fim de crescer, prosperar, basear-se em relações harmônicas e de mútua cooperação entre burgueses, camponeses e operários.

No entanto, apesar de a burguesia aspirar às distinções aristocráticas, segundo Michelet, alguns fatores dificultavam sua identificação como classe. Esse setor era composto não apenas pelos homens de posse, mas também pelos burgueses pobres, que ora se identificavam como proprietários ora como trabalhadores. Isto dificultava que os desejos da burguesia se concretizassem.

Embora os burgueses não reivindicuem mais do que serem uma classe à parte, não é nada fácil precisar os limites dela, onde começa, onde termina. Ela não engloba apenas as pessoas de posses, há também muitos burgueses pobres. Em nossos campos, o mesmo homem é diarista aqui e burguês acolá por possuir algum patrimônio. E isso, graças a Deus, faz com que não seja possível opor rigorosamente a burguesia ao povo, como querem alguns, o que no mínimo criaria duas nações. Nossos pequenos proprietários rurais, sejam ou não chamados burgueses, são o povo e o coração do povo. (MICHELET, 1988, p. 92).

Eis aí o ponto que Michelet acha positivo para a unidade da sociedade francesa. A dificuldade de se estabelecer estas diferenças não deixava o povo se “dividir”. Por esse motivo, ele considerava necessário retomar a história da pequena propriedade, algo que, segundo ele, já existia muito antes das discussões que se realizavam em seu tempo.

A pequena propriedade não é nova na França. Erra-se ao pensar que só se constitui há pouco, só uma crise, que ela é um acidente da Revolução. Engano. A revolução já encontrou esse movimento bastante adiantado, ela própria saía dele. Em 1785, um excelente observador, Arthur Young, espantou-se por ver

como aqui a terra era tão dividida. Em 1738, o abade de Saint-Pierre observa que na França “os diaristas quase sempre tem uma horta, um pedaço de vinha ou de terra”. Em 1697, Boisguillebert deplorava a necessidade em que se viam os pequenos proprietários, sob Luís XIV, de venderem grande parte dos bens adquiridos nos séculos XVI e XVII (MICHELET, 1988, p. 29)

É por isso também que Michelet advertia ou combatia os processos e métodos de aquisição dessas propriedades pelos homens ricos. Segundo ele, era assim que os burgueses falseavam a justiça e tentavam, cada vez mais, enriquecer. Ele acreditava que as diferenças sociais eram aprofundadas por esses métodos e a França, diante desta situação, degradava-se e perdia a sua unidade.

Possa essa história adverti-los num momento em que diversas influências trabalham invejosamente para paralisar a obra capital da França: a aquisição da terra pelo trabalhador. Nossos magistrados, principalmente, devem informar-se disso, armar sua consciência; a astúcia os ronda. Os grandes proprietários, arrancados de sua apatia natural pelos homens da lei, vêm se lançando em milhares de processos injustos. Criou-se contra as comunas, contra os pequenos proprietários, uma especialidade de advogados antiquários que trabalhavam todos juntos para falsear a história e ludibriar a justiça. Sabem que raramente os juízes terão tempo para examinar essas obras de mentira. Sabem que aqueles que atacam quase nunca têm seus títulos em ordem. As comunas, sobretudo, conservaram-nos mal ou nunca os tiveram; por quê? Justamente porque seu direito é muitas vezes bastante antigo, e de uma época em que se confiava na tradição (MICHELET, 1988, p. 32)

Portanto, o autor conclamava a burguesia a se aproximar do povo, pois acreditava que, com base nessa conciliação, no despertar do burguês e do povo como agentes reformadores da sociedade francesa, seria possível restabelecer a unidade da nação.

A salvação da França é vossa, homens ricos, e não temereis o povo, é vos aliardes a ele, e o conhecerdes, deixardes de lado as fábulas que vos contam e que nada têm a ver com a realidade [...] É preciso escutar, descerrar os dentes e o coração, conversar, como se faz entre os homens (MICHELET, 1989, p. 100).

Michelet busca em seu presente a salvação da nação. Para ele, é na ação do próprio homem que se dá a mudança social e isso só é possível com o envolvimento do homem na sociedade.

Uma vez que essas classes já tinham se distanciado uma das outras no processo histórico, como seria possível a conciliação? Para Michelet, esse seria o fim da educação. Por meio dela, far-se-ia das crianças, cuja natureza ainda não havia sido contagiada pelos vícios da desigualdade, homem favoráveis à igualdade.

No dia em que este povo, retornando a si mesmo, abrir os olhos e se contemplar, compreenderá que a primeira instituição apta a fazê-lo viver e durar é a de dar a todos (em tempo mais ou menos extenso, conforme a disponibilidade de cada um) essa educação harmônica que estabelecerá a pátria no próprio coração da criança. Não há outra salvação. Envelhecemos em nossos vícios e não nos queremos curar deles. Se Deus salvar este glorioso e desventurado país, fa-lo-á por intermédio da infância (MICHELET, 1988, p. 212)

⁵³.

Ou seja, Michelet acredita que a educação só poderia ter peso quando o próprio povo percebesse a importância de sua ação na sociedade e reconhecesse a necessidade de educar suas crianças. Então, a educação passaria a ser harmônica, ou seja, todos fariam parte desse processo de vitalização da sociedade e o espírito patriota prevaleceria.

Ao tomarmos conhecimento da quantidade de obras históricas escritas por Michelet, percebemos que a grandeza e a glória que ele vê, ou pelo menos espera para a França, é a mesma que o impulsionou exaustivamente a produzi-las. Essas obras são frutos de um homem que pertenceu a uma classe não muito privilegiada em questão de posição e riquezas, mas distinta no que diz respeito à sua coragem e sua força. Foi do povo que surgiu Michelet, é no povo que ele vê a esperança de uma França melhor. Possivelmente, é por ter essa raiz que ele fala sobre o povo com tanta eloquência.

⁵³ *Id.*, 1988. p. 212.

E eu, que saí dele, eu que vivi com ele, que trabalhei e sofri com ele, que mais que ninguém adquiriu o direito de dizer que o conheço, venho opor a todos a personalidade do povo. Não captei essa personalidade superficialmente, em seus aspectos pitorescos ou dramáticos; não a vi de fora, experimentei-a por dentro. E graças a essa experiência, muita coisa íntima do povo, que ele tem em si sem compreender, eu compreendi. E por quê? Porque eu podia segui-la em suas origens históricas, vê-la sair do fundo do tempo. (MICHELET, 1988, p. 140) ⁵⁴.

Michelet, enfatizando seu laço com o povo francês, queria criar uma espécie de confiança no leitor, o qual, por sua vez, seria constituído por pessoas do próprio povo. Existe, assim, a possibilidade de explicar o porquê de o escritor tratar com tanto entusiasmo a história do povo e enfatizar o papel da mulher. De seu ponto de vista, ele conhecia as virtudes do povo porque nasceu nesse meio e viveu entre as pessoas comuns. Por esta razão, acredita nele e considera sua ação como fundamental para as transformações sociais na França.

Com base em *A Mulher* e *O Povo*, podemos compor uma pequena pirâmide sobre o que é de maior ou de menor importância na sociedade para Michelet. Na base da pirâmide está a mulher, ela é influenciadora e formadora de opinião, a família está em suas mãos e, conseqüentemente, a sociedade. É importante ressaltar que essa mulher proposta por Michelet não é a adornada de jóias e deleites, que vive desfilando entre o conforto de sua casa e os salões de festas e recepções. A mulher que ele apresenta como ideal, que tem fortaleza e coragem, é a humilde mulher do povo, aquela que desfila no coração da família no posto de esposa e mãe. É a ela que ele atribui a força para amar, cuidar e guerrear pela França.

Ocorre em nacionalidade o mesmo que na geologia: o calor está embaixo. Quanto mais se desce, mais ele aumenta; nas camadas inferiores é escaldante. Os pobres amam a França como se tivessem obrigações e deveres com ela. Os ricos amam-na como se ela lhes pertencesse e lhes devesse favores. O patriotismo dos primeiros é o sentido e o dever; o dos outros, a exigência, a pretensão de um direito. O camponês como dissemos, desposou a França em matrimônio legítimo; ela é sua mulher para sempre, ambos são um. Para o operário, é a amante formosa; ele nada tem, mas tem a França, seu nobre passado, sua glória. Livre de idéias locais, ele adora a grande unidade. É preciso que seja bem miserável, escravizado pela fome, pelo trabalho, para que

⁵⁴ *Ibid.* p. 140.

esse sentimento esmoreça nele; mas ele nunca se extingue (MICHELET, 1988, p. 103)

Não há como negar que a mulher é, além de outras interpretações que o trecho comporta, uma figura da pátria. A metáfora amar a pátria como uma mulher, além de suscitar mais uma vez a questão feminina, denuncia a inquietação de Michelet em face da indiferença dos homens ricos para com seu país. Para o pobre, a pátria é o único bem e herança que ele tem, a glória da França é seu único orgulho e isto a torna mais quista e idolatrada por ele. É evidente que, para Michelet, o verdadeiro patriotismo só floresce, em sua essência, entre os homens simples, de pouca ou nenhuma posse.

O espírito patriota é uma força que ele instiga em suas obras; como patriota que foi, ele conclama o povo francês a amar a pátria e a defendê-la. O amor pela nação aparece em Michelet como um dever que deveria ser intrínseco nos homens, especialmente nos franceses. Desta forma, percebe-se o pensamento de que a França é superior e que o orgulho de tê-la como pátria é um dever.

Se fosseis alemães ou italianos [...] mas sois a França; não sois uma nação simplesmente, sois um princípio, um grande princípio político. Cumpre defendê-lo a qualquer custo. Como princípio, ele vos faz viver. Vivei pela salvação do mundo! (MICHELET, 1988, p. 39).

A França inteira, se tivesse o verdadeiro sentimento de sua missão, auxiliaria os que dão prosseguimento a essa obra. Que fatalidade faz com que, hoje, ela se paralise entre suas mãos!... Se a situação presente continuar, o camponês, em lugar de adquirir, venderá, como fez em meados do século XVII, e voltará a ser mercenário. Duzentos anos jogados fora!... **E então não seria a queda de uma classe de homens, mas a queda da pátria** (MICHELET, 1988, p. 39, grifo nosso).

Desta última citação, podemos extrair também a questão da união, intrinsecamente vinculada à forma como Michelet concebe a pátria. Inúmeras vezes fizemos referência aos apelos de Michelet à união dos franceses. A separação que, em geral, ocorre entre ricos e pobres apenas contribui para o distanciamento político entre eles e, conseqüentemente, para a divisão da nação. As conseqüências do desequilíbrio

de interesses entre uns e outros não se restringem apenas a esses dois lados, mas afetam toda a pátria.

O sentimento patriótico não é apenas um tema para o Michelet escritor, mas refere-se ao que ele, como cidadão francês, sente e almeja para seus compatriotas. O orgulho da França parece ser a única vaidade que é indispensável para todo cidadão francês.

É uma grande glória para nossas velhas comunas de França terem sido as primeiras a encontrar o verdadeiro nome da pátria. Em sua simplicidade cheia de sentido e profundidade, chamavam-na a *Amizade*.⁵⁵ A pátria é, com efeito, a grande amizade que contém todas as outras. Amo a França, e também porque é a França, e também porque é o país daqueles que amo e amei (MICHELET, 1988, p.173).

Do ponto de vista do autor, a harmonia social deveria ser o fio condutor da educação, esta deveria conduzir e preparar o indivíduo para a igualdade na diversidade, deveria construir o ideal de “pátria”.

A pátria surgiria então, jovem encantadora, ao mesmo tempo em sua variedade e em sua concórdia. Diversidade instrutiva de caracteres, de rostos, de raças, arco-íris de cem cores. Todas as classes, todas as fortunas, todas as roupas juntas nos mesmos bancos, o veludo e a blusa, o pão preto e o alimento delicado... Que lá o rico aprenda desde cedo o que é ser pobre, que ele sofra com a desigualdade, que obtenha o direito de partilhar, que trabalhe desde então para restabelecer a igualdade na medida de suas forças (...). O pobre aprenderá de seu lado, e memorizará por certo, que, se o rico é rico, não o é por culpa sua, já nasceu assim; e que às vezes sua riqueza o torna pobre do primeiro dos bens, pobre de vontade e de força moral (MICHELET, 1988, p. 225).

O autor não discute aqui o fim da desigualdade, mas afirma que o ideal de pátria está, justamente, em conciliar a variedade e estabelecer a concórdia. A pátria é o resultado desta conciliação. Segundo ele, é preciso trabalhar estas diferenças para restabelecer a igualdade na sociedade.

⁵⁵ A pátria ainda não existia senão na comuna. Dizia-se a *amizade* de Lille, a *amizade* de Aire, etc.

Este ideal de pátria orienta a forma como Michelet discute a educação. Em *Histoire de la Révolution*, por exemplo, ele explicita seu objetivo de responder tanto às ações políticas quanto aos literatos que queriam diminuir, no espírito do povo, a idéia da França unida e fraterna que tinha se propagado na época da Revolução Francesa. Em outros momentos, também, ele enfatiza muito seu intuito de produzir livros que tivessem um caráter pedagógico, que orientassem a construção de uma pátria unificada. Ele próprio tinha optado por ensinar, atividade que tinha sido facilitada pelos estudos que realizava.

De minha parte espero que minha ciência, meu querido estudo, a história, se revitaliza com essa vida popular e se torne, graças a esses recém chegados, a coisa grande e salutar que eu havia sonhado. Do povo sairá a história do povo. E o povo não a amará mais do que eu, por certo. Nela tenho todo o meu passado, minha pátria verdadeira, meu lar e meu coração. E o povo não a amará mais do que eu, por certo. Nela tenho todo o meu passado, minha pátria verdadeira, meu lar e meu coração... Mas muitas coisas me impediram de captar seu elemento mais fecundo. A cultura abstrata que nos impingem secou-me por muito tempo (MICHELET, 1988, p. 101).

Ele instigava também os jovens intelectuais a escutá-lo, a encontrar as bases sociais da educação. Por isto, muitas vezes, voltava-se para os grandes pensadores em busca do ideal de educação, da unidade do povo.

Michelet deixa claro que a Pátria deve ser tal como a casa do homem, deve ser, na falta de um Deus Pai, cujo amor uniria a humanidade inteira, a sua referência de vida. Ele acredita que é a França, com a sua tradição, com o seu instinto maternal, que fará dos franceses verdadeiros irmãos.

E nessa grande tradição não há apenas seqüência, mas progresso. A França deu prosseguimento à obra romana e cristã. O cristianismo prometera, ela cumpriu. A igualdade fraterna, relegada à vida futura, ensinou-a ao mundo, na forma de lei humana. Esta nação tem duas coisas muito fortes, que não percebo em nenhuma outra: ela possui ao mesmo tempo, o principio e a lenda, a idéia mais ampla e mais humana e a tradição mais contínua (MICHELET, 1988, p. 209).

O ideal da pátria unificada, como já dissemos, orienta toda a discussão de Michelet sobre a educação. É esse ideal que vamos encontrar quando nos detemos em identificar a forma como ele concebe a educação do povo e da mulher.

Considerando essas questões, ele vai pontuando em suas obras o papel do homem na sociedade. De seu ponto de vista, sua ação deveria estar relacionada com a busca constante por mudar e transformar a pátria, tanto do ponto de vista político como econômico e social. A educação da sociedade devia ter como base estes fatores. “A sociedade não deve ser mais que uma iniciação, do nascimento à morte, uma educação que englobe nossa vida neste mundo e prepare as vidas ulteriores” (MICHELET, 1988, p. 229).

Michelet tem, a respeito da educação, uma concepção com a qual nos identificamos. Entendemos educação como um processo para o desenvolvimento harmonioso das faculdades humanas. Não está restrita ao campo científico, ao letramento, mas é algo bastante abrangente e que diz respeito ao conhecimento que o sujeito adquire nas suas relações em um determinado meio social. É essa compreensão que Michelet demonstra ter quando faz a seguinte afirmação:

As pessoas que vivem juntas, tocando-se sempre, desenvolvem-se necessariamente ao simples contato, como que pelo efeito do calor natural. Elas se propiciam uma educação, má, se se quiser, mas educação. Só a visão de uma grande cidade, onde sem nada querer aprender alguém se instrui a todo instante, onde para se conhecer mil coisas novas basta caminhar na rua de olhos bem abertos, esta visão, esta cidade, sabeí, é uma escola. (MICHELET, 1988, p. 117)

Michelet aponta neste trecho que a convivência é uma forma de educação, seja ela boa ou má. As pessoas transmitem seus conhecimentos e suas experiências umas às outras; ou seja, acumulamos conhecimentos e todo fazer humano que pode ser transmitido de geração a geração. A isso damos o nome de cultura. Se cultura é uma soma das realizações e conhecimentos e sabemos que as culturas divergem de acordo com a sociedade, podemos perfeitamente compreender o que Michelet apreende da sociedade francesa e porque ele vê importância na educação do povo.

Para Michelet, a educação não pode ser considerada como algo que se adquire apenas na elite, em uma cultura refinada, mas no seio de toda e qualquer sociedade que possa transmitir um conhecimento, seja entre operários, seja entre camponeses. Para ele é preciso valorizá-la, pois ela é a história do povo. Michelet sustenta em todo o seu discurso a necessidade de valorizar como fontes a história oral, os costumes, a religião e os sentimentos inseridos em cada geração. Neste processo, considera fundamental também o respeito e a valorização de todos os membros da sociedade.

Minha segunda vantagem é que, ocupando-me menos desta ou daquela novidade nos costumes, desta ou daquela classe específica nascida ontem, e atendo-me à generalidade legítima, à massa, posso *ligá-la* facilmente *a seu passado*. As mudanças são bem mais lentas nas classes inferiores do que nas classes altas. Não vejo essa massa nascer bruscamente, ao acaso, qual o monstro efêmero da terra; vejo-a vir, em geração legítima, do fundo da história. A vida é menos misteriosa quando se conhece o nascimento, os ancestrais e os precedentes, quando se observa longamente a existência do ser vivo, por assim dizer, bem antes de seu nascimento. (MICHELET, 1988, p. 122).

Aqui, Michelet identifica a questão cultural, enfatizando sua importância para as próximas gerações e o quanto é importante, no presente, ter-se conhecimento dos antepassados e de seus feitos. A história deve ser de grande valor para toda a sociedade, ela é uma forma de educação.

Em *A Mulher*, Michelet discute a questão da família, das dificuldades para se constituir casamentos. Nessa obra, ele se posiciona contra o celibato, posiciona-se a favor da possibilidade dada pela Revolução de se constituir, com base no amor, uma verdadeira família; esta união seria a base para a educação familiar. Segundo ele, com a Revolução, tanto as mulheres como os homens tinham se tornado livres e, com esse argumento, ele procura convencer os homens a se casarem.

Tende piedade da terra fatigada, que sem o amor já não teria razão de ser. Amai para a salvação do mundo. Se bem vos compreendi, desejaríeis muito fazê-lo, mas o receio vos detém. Francamente tendes medo das mulheres. Se a mulher continuasse a ser uma coisa, como outrora, vós casaríeis, mas então meus caros amigos, não haveria casamento. É a união de duas pessoas. Só

agora o casamento começa a se tornar possível, justamente porque hoje ela é uma pessoa, uma alma (MICHELET, 1995, p. 47).

Na parte desse livro, destinada à educação da mulher francesa no século XIX, fica claro que ele a considera como a base da unidade social. Para ele, a mulher possui o amor, ela é a alma da França. Ela é tida como a grande desencadeadora das ações dos homens. Enquanto educadora, é responsável pela formação da sociedade, ela é base da família, que, por sua vez, é à base da pátria.

Toda mulher é um altar, a coisa pura, a coisa santa, em que o homem, abalado pela vida, pode a cada hora encontrar a fé, reencontrar a sua própria consciência, conservada mais pura do que nele. Toda mulher é uma escola, e é delas que as gerações recebem realmente sua crença. Muito antes que o pai pense na educação. A mãe deu a sua, que não mais se apagará (MICHELET, 1995, p. 118).

Michelet concebe a mulher como formadora do povo. Nesse livro, ele a descreve como tal e deixa transparecer sua preocupação com as mudanças de hábito da sociedade. Por exemplo, ao apontar as causas do enfraquecimento das relações conjugais, ele aborda a questão da mulher operária.

Quem fala mulher, aqueles que ofereceram à miséria das moças da cidade, à cegueira da camponesa, o recurso funesto de um trabalho exterminador e a promiscuidade das manufaturas! Quem fala mulher, fala criança; em cada uma delas que foi destruída, várias crianças, e a esperança das gerações vindouras. Barbárie de nosso ocidente! A mulher já não é levada em conta para o amor, para a felicidade do homem, menos ainda como maternidade e como potência de raça; Mas como operária! (MICHELET, 1995, p. 14)

A saída da mulher para o trabalho, do seu ponto de vista, prejudicaria a sua função de condutora das gerações futuras. Cansada, ela abortaria ou teria filhos desnutridos. Diversas doenças contribuiriam para arruinar a saúde da mulher, como fadigas, violações conjugais, estados constantes de gravidez, abortos clandestinos.

Para evitar estes males, Michelet sugere que a mulher se afaste da vida ativa, pois esta situação só destruiria a família, extinguiria as “gerações”.

Essa análise negativa do trabalho da mãe operária pode ser observada também no caso da ama de leite. Para ele, essa atividade desestrutura as famílias e acaba tendo uma repercussão negativa na construção da família e da sociedade.

Que eu saiba, nenhum pintor de costumes, romancista, socialista, dignou-se falar-nos da ama de leite. Mas essa é uma história bem triste, que não conhecemos suficientemente. Não sabemos como essas pobres mulheres são exploradas e maltratadas, em primeiro lugar pelos veículos que as transportam (muitas vezes logo depois de darem à luz), depois pelos escritórios que as recebem. Contratadas como amas para trabalharem *no local*, precisam mandar o filhinho de volta, que quase sempre morre. Não têm nenhum contrato formal com a família que as aluga, podem ser dispensadas ao primeiro capricho da mãe, da babá ou do médico. Se a mudança de clima e de vida seca seu leite, são despedidas sem indenização. Quando ficam, contraem os hábitos de uma vida mais folgada e sofrem infinitamente quando chega a hora de voltar à pobre vida de antes; muitas se fazem domésticas para não deixar a cidade, não voltam para o marido, a família se desfaz. (MICHELET, 1995, p. 17)

Michelet lamenta a destruição da mulher nessa atividade, especialmente o afastamento de suas origens, de sua família, uma vez que ela acaba sendo motivada a viver outra realidade social, que aparentemente a conforta, mas depois, aos poucos, rouba dela o que seria a sua maior riqueza, a sua geração.

Em *O povo*, Michelet descreve a mulher como a organizadora do lar, das finanças, como uma pessoa capaz de economizar e de se sacrificar em prol de seu lar. A camponesa, em especial, é apresentada como uma mulher disciplinada, parcimoniosa, capaz de participar ativamente com o marido na construção de suas condições de vida.

Michelet, de uma forma que pode até ser interpretada como moralista, lamenta a desestruturação que ocorreu na família e na sociedade em geral, visto que a família é o sustentáculo dela. Quando a mulher se curvou à necessidade de se dedicar ao trabalho, segundo ele, enfraqueceu em seu papel de mãe e guardiã do lar. Para Michelet (1995), “aquela que é a sustentação da linhagem é forte o bastante para

manter um povo, mas frágil demais para o trabalho e outras atividades para a qual não fora destinada”.

A alta necessidade é viver. E, visivelmente morre-se. A população deixa de aumentar e baixa em qualidade. A camponesa morre de trabalho, a operária de fome. Que crianças podemos esperar delas? Abortos, cada vez mais (MICHELET, 1995, p.15)

Como ficará um povo se sua coluna se enfraquecer, perder a verdadeira razão ou desaparecer? A preocupação de Michelet com a mulher é, na realidade, uma preocupação com toda a sociedade, tanto no presente, resultado das transformações históricas, como nas próximas gerações. Por este motivo, ele se manifesta contrário ao trabalho feminino e valoriza a mulher simples, desprovida de preconceitos, aberta a idéias inovadoras, que organiza a vida da família e o lar.

A mulher que deve esposar é aquela que apresentei no livro *O amor*, aquela que, simples e amorosa, não tendo ainda recebido uma marca definitiva, repelirá menos o pensamento moderno, aquela que não chega de antemão, inimiga da ciência e da verdade. (MICHELET, 1995, p. 48)

É esta mulher que ele idealiza para a sociedade francesa no século XIX, é ela que poderá contribuir para a recuperação da sociedade.

Como esposa, a mulher simples, que é possível educar um pouco. E, como filha, a mulher crente que um pai educará inteiramente. Assim estará rompido esse miserável. Com essa boa esposa, associada, pelo menos de coração, à fé do marido, este, seguindo o caminho fácil da natureza, exercerá sobre sua filha uma incrível ascendência de autoridade e de ternura. A filha acredita tanto no pai! Cabe-a ele transformá-la em tudo o que quiser. A força desse segundo amor, adorável ideal de graça na sabedoria, o único que possibilitará o recomeço da família e da própria sociedade. (MICHELET, 1995, p. 48)

Essa mulher simples não tem os privilégios das donzelas de classes superiores e nem mesmo é acostumada aos deleites de que as mesmas desfrutam. Ela é fruto da

humildade e, por força da necessidade maior, muitas vezes de sobrevivência, está no campo ou em outro serviço manufatureiro.

Em sua argumentação sobre o papel redentor da família em relação à sociedade, ele considera também o fato de a mulher operária concorrer com os homens no trabalho. Menciona a desigualdade entre os salários pagos para os homens e os pagos às mulheres. Afirma que, além de estar na contramão do sistema familiar, a mulher sofre discriminação como mão-de-obra e, por ter aparência de fragilidade, fica exposta a abusos dos seus superiores e ainda recebe cinco vezes menos por isto.

Apenas o patrão é bom para ela. Ele a consolaria, se ousasse. Bem vê que nesse estado aflitivo, em que a garota nunca tem uma palavra amável, ela pertence de antemão a quem lhe demonstrar um pouco de amizade. Logo chega a oportunidade, quando a senhora está no campo. A resistência não é grande. É seu patrão, e é forte. Fica grávida. Grande tempestade. O marido envergonhado baixa os ombros. Ela é expulsa e, sem pão, na rua, à espera de poder dar à luz no hospital. (História quase sempre invariável, vede as confissões recolhidas pelos médicos.) (MICHELET, 1995, p. 19)

Para Michelet, as mulheres simples estão condenadas a viver nas ruas e podem ser possuídas por qualquer um que lhes ofereça provimento para o dia seguinte. Estão famintas e sem qualquer esperança quanto a um meio de sobrevivência menos cruel. Isto significa a decadência social.

Esta argumentação nos conduz a uma questão levantada por Michelet. Se as mulheres estão perecendo, sem lar e sem um homem que possa cuidar delas e formar com elas uma família, como base para as futuras gerações, isto se dá justamente pelo próprio modelo de sociedade que se estabeleceu após a Revolução Francesa. É este modelo que precisaria ser modificado pela educação da mãe.

Ao analisar a necessidade de a mulher se dirigir para o mercado de trabalho, ele aborda justamente a concorrência que se estabelecia entre o homem e a mulher. Para ele, isso só destruía a família. Por isso, considera que o homem deveria trazer a mulher para o lar, casar-se e fortalecer este laço, ao invés de contribuir para a sua

prostituição. Tornando-a esposa, ele estaria criando a base para a educação, para a criação de uma nova pátria.

A importância do casamento e de um lar para a mulher é abordada de forma especial no capítulo IV da obra *A Mulher*. Por si, o título resume sua idéia central e deixa transparecer a idéia de proteção à mulher que Michelet atribui ao homem. Nas entrelinhas de *A mulher não vive sem o homem*, vemos que não apenas ela é dependente da presença masculina, mas o homem também o é em relação à mulher. É o que depreendemos de um relato do autor sobre uma discussão com os amigos quanto ao porquê de alguns homens aderirem ao celibato. Ele considera revelador que, ao contrário do que parecia, um deles teria revelado que, apesar de ter a mulher que quisesse na rua e de ter a liberdade de vida que não tem um pai de família, sentia a amargura de não ter para si uma única mulher que pudesse acompanhá-lo por toda a vida.

Com base nesta afirmação, Michelet sustenta que um “sexo” não é simplesmente condicionado ao outro: ambos se necessitam e se completam. Esta nova relação se dá, justamente, pela necessidade de se estruturar uma família. De seu ponto de vista, isto seria a maior riqueza, seria o amor, seria a base das novas gerações.

Contrapondo-se à concepção poética em que *Dernieer Homme* representa o mundo esgotado e a terra perto de acabar, Michelet idealiza também um sublime espetáculo: a terra não pode acabar, se um único homem ainda ama. Desta maneira, ele vai pontuando outra questão importante em sua obra, o amor. Ponderava ser necessário convencer as pessoas de que o equilíbrio entre o homem, a mulher e a criança deveria estar pautado no amor entre eles. Este seria o meio de se conseguir a harmonia da nação, a maneira de uni-la e salvá-la da degradação social.

E o homem viverá sem elas? Vós mesmos o dizíeis agora há pouco: Vossa vida é sombria e amarga. Em meio aos vossos divertimentos e às vãs sombras femininas, não possuíis a mulher, nem a felicidade, nem o descanso. *Não tendes a forte base*, o equilíbrio harmônico, que tanto serve à produção. A natureza formou a vida de um nó tríplice e absoluto: o homem, a mulher e a criança. Temos certeza de que sozinhos perecemos, só nos salvamos juntos. (MICHELET, 1995, p. 46)

Grifamos a afirmação *não tendes a forte base* porque ela é a confirmação do que pensa Michelet a respeito da mulher como educadora, como base da família e da sociedade. Ele a considera como coluna, não apenas de sua casa, mas da pátria.

A este respeito, em *O povo*, Michelet também afirma o quanto é importante a formação da família. Para ele, a família é a base da educação. A seu ver, independentemente de suas origens, de seus costumes, os homens precisam centrar-se nos laços familiares.

Indiferentes como somos em relação à pátria e ao mundo, nem cidadãos, nem filantropos, só dispomos de uma coisa para escapar ao egoísmo: os laços de família. Ser bom pai de família é um mérito que costumamos ostentar, frequentemente com grande proveito (MICHELET, 1988, p. 181)

Entretanto, o autor afirma que este laço está desatado em sua sociedade, em especial, nas classes superiores. Sobre esta classe, em especial, ele aponta a mãe como culpada, porque a educação que ela oferece às filhas faz do casamento um encargo insuportável. Segundo ele, esta situação é comparável ao período da decadência do Império Romano.

O que presenciamos lembra muito os derradeiros séculos do Império romano. As mulheres, tornando-se herdeiras e sabendo-se ricas protegiam os maridos, mas criavam para eles uma condição tão miserável que nenhuma vantagem pecuniária, nenhuma prescrição legislativa podia obrigar os homens a padecer semelhante servidão. Preferiam escapar para o deserto. A Tebaida se povoou. O legislador, espantado com o despovoamento, viu-se forçado a favorecer, a regulamentar as ligações inferiores, as únicas que o homem aceitava. O mesmo talvez acontecesse em nossos dias se esta sociedade, mais industrial que a do Império Romano, não especulasse sobre o casamento. O homem moderno aceita por cupidez e necessidade a sorte que afugentava os romanos. Especulação pouco segura. A jovem sabe que tem um bom dote, mas como não lhe ensinaram o valor do dinheiro, ela gasta mais do que tem. Observando os acontecimentos recentes, as grandes mudanças das fortunas, sou tentado a afirmar: “Quereis arruinar-vos? Desposai uma mulher rica” (MICHELET, 1988, p. 182)

Embora sejam poucos os momentos em que ele faz descrições do comportamento das mulheres nobres, enquanto as mulheres do povo são mencionadas constantemente, é possível, com base no trecho citado, traçar um paralelo entre uma imagem e outra. De seu ponto de vista, as mulheres que pertencem ao mundo da nobreza pouco contribuem para a família e para a nação, mas quando ele descreve a outra mulher, a mulher do povo, mostra que ela tem uma atitude diferente em relação ao que é ser família que a leva a conduzir de maneira mais responsável a educação de seus filhos.

A mulher o espera contando os minutos; a mesa está posta a mãe e o filho a todo instante vão ver se já chegou. Por pouco que esse homem valha, ela se envaidece dele admira-o, reverencia-o... Quanto zelo! Vejo-a, tão mal nutrida, reserva para si, sem que ele note, a porção menor, guarda para o homem, que sofre mais, o alimento nutritivo que reparará suas forças (MICHELET, 1988, p.184)

É no povo que Michelet vai identificar a felicidade familiar. É nessa estrutura da família que ele consegue enxergar a união que tanto defende. Nela, ele consegue pontuar a mulher e o homem como seres sociáveis, cuja individualidade precisa ser valorizada. Para ele, a base do casamento seria a mulher, mas, para que isso acontecesse, era preciso que ela se considerasse em segurança, tivesse a garantia de ser alimentada pelo marido.

Disse e repito: aí esta a felicidade. A mulher sente que é alimentada pelo marido, fica feliz com isso; e ele sempre trabalha tanto, melhor quando sabe que trabalha por ela. Eis aí o casamento verdadeiro. Felicidade monótona, direis [...] Não, existe a criança [...] Se a centelha brilhasse, se o trabalhador dispondo de um pouco de segurança e lazer, gozasse momentos de vida mais elevada, associando a eles a esposa e nutrindo-a com seu espírito, seria o bastante: não se pediria ao céu senão a perpetuidade dessa vida (MICHELET, 1988, p.184)

Embora ele esteja convencido de que a base do casamento deve ser construída pela mulher, o homem também deve receber formação para isso; é preciso que a mãe cultive este gosto e principalmente oriente o filho para o casamento. A meta de Michelet é preservar a união familiar; ele deseja uma sociedade em harmonia.

Os homens foram acusados, e não sem razão. Eu próprio já me referi a seu materialismo, à sua secura, à insigne imperícia pela qual perdem a ascendência dos primeiros dias. Entretanto, é preciso reconhecer, a falta deve ser imputada sobretudo às mulheres, mais precisamente às mães. A educação que elas dão ou deixam que se dê aos filhos fez do casamento um encargo insuportável. (MICHELET, 1988, p.182).

Michelet atribui a desarmonia do casamento à formação que a mãe dá a seu filho. Para ele, cabe a ela a formação, ou seja, é preciso que a mãe cultive o amor, o respeito e a união conjugal. Por outro lado, a família estruturada é a base de uma boa educação. Por isso, os pais, mas especialmente as mulheres, precisa ser o exemplo, deverão sempre ser o espelho para seus filhos.

Para Michelet, a mãe é a base da educação, é sustentação da família, da pátria, da natureza, da união. Por este motivo acredita que a criança deve conhecer a alma da pátria, ou seja, sua história, sua tradição, as especificidades de sua natureza. De que forma ela irá adquirir este conhecimento? Pela escola, sem dúvida, mas antes de tudo pela família, por seu pai e por sua mãe que a ensinam a amar a verdade, quer dizer, a lei da natureza e a integridade da humanidade.

Michelet acreditava em uma educação igualitária, em que todos deveriam ter o mesmo direito, em que a criança, em seu processo de formação, fosse colocada em um ambiente que não estivesse relacionado ao seu poder aquisitivo e que fosse favorável ao ensino de questões relevantes para o crescimento da pátria, para a unidade do povo.

Seria excelente que todos os filhos de um mesmo povo, assim reunidos ao menos por algum tempo, se vissem e se conhecessem antes dos vícios da pobreza e da riqueza, antes do egoísmo e da inveja. A criança receberia aí uma

impressão indelével da pátria, encontrando-a na escola não somente como estudo, mas como pátria criança, semelhante a ela, uma cidade melhor antes da Cidade, cidade de igualdade onde todos se assentariam no mesmo banquete espiritual (MICHELET, 1988, p. 225) ⁵⁶.

Michelet desejava que as novas gerações fossem educadas com base na união das classes, independentemente de suas diferenças. O povo deveria ignorar a inveja, o ódio, e o desprezo existentes na sociedade. Desta forma, as relações familiares refletiriam as relações do cidadão com o Estado.

Retomando a história das gerações, Michelet explicita claramente que o modelo de sociedade e de família que considerava ideal era o que tinha sido instituído pela Revolução francesa, ou seja, um “mundo livre e natural”, já experimentado em sociedades anteriores. Nessas sociedades, a mulher, embora em casa, no lar, desempenhava um papel social e político fundamental.

No tocante à família, por exemplo, sente-se bem que ela não pode ser a mesma sob a fatalidade física daquela fomalha da Índia, onde a mulher é uma criança a quem casam aos oitos ou doze anos. Mas, desde que nos situamos num mundo livre e natural, o ideal da família é absolutamente idêntico. Tal como é em Zoroastro, em Homero, tal como é para Sócrates (ver a admirável passagem como do Econômico de Xenofonte), tal como, enfim, em Roma e entre nós. Vê-se em Aristófanes que as mulheres gregas, de modo algum dependentes, reinavam em suas casas e costumavam influir poderosamente no estado. Vemo-lo em Tucídides, no qual tendo os homens votado o massacre de Lesbos, mas estando em casa à noite diante de suas mulheres, retrataram-se, revogaram essa sentença (MICHELET, 1995, p. 119)

Para Michelet, a educação está centrada nas mãos da mulher e ela é a responsável pela formação da próxima geração, em especial, das filhas que, por sua vez, serão mães e educarão até a terceira geração. Este é um ciclo natural que continuará dependendo daquela que foi designada pela natureza para ser progenitora e educadora. É por isto que Michelet insiste em falar sobre o papel da mãe e sobre o real sentido da maternidade.

⁵⁶ *Ibid.* p. 225.

Por isso, por ser mãe, a mulher tem condições naturais para desempenhar um papel educacional fundamental na criação de uma sociedade de iguais. Que influência a mãe exerce na vida dos pequenos? O que seria deles sem ela? Deixemos que o próprio Michelet responda:

Aquele que nasce é por muito tempo um morto provável; sem a mãe, um morto certo. (...) as mulheres que escrevem, imprimem, fizeram livros eloqüentes sobre a desdita de seu sexo. Mas se as crianças escrevessem, quantas coisas teriam para dizer! Diriam: “Tratai-nos bem, poupai-nos, nesses poucos meses e dias que em geral a severidade da natureza nos dá. Somos tão dependentes de vós! Vós nos dominais tanto, pela superioridade de força, de razão, de experiência!... Contanto que empregueis arte e bons tratos, seremos obedientes, faremos o que quiserdes. Mas não abrevieis a hora única em que estamos sob a tépida luz do sol e dentro da saia de nossas mães... Amanhã estaremos dentro da terra. E de todos os bens daqui da terra só levaremos suas lágrimas” (MICHELET, 1988, p. 81) ⁵⁷.

Pela superioridade de força, pela razão, a mãe educa, orienta. Se inicialmente o filho é dependente do colo da mãe, ela tem a função de prepará-lo para a vida e deixá-lo partir.

A mãe deve cuidar de sua criança e permitir que ela desfrute de tudo o que é possível enquanto permanece na infância. Ela é uma nova semente e só a mãe pode ensiná-la e fazê-la crescer tanto física quanto espiritualmente.

Teu dever hoje é viver, crescer, comer bem, dormir melhor, correr pelos trigais, entre as flores. Mas nem sempre se pode correr, e ficarás muito feliz se tua mãe, tua irmã mais velha, brincarem contigo, tornarem-te hábil nesses trabalhos que são brincadeiras (MICHELET, 1988, p. 82).

O apoio da educação, sua alma e sua vida constante é aquilo que muito cedo aparece na consciência, o bom, o justo. A grande arte é que, pelo amor, pela doçura, pela ordem e harmonia, alma infantil, obtendo sua verdadeira vida sadia e completa, cada vez mais *perceba a justiça*, que está nela, inscrita no fundo do amor. [...] A criança, por si só, irá facilmente de um a outro. Encontrará, sem procurar, isto: “Devo amar minha mãe que me ama tanto”. Aí está o *dever*. E nada mais natural (MICHELET, 1988, p. 83).

⁵⁷ *Id.*, 1988, p. 81.

O amor e a doçura, naturalmente plantada pela mãe, faz dela o modelo de ordem, de harmonia. Para ele, a alma infantil deverá ser norteadada pelo amor. Assim, a vida da criança será sadia e completa, uma vez que a justiça, a verdade e o dever serão inculcados pelo amor que a mãe, enquanto formadora, proporcionou ao seu filho.

Ao refletir a respeito da educação, Michelet menciona Rousseau. Embora reconheça que ele foi o primeiro a apresentar com vigor o problema dos métodos na educação, não concorda com a sua maneira de ignorar que “o método não é tudo”. Michelet não aceita a proposta de Rousseau de que o aluno deve conduzir sua própria formação, desenvolver-se com base em suas próprias ações, de forma a ser capaz de apreender qualquer coisa. Isto, para Michelet, é um problema:

Apenas observo que ele não diz uma só palavra do segundo problema da educação: qual será o objetivo principal do estudo? Que aprenderá esse aluno? Supondo-se que Rousseau tenha conseguido formar um espírito enérgico, ativo, independente das rotinas comuns, a que se aplicará ele? Haverá algum conhecimento em que ele encontre seu desenvolvimento, sua ginástica natural? Não basta criar o tema; cumpre determinar o objetivo no qual ele se exercitará com mais vantagem. Denominarei esse objetivo a substância da educação (MICHELET, 1995, p. 114).

Segundo Michelet, a educação deve ser totalmente diferente para o menino e para a menina. O menino deve ser formado como um criador, como a fortaleza da família, ao passo que a menina deve ser educada para estabelecer a harmonia da mesma, ou seja, ela é incumbida do papel de maior delicadeza, pois nele está seu poder de persuasão. Neste caso, também, a educação que Michelet propõe está relacionada à necessidade de se preparar tanto o menino quanto a menina para constituir a nação.

Segundo ele, para que os homens do século XIX sejam mais bem sucedidos na educação do que o foram até aquele momento, é preciso reconhecer essas diferenças. Diz Michelet (1995, p. 115):

Diferentes são as suas vocações e tendências naturais. Diferentes também a sua educação, diferentes no método, harmonizador para a menina, para o menino fortificante; diferente em seu objetivo, no que tange ao espírito principal em que se exercitará seu espírito.

Entretanto, Michelet pondera que esta diferença na forma de ensinar não se aplica ao caso da história. Segundo ele, todos devem ter este conhecimento. A história fornece ao povo o fruto moral, sustenta o coração e alimenta a vida. Para ele, “[...] a história é a mágica identidade da alma humana sobre a questão do justo, a concordância histórica das crenças do gênero humano acerca do dever e acerca de Deus” (MICHELET, 1995, p. 117).

O autor busca identificar, na história, a importância da educação orientada, fundamentada em obras, em pensadores que, a seu ver, desde a Antigüidade, foram fundamentais como meio de educar o povo. Desta maneira, ele afirma que é preciso desde muito cedo que o pai e a mãe estejam de acordo na educação de seus filhos e que, nas formas sucessivas em que, conforme a sua idade, a história lhes for administrada, eles sempre sintam o seu acordo moral e a sua unidade santa.

Sua mãe, sob forma Láctea, quero dizer através do doce meio e de uma linguagem apropriada a sua fraqueza, ter-lhe á contado primeiro alguns fatos históricos capitais que ela escreverá ao seu modo. Seu pai na idade intermediaria (dez anos? Doze anos?) ter-lhe à feito algumas boas leituras de escritores originais, esta e aquela narrativa de Heródoto, A retirada dos dez mil, a vida de Alexandre o Grande, algumas belas narrativas da Bíblia, acrescentai-lhes a Odisséia, e nossas Odisséias modernas, nossos bons viajantes. Tudo isso lido bem devagar, sempre no mesmo espírito, ou seja, mostrando lhe sob essas diferenças exteriores de costumes de usos, de cultos, quão ouço mudou o homem (MICHELET, 1995, p. 119).

Assim, Michelet revela que, embora dê destaque à mulher, ambos são responsáveis pela educação dos filhos, dividindo-se na tarefa de lhes ministrar leituras. Cada um deles tem um peso na formação do filho. A leitura oferecida pelo pai pode lhe trazer uma bagagem para toda a vida; com ela, aprende a conhecer, a respeitar as diferenças de costumes, de usos, de cultos. Ou seja, o hábito de leitura que, pelo

conhecimento das diferenças, resultaria em maior esclarecimento e fortaleceria a noção de liberdade, contribuiria para a constituição de uma nação equilibrada. Afinal, educados para a liberdade e para a harmonia das classes sociais, o povo deveria participar dessa constituição, pois ele fazia parte direta desta história.

“A mulher é uma religião”, diz Michelet. E ele assim o afirma metaforizando esse papel feminino. Segue-se uma religião, ela tem o poder de manter e conseguir adeptos e estes a respeitam e vivem segundo o que ela prega. Então, por que a comparação? A religião conduz e a mulher, com todas as características e poder em mãos, dirige a família e conseqüentemente, a sociedade. É importante ressaltar mais uma vez que o foco principal da educação é a menina, a próxima educadora, que, depois da infância, florescerá para uma nova vida, levando consigo aquilo que a mãe lhe ensinou.

A educação desta menina é um processo que, segundo Michelet, só pode ser desenvolvido mediante o amor. Esta é a principal chave que a mãe tem em mãos para formar esta jovem, que, no futuro, será mãe. Essa criança deve se inspirar nela e tê-la como exemplo.

Que deverá ser ela? Uma harmonia. De acordo com qual espelho, ó mãe? Por quem se regerá ela? Todas as manhãs e todas as noites farás esta prece: “Meu Deus, fazei-me muito bela!... E que minha filha, para sê-lo, deva apenas olhar-me” (MICHELET, 1988, p. 85).

Mãe para ensiná-la não só a graça de ser mulher, de ser bela, de transmitir-lhe doçura e pureza, mas também de se mirar nas ações maternas. Michelet elucida que não há nada como a mãe, que assume o papel de educadora e não ignora que é com suas palavras doces e, sobretudo, com seus atos que ela cultivará o caráter da infante.

Não podemos nos esquecer de que, na visão de Michelet, o papel que a mãe exerce sobre os filhos está relacionado com a unidade, com a busca da harmonia na sociedade. Por este motivo, ele acredita que a presença da mãe no lar deve ser prioritária para a formação e sustentação da família, mas acima de tudo, para a constituição e conservação da sociedade francesa do século XIX.

Educar uma filha é educar a própria sociedade. A sociedade procede da família, cuja harmonia é mulher. Educar uma filha é uma obra sublime e desinteressada. Pois tu só as crias, ó mãe, para que ela possa deixar-te e fazer-te sangrar o coração. Ela está destinada a outro. Viverá para os outros, não para ti e não para ela. É esse caráter relativo que a põe acima do homem e faz dela uma religião. Ela é a chama de amor e a chama do lar. É o berço do futuro, é a escola, outro berço. Em uma palavra: Ela é o altar (MICHELET, 1988, p. 84).

A respeito desta questão, Michelet aponta outros detalhes do dia-a-dia de uma família e da relação da mãe com os filhos, direcionando sua análise para um fim educativo, ou seja, enfatizando boas maneiras e atitudes e fazendo sugestões.

Quanto mais à menina vir a mãe atenta a manter-se limpa, mais quererá sê-lo ela mesma de corpo e, logo, de coração (...). Pureza, sobretudo de regime e de alimentação. Que se deve entender com isso? Entendo que a menina tenha uma alimentação de criança, que continue o regime lácteo, suave, calmo, pouco excitante; que se come em vossa mesa, seja habituada a não tocar em vossos alimentos, que são venenos para ela (MICHELET, 1988, p. 88)

Em contraposição a essas atitudes saudáveis, Michelet denuncia o hábito de uma alimentação cada vez mais desapropriada, mesmo da mãe. Ele argumenta que as crianças vão se tornando mais nervosas e fracas por se alimentarem de carnes vermelhas sangrentas, vinho e café. Com este regime, as mães se assustam de ver meninas tão exaltadas e violentas, mas não sabem que a própria alimentação que elas têm oferecido às filhas é a causa dessa alteração.

Nesse ponto, o autor apresenta tanto suas críticas como suas sugestões para a alimentação da menina. Nas entrelinhas, vemos um Michelet preocupado com a saúde física e conseqüentemente mental, vemos o ciclo que se forma a partir daí: se esta menina receber um regime alimentar adequado, a repercussão não se fará apenas em sua própria vida e saúde, mas influenciará a educação que ela, quando mãe, levará aos seus filhos e suas filhas, os quais, por sua vez, farão a mesma coisa com sua prole.

Vale lembrar que, na visão de Michelet, estes comentários e orientações são tidos como primordiais para a formação e sustentação da família, mas, acima de tudo, para a constituição e conservação da nação. A família o é dentro de casa; fora dela, seus membros são cidadãos que levam consigo a educação que tiveram no lar e influenciam os outros.

A mulher está no topo da família, como já nos referimos, não como líder, pois a fortaleza está na figura do homem, do pai, mas como quem possui o poder de formar e influenciar. Para isto lhe foram dadas as características de doçura e fineza que faltam ao homem, um ser rústico com fortes braços para o trabalho.

Para partir brutalmente e quebrar a planta humana, como foi feito até aqui, não havia necessidade das mulheres. Mas elas serão reconhecidas como as únicas educadoras possíveis, à medida que se forem querendo cultivar em cada criança o gênio próprio e nativo que varia infinitamente. Ninguém além da mulher é assaz perspicaz, assaz doce, assaz paciente, para sentir tantas diferenças delicadas e para delas tirar partido (MICHELET, 1988, p. 87)

No que diz respeito à educação da menina, temos outro ponto importante para por em pauta. Michelet afirma em um dos capítulos de *A Mulher*, o quanto é importante manter as crianças em contato com a natureza. Fundamenta essa defesa de várias maneiras. A menina é o verdadeiro foco da educação e as plantas ajudam a acalmá-la. As crianças, quando aprendem a cultivar, ficam ansiosas por ver os resultados e as mudanças da flor. Cada vez que esta nasce, desperta na flor humana a vontade de cultivar e ver novamente nascer um outro produto da natureza. A maternidade, despertada desde cedo na criança, é aqui simbolizada na planta, como fruto de seus cuidados.

A menina, que bem cedo é um ser tão completo, muito mais perspicaz que o menino, mais suscetível de receber impressões delicadas, tem um sentido a mais, o dos perfumes, dos aromas. Ela ficaria imbuída dela e, por momentos, nele encontraria um desenvolvimento sexual, mas essa flor não é para ela um objeto de amor ocioso, de fruição preguiçosa; é uma ocasião de trabalho e de atividade, de inquietude, de sucesso, de alegria, uma ocupação de coração e de espírito. Enfim, para dizer tudo em uma palavra; aqui também, a maternidade

compensa e cura o amor. A flor não é seu amante; por quê? Porque é sua filha. (MICHELET, 1988, p. 92).

Michelet entende que a natureza é um exemplo de mãe e é nela que ele busca características para traçar um paralelo com a maternidade. Não faz dela apenas uma figura alegórica, mas apresenta-a como a própria vida em todas as suas formas, seja vegetal ou animal. Seu conhecimento é primordial para a formação da criança; ela deve conhecê-la em todas as manifestações, respeitá-la e vê-la como a grande mãe que, em cada renascer, traz suprimimento aos povos.

Isso é razoável, não é, minha filha? E o pai da natureza, Deus te fez e favoreceu, que te deu mãos hábeis (ou próprias para ficá-lo), que te deu uma cabeça ainda inconstante, mas pouco a pouco capaz de pensar, permite-te a insigne honra de participar do trabalho. Poderás alimentar, criar os bebês-vegetais, e as meninas-flores. Suscitarás a vida, ao unir-te de todo o teu coração às grandes operações de Deus. Mais tarde, mulher, e talvez mãe, quando chegar a hora, de bom grado passarás a vida aos outros, saberás de boa vontade vivificar a tua boa nutriz, a Natureza, e nutri-la por tua vez. (MICHELET, 1988, p. 98)

Assim, vemos, com clareza, como Michelet concebe a influência da natureza⁵⁸ sobre os homens. Ela é um protótipo, mas não apenas isto, é a geradora e a responsável por toda a vida. Ela dá as condições propícias para a sobrevivência de toda a espécie de vida e a criança aprende a reverenciá-la quando ensinada a ver nela a mãe e sustentadora da existência.

⁵⁸ Na concepção de Rousseau, a educação naturalista não significa retornar a uma vida selvagem, primitiva, isolada, mas sim, afastar-se dos costumes da aristocracia da época, da vida artificial que girava em torno das convenções sociais. A educação deveria levar o homem a agir por interesses naturais e não por imposição de regras exteriores e artificiais, pois, só assim, o homem poderia ser dono de si. Outro aspecto da educação natural está na não aceitação, por Rousseau, de uma educação intelectualista, que fatalmente levaria ao ensino formal e livresco. O homem não se constitui apenas de intelecto, pois disposições primitivas, nele presentes, como as emoções, os sentidos, os instintos e os sentimentos, existem antes do pensamento elaborado; estas dimensões primitivas são, para ele, mais dignas de confiança, do que os hábitos de pensamento que foram forjados pela sociedade e impostos ao indivíduo. CERISARA, *op. cit.*, p. 25.

Recoloquemos para nossa criança, em sua verdade ingênua e santa, o mundo vegetal. Que bem cedo ela sinta, ame e compreenda a planta na legitimidade de sua vida completa. Que não conheça a flor como luxo e faceirice, mas como um momento da planta, como a planta em estado de flor. (MICHELET, 1988, p. 94).

Que ao menos eles sejam felizes, esses animais, enquanto estão vivos. Ensinemos bem à criança os direitos que eles têm de existir, o pesar e a piedade que lhes devemos, mesmo quando a necessidade de nosso organismo força-nos a destruí-los. É preciso ensinar-lhe com cuidado as utilidades que eles têm, ou tiveram todos, mesmo aqueles que hoje podem prejudicar-nos. A criança é muito poética, mas pouco poeta. Entretanto, minha jovem sentirá, pelo instinto de seu coração encantador, o que tocara menos seu espírito. A maternidade heróica do pássaro, que constrói seu ninho com tanto trabalho, sujeita-se por seus filhos a tantas provas tão penosas, a impressionará com certeza. E não será sem respeito, com uma espécie de religião, que ela verá na formiga, na abelha, um talento de outra forma, também artista, que a maternidade inspira. O imenso trabalho da formiga, que sobe, desce seus ovos pela escada bem calculada de seus trinta ou quarenta andares, conforme o ar e o sol e todas as variações de temperatura, a encherá de admiração. Nesses infinitamente pequenos ela terá o primeiro vislumbre, verá o deslumbrante primeiro clarão do alto do mistério que lhe adiamos, o grande, o universal Amor (MICHELET, 1988, p. 105).

Ainda sobre a maternidade e a infância, Michelet faz um emocionante relato de sua visita a um cemitério e de sua emoção diante dos túmulos de crianças que encontrou. Diante disso, o homem Michelet chora, o historiador relata e o patriota lamenta.

Visitando, no mês de agosto de 1843, alguns cemitérios das imediações de Lucerna, deparei com uma ingênua e dolorosa expressão dos terrores religiosos. (...) inúmeras inscrições. Parei por muito tempo diante desta, sem poder me mover: Sou uma criança de dois anos... Que coisa terrível, para uma criança tão pequena, ir ao Julgamento e comparecer tão cedo perante a face de Deus! Caí em prantos, pois entrevira o abismo de desespero materno! Os bairros pobres de nossas grandes cidades, estas vastas oficinas de morte, onde as mulheres, miseravelmente fecundas, só concebem para chorar, nos dão uma idéia, mas muito imperfeita, do perpétuo luto da mãe da Idade Média. Fecundada sem cessar pela imprevidência bárbara, produzia trégua, em lágrimas e desolação, crianças, mortos, danados! (MICHELET, 1988, p. 140)

Em resumo, podemos refletir sobre o que extraímos nas entrelinhas deste nome tão importante da historiografia francesa. É importante ponderar sobre como ele descreve e o que sugere no caso das relações familiares e como pensa suas influências sobre a sociedade e, conseqüentemente, sobre a nação francesa. Qual é o real sentido da mulher na sociedade, tema tão apresentado e discutido por Michelet?

Tudo está intimamente relacionado com a educação. Se esta é o foco, evidentemente existe um sujeito responsável por ela em um determinado meio social, ou seja, um agente transformador. Com base em tudo o que mostramos de Michelet, de suas ações, suas obras, seus pensamentos, podemos dizer que, para ele, a mulher é que tem esta característica mobilizadora e educacional. Em nossas considerações finais, vamos destacar um pouco mais esse papel que Michelet atribui à mulher, uma vez que ela não ocupa espaço significativo em suas obras apenas porque faz parte de uma determinada sociedade, mas porque, pertencendo a ela, exerce um papel político e educacional essencial para a nação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não poderíamos finalizar nosso trabalho sem fazer algumas reflexões sobre o que lemos e concluímos de Jules Michelet e sua contribuição para a compreensão da sociedade. Mencionaremos o homem Michelet sim, enquanto escritor e cidadão referencial como foi, mas nos preocuparemos em reatar aquilo que está disseminado no interior de nosso trabalho sobre os conceitos e pensamentos que o historiador nos

relata. Assim, buscamos compreender o sentido da história e da educação, relacionando o passado com o presente e este com o futuro, assim como porque, para Michelet, a nação só encontra equilíbrio na fusão dos povos, na junção e união do rico e do pobre.

Michelet escreve de forma tão envolvente que não nos fadiga correr suas páginas. Na intenção de realizarmos este trabalho, as leituras que se iniciaram timidamente já nos revelavam um escritor que deixava transparecer seu coração e sua alma entre os pontos e vírgulas que escrevera. Sua particularidade, dentre outras, afirmamos ser esta: a de passar para seu leitor a essência do que ele próprio sentia e vivia. Seu lápis é sua vida, e cremos que, assim, ele escreveu parte de nossa história, a história.

Parece-nos interessante começar pela forma como vemos o autor destas magníficas obras que analisamos. Perceber-se diante de obras históricas que podem ser lidas ainda hoje e produzem um sentido de contemporaneidade foi o que se passou conosco quando nos dispusemos ao desafio de pesquisar este historiador e os que a ele lhe devem o título. Parece louvável para qualquer escritor de renome produzir com tal magnitude o que Michelet produziu e viveu ao longo de sua vida.

As pesquisas revelaram-se pertinentes e, aprofundando-nos no pensamento de Michelet, compreendemos a dimensão de suas obras: ao mesmo tempo, elas revelam complexidade e simplicidade.

São muitas as obras e estão bem longe de ser consideradas ficção, pois possuem cunho histórico. Cultivam as mesmas essências: o povo, a mulher, a família, os ideais revolucionários e o primordial que, segundo ele, abrange todos os demais: o amor pela França. Este patriotismo, que Michelet julgava necessário ser inerente a cada cidadão, podemos percebê-lo cada vez que os demais temas centrais são elucidados em seus textos.

Estas e tantas outras reflexões nos permitem compreender o porquê destes temas abordados por Michelet. Ele foi um homem que sonhou com um ideal de nação e não o considerava uma aspiração utópica porque cria no poder do povo, cria na grandeza dele e o tinha como soberano no que tange à força e ao compromisso para com a pátria. Esta obstinação é apenas fruto de seu desejo e de sua fé nos seus

contemporâneos, especialmente no povo. Vemos seu entusiasmo nas descrições da Revolução Francesa e nos heróis e heroínas que participaram dela. Parece que este desejo de lutar pela França suscitava nele a satisfação de ver que seus compatriotas estavam batalhando pela pátria como se ela fosse uma donzela a ser conquistada.

Michelet busca na história respostas para seus questionamentos a respeito do povo francês e para encontrar no passado certos porquês de seu século. Encontramos o historiador preocupado em entender a Idade Média e é exatamente a ela que ele se prende, tomando-a como referência para o século XIX.

Outras obras, que nos limitamos apenas mencionar neste trabalho e que, embora sejam de sua autoria, deixaram de ser analisadas por uma questão de delimitação, também expressam esta idéia de focar o passado fazendo relação com o presente. Na obra *A Feiticeira*, por exemplo, ele trabalha o tema da mulher do século XIV. Este livro também nos permitiria traçar paralelos com suas descrições da mulher do século XIX, abordar suas semelhanças, suas diferenças e identificar o que o autor pensou a respeito das duas realidades.

Seria preciso também sublinhar que mesmo a um passado menos remoto Michelet faz alusão. É o caso, já que tratamos do exemplo da mulher, das referências que ele faz às mulheres da Revolução, aquelas que lutaram por um ideal e que foram tão respeitadas e enaltecidas por ele quanto a mais simples das camponesas.

As raízes estão no passado, e é desta forma que um determinado povo, conhecendo seu passado, suas origens e as mudanças que ocorreram na sua existência, pode ser compreendido e conhecer a si mesmo. Desta forma sabemos qual é a base do pensamento de Michelet e o porquê de suas obras possuírem tanta informação histórica.

Isto tudo está atrelado à questão da educação, um eixo fundamental de Michelet, foi o que abordamos no decorrer de nosso trabalho. Nosso objetivo era encontrar a educação enfocada nas obras deste autor e, por este motivo, sempre nos perguntamos o porquê de temas tão insistentes em seus livros, principalmente nos que analisamos com maior dedicação.

Por que o povo? Por que a mulher? Por que a história? Visto que o sonho de Michelet era uma França unida e forte, consideramos que a importância do povo é

justamente pela visão que ele tinha de que este seria o grupo social capaz de erguer o país. A mulher é aquela que pertence ao povo, a formadora de opinião que educa os filhos e os ensina sobre a vida.

Por fim, volto-me ao presente, momento de tantas incertezas, de tantos conflitos políticos, sociais. Vivemos um período de constante instabilidade e, ao mesmo tempo, de busca, de reflexões. Eis aí a grande contribuição de Michelet: **Em todo o momento de fraqueza em que parecemos nos esquecer, é ali que devemos buscar a nós mesmos, nos refazer. Ali se guarda sempre para nós o profundo mistério de vida, o inextinguível clarão** (MICHELET, 1989, p. 14, grifo do autor)

REFERÊNCIAS

BECKER, I. *Pequena história da civilização ocidental*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1975.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de política*. Brasília: Ed. Da UnB, 1991. 2 v.

BRANDÃO, C. R. *O que é educação*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CERISARA, A. *Rousseau: a educação na infância*. São Paulo: Scipione, 1990.

CONSTANT, B. *Da divisão das propriedades hereditárias*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968.

DEBESSE, M.; MIALARET, G. *Tratado das ciências pedagógicas*. São Paulo: Nacional; EDUSP, 1974.

ELIAS, N. *O processo civilizador: uma história de costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FEBVRE, L. *Michelet e a renascença*. São Paulo: Scritta, 1995.

FORSTERSCUE, W. *Revolução e contra-revolução na França: 1815-1852*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

GÉRARD, A. *A Revolução Francesa: mitos e interpretações*. São Paulo: Perspectiva, 1970.

GODECHOT, J. *Les Révolutions de 1848*. Paris: Albin Michel, 1971.

HOBBSBAWM, E. J. *Ecos da Marselhesa: dois séculos revêem a Revolução Francesa*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

_____. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HUIZINGA, J. *O declínio da Idade Média*. Braga: Ulisseia, 1996.

LE GOFF, J. *Para um novo conceito da Idade Média*. Lisboa: Editorial Estampa, 1980.

_____. *Os intelectuais na Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 1991a.

_____. *Mercadores e banqueiros da Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 1991b.

_____. *A bolsa e a vida: a usura na Idade Média*. São Paulo: Brasiliense, 1998a.

_____. *A história nova*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998b.

MALET, A. *Histoire de France et notions sommaires d'histoire générale de 1789 a 1875*. Paris: Librairie hachette, 1916.

MICHELET, J. *O povo*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

_____. *História da Revolução Francesa: da queda da Bastilha à Festa da Federação*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

_____. *A agonia da Idade Média*. São Paulo: EDUC; Imaginario, 1992. a

_____. *A Feiticeira*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. b

_____. *A mulher*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

_____. *Imagens da França*. Bauru: EDUSC, 2000.

NARODWSKI, M. *Infância y poder: la conformación dela pedagogia moderna*. Buenos Aires: Aique, 1994.

NOGUEIRA, C. R. F. *Após quatro reedções*. São Paulo: EDUC; Imaginario, 1992.

NÓVEA, j, *A Ciência Histórica e os pensadores ou a razão poética como pensamentos orgânico-Crítico: elementos para a reconstrução do paradigma historiográfico*. Revista Política; Hist.e soc.Vitória da conquista.V4. N1, 2004.

OLIVEIRA, T. OLIVEIRA, T. *Civilização e lutas políticas: Guizot e a Idade Média*. 1997. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 1997.

PIRENNE, H. *História econômica e social da Idade Média*. 4. ed. são Paulo: Mestre Jou, 1968.

POLÍBIOS. *História*. Brasília: Ed. da UnB, 1985.

QUINET, E. *Lê Christianisme et la Révolution Française*. Paris: Fayard, 1984.

RIBEIRO, R. *Filosofia política*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1993.

ROUDINESCO, E. *Uma mulher melancólica durante a revolução*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

SAULNIER, *La Littérature Française Du Siècle Romantique*, 1848.

SMITH, A. *A riqueza das nações: investigações sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

TOCQUEVILLE, A. *O Antigo Regime e a revolução*. 4. ed. Brasília: Ed. da UnB, 1997.

VOVELLE, M. (Org.) *França Revolucionária: 1789-1799*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

WHITE, A. *Meta-História: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: EDUSP, 1992.

WILSON, E. *Rumo à estação Finlândia: escritores e atores da história*. São Paulo: Cia. das Letras, 1986.

ANEXO

A vida e a obra de Michelet

Tendo como progenitores Jean Furcy Michelet e Angélique-Constance Millet, ambos franceses e originários de Laon e Renwez, respectivamente, Jules Michelet nasce em agosto de 1798 na cidade de Paris, França. Pai e mãe pertenciam a famílias de camponeses.

Jean Furcy Michelet era funcionário de uma tipografia que imprimia papel-moeda em Paris. Seu avô paterno, quando veio para Paris, decidiu investir em uma tipografia, que, a princípio, prosperou, mas, por diversos motivos, inclusive políticos, foi condenada a fechar suas portas. Por causa das dívidas que foram se acumulando e o que custou até mesmo uma prisão temporária de seu pai, a família viu-se obrigada a realizar trabalhos tipográficos para os credores, para isto, e enquanto o pai de Michelet se ocupava com os trabalhos de fora, o avô de Michelet colaborava na impressão, sua mãe, adoentada, e o próprio Michelet, mesmo criança, aprendia e contribuía no que lhe possível.

Em 1810, Michelet iniciou seus estudos no internato Mélot e dois anos mais tarde já fazia parte do liceu Charlemagne. Foi nesse Colégio que Michelet compreendeu a diferença entre ricos e pobres e tomou consciência de que ele próprio fazia parte da classe menos favorecida.

O pior eram os colegas. Eu ficava no meio deles como uma coruja em pleno dia, completamente assustado. Achavam-me ridículo, e hoje penso que tinham razão. Na época, atribuí suas zombarias ao meu traje, à minha miséria. Começava a perceber uma coisa: eu era pobre. Supus maus todos os ricos, todos os homens; não via ninguém que não fosse mais rico do que eu. Caí numa misantropia rara entre crianças. No bairro mais deserto de Paris, o Marais, procurava as ruas desertas [...] Todavia, dessa excessiva antipatia pela espécie humana, salvava-se isto de bom: não sentia inveja alguma. (MICHELET, 1988, p. 16)

É importante ressaltar que, apesar das grandes dificuldades, seus pais e Michelet decidiram que a sua educação estaria em primeiro plano. Nessa época, a família se mudou, o pai começou a trabalhar como gerente em uma casa de saúde e a mãe faleceu em fevereiro de 1815.

Desde então, Michelet dedicou-se cada vez mais aos seus estudos, concluindo sua formação universitária. Em 1819, se licenciou em Letras e obteve os títulos de bacharel e doutor em Letras. Já nesta ocasião deu aulas particulares para se manter até que, em 1821, foi contratado no mesmo liceu que estudou, Charlemagne, como professor estagiário. Ainda neste ano foi aprovado em terceiro lugar no recém-instituído

Concurso de Agregação em Letras e, em 1822, lecionou História no Colégio Sainte-Barbe e no Colégio Rollin.

A prática do Magistério foi importante para o seu crescimento profissional, pois ensinava línguas, filosofia e história. Segundo o autor, esse contato com os alunos e o fato de estar ensinando, lhe trouxe de volta a harmonia com a humanidade.

O ensino era muito útil para mim. A terrível provação do colégio havia alterado meu caráter, havia com que me fechado e bloqueado, tornando-me tímido e desconfiado. Tendo casado cedo e vivendo em grande solidão, desejava cada vez menos a sociedade dos homens. A que encontrei em meus alunos, na Escola Normal e outros lugares, reabriu meu coração, dilatou-o. Essas jovens gerações, amáveis e confiantes, que acreditavam em mim fizeram com que me reconcilhasse com a humanidade. Ficava emocionado, às vezes triste, por vê-los se sucederem diante de mim com tanta rapidez. Mal me ligava a eles e já se iam embora. Eis que todos se dispersaram, e muitos (tão jovens) morreram. Poucos me esqueceram; quanto a mim, vivos ou mortos, não os esquecerei jamais (MICHELET, 1988, p. 18)

Michelet busca, na energia e na vivacidade dos jovens, resgatar o seu espírito de luta, a sua coragem, a sua autoconfiança. Aproveita esse momento para refletir não só sobre o seu papel e a sua importância como educador, mas também sobre a importância do ato de ensinar para a sua própria aprendizagem.

Após seu casamento com Pauline Rouseau e o nascimento de sua primeira filha em 1824, ele conheceu Edgar Quinet, com quem iniciou uma grande amizade. É a ele que dedica *O Povo* e algumas palavras que antecedem a primeira parte do livro. Quanto ao que foi publicado nos anos de 1825 e 1826, citamos: *Tableau chronologique de l'histoire moderne, depuis la prise de Constantinople jusqu'à la Révolution française* e *Tableaux synchroniques de l'histoire moderne*.

No início de 1827, Michelet assume a cadeira de filosofia e história na École Normale Supérieure (designada na época como École Préparatoire). Neste mesmo ano, publica uma tradução dos *Principes de la philosophie de l'histoire* (Princípios da filosofia da história), obra de Giambattista Vico e também a primeira parte da obra *Précis de l'histoire moderne* (Compêndio da história moderna), cuja segunda parte será publicada um ano depois.

Até 1830, ano de publicação de *Le Temps* (um artigo sobre a *Histoire romaine*, obra de Nieburhr), podemos citar vários fatos importantes na vida do escritor: foi preceptor de Louise-Marie-Thérèse, filha da Duquesa de Berry e neta de Carlos X; também foi professor da princesa Clémentine, filha de Luís Felipe; foi nomeado como chefe da seção histórica dos Arquivos, o que ele tratava como muito mais que simples papéis. *Ces papiers ne sont pas des papiers, mais des vies d'hommes, de provinces, de peuples* (SAULNIER, 1948, p.55).

Um ano depois publicou a *Introduction à l'histoire universelle* (Introdução à história universal) e meses depois, a *Histoire romaine* (História romana). Já em 1833, duas coisas importantes na vida de Michelet são dignas de serem descritas: nesse ano, ele iniciou a *Histoire de France* e publicou o *Précis de l'histoire de France jusqu'à la Révolution française* (Compêndio da história da França até a Revolução) que abrange o período do ano 1 a 1270. Neste mesmo ano tornou-se suplente de Guizot na cátedra de história moderna, renunciando ao cargo em dezembro de 1835.

Em 1835, depois de ter passado alguns meses do ano anterior na Inglaterra e um mês no Sudoeste da França, inspecionando bibliotecas e arquivos, Michelet lançou *Mémoires de Luther*. Dois anos mais tarde, publicou o tomo III da *Histoire de France* dos anos 1270 a 1380, *Origines du droit français, cherchées dans les symboles et formules du droit universel*, além de realizar viagens para a Bélgica e Holanda.

No ano seguinte, 1838, foi lecionar história e moral no Collège de France, o que o levou, quatro dias depois, a ser eleito membro da Academia das Ciências Morais e Políticas (Institut de France). Passados alguns meses, também renunciou a seu cargo na École Normale. O ano de 1839 é de luto para Michelet: após ter saído de viagem com sua filha para realizar pesquisas sobre o meio operário, sua esposa faleceu de tuberculose em 24 de julho.

O tomo IV da *Histoire de France*, que corresponde aos anos de 1380 a 1422, é publicado em 1840. Neste ano, Michelet conhece Madame Dumesnil, mãe de um de seus alunos, com quem parece ter tido um relacionamento mais que amigável e a quem viu falecer dois anos depois, quando a mesma, já morando em sua casa, caíra seriamente adoentada.

Em 1841 lançou o tomo V da *Histoire de France* (1422-1461) e em 1843, com a colaboração de seu amigo Edgar Quinet, lançou uma obra crítica a respeito da Companhia de Jesus à qual intitulou *Des jésuites*. Neste ano também sua filha se casou com Alfred Dumesnil, filho de Mme. Dumesnil.

Em janeiro de 1844, Michelet publicou o tomo VI da *Histoire de France*, referente aos anos de 1461 a 1483 e, em 1845, publicou *Du prêtre, de la femme et de la famille* e iniciou *Le peuple*, cuja publicação foi realizada no ano posterior.

Os dois primeiros volumes da *Histoire de la Révolution française* e a obra *L'étudiant* foram publicados, respectivamente, em 1847 e em 1848. Nesse momento, com 50 anos de idade, Michelet se apaixonou por uma jovem professora de 20 anos, Athénaïs, a quem iria desposar em março do ano seguinte e com quem teria um filho. O terceiro volume da *Histoire de la Révolution française* foi publicado em fevereiro de 1849.

Em 1850, Michelet lançou mais um tomo da *Histoire de la Révolution française*. O tomo V da *Histoire de la Révolution française* foi publicado em 1851 e o tomo VI, em 1853. Nesses últimos anos, muitas coisas aconteceram na vida de Michelet. Apesar do protesto dos estudantes, foi afastado de seu curso no Collège de France, depois que o mesmo foi suspenso. Foi afastado também dos Arquivos, quando negou juramento ao Império de Napoleão e partiu para Nantes em uma espécie de semi-exílio.

As *Légendes démocratiques du Nord* e *Les femmes de la Révolution* foram publicadas em 1854. Nessa época, volta para Paris e escreve *Le banquet*, cuja publicação seria póstuma. No ano seguinte, publicou o tomo VII da *Histoire de France*, que recebeu o título de *Renaissance*, e o tomo VIII, *Réforme*. Redigiu também a obra *L'oiseau*.

L'oiseau foi publicado em março de 1856, o mesmo ano da publicação de *Guerres de religion*, do tomo IX e X da *Histoire de France* e de *La Ligue et Henri IV*. Em 1857, lançou *Henri IV et Richelieu*, *L'insecte* e o tomo XI da *Histoire de France*. De 1858, podemos citar três publicações de Michelet: o tomo XII da *Histoire de France*, *Richelieu et La Fronde* (Richelieu e A Fronda) e *L'amour*.

Em 1859, ano em que publicou *La femme* (A mulher), Michelet freqüentou aulas de anatomia, nas quais observou dissecações de cadáveres femininos. Ele mesmo

menção este fato no início de *A mulher*, quando descreve a criança, em especial, a menina:

Para penetrar nesse estudo, acreditei dever conhecer melhor a anatomia da criança. Meu amigo, o Doutor Béraud, cirurgião de hospitais, ex-prossessor de Clamart, jovem ainda, mas tão conhecido pelo belo tratado de fisiologia que fez com nosso ilustre amigo Robin, teve a gentileza, no consultório que tem em Clamart, de dissecar várias crianças diante dos meus olhos. Advertiu-me sensatamente que o estudo da criança é utilmente esclarecido pelo estudo do adulto. Cá estou eu, portanto, sob seus auspícios, lançado na anatomia, que até então só conhecia pelas gravuras (MICHELET, 1995, p. 37).

Esta talvez seja a razão que levou Michelet a utilizar tanto seus conhecimentos fisiológicos do corpo humano nesta obra. Vejamos o que diz Thérèse Moreau no prefácio de *A Mulher*:

A mudança de tom – a aceitação da tese central por todos os progressistas – acarreta uma reformulação estrutural da obra. Haviam censurado a Michelet seu vocabulário médico, sua sexualidade desenfreada. A fisiologia se atenua em *A Mulher*. O corpo da mulher se enfeita de novo com véus do mistério; a “metamorfose” será lida nas olheiras lilases da adolescente que despertou púbere⁵⁹.

Em 1860, publicou o tomo XIII da *Histoire de France*, com o título *Louis XIV et la Révocation de l'édit de Nantes*. Em 1861, lançou *La mer*, reedita *Du prêtre, de la femme et de la famille* e iniciou uma obra que não concluiria, *Sylvine, mémoires d'une femme de chambre*.

Em fevereiro de 1862, lançou *Louis XIV et de duc de Bourgogne* o tomo XIV da *Histoire de France* e *La sorcière*. No ano seguinte, *La sorcière* foi novamente editada e impressa na Bélgica para que não fosse apreendida pelas autoridades francesas. Publicou também, em outubro, o tomo XV da *Histoire de France*, intitulado *Régence*.

Após a publicação de *La bible de l'humanité* em 1864, Michelet só voltou a publicar dois anos depois, em 1866, quando retornou de uma viagem e lançou *Louis XV*

⁵⁹ MICHELET, J. 1995. Prefácio de Thérèse Moreau.

(Luís XV) e o tomo XVI da *Histoire de France*. Além destas obras, podemos mencionar *Mémoires d'un enfant*, que Athénaïs, sua esposa, lançou em novembro desse mesmo ano.

Em 1867, após longa viagem à Suíça, Michelet reeditou *L'oiseau*, *L'insecte* e *La sorcière* e também publicou *Louis XV et Louis XVI* (Luís XV e Luís XVI) tomo XVII da *Histoire de France*. 1868 foi o ano de publicação da obra *La montagne* e 1869, *Nos fils*, quando reeditou a *Histoire de la Révolution française* e *Histoire de France* com um novo e considerável prefácio.

Em 1871, lançou *La France devant l'Europe*. Neste ano, Michelet adoeceu. Sofreu ataques de apoplexia, afasia e paralisia parcial, obteve melhora, mas ficou com seqüelas em sua mão direita e na fala. Apesar de ter a saúde abalada, ele continuou seu trabalho na *Histoire du XIX^e siècle*, que havia iniciado em 1870. Em 1872 escreveu seu testamento, lançou o tomo I da *Histoire du XIX^e siècle* e continuou redigindo o tomo II e III desta mesma obra. Em 1873, publicou o tomo II da *Histoire du XIX^e siècle*, terminou o tomo III e iniciou o tomo IV.

Michelet faleceu, em 1874, depois de sofrer um ataque de coração. Entre seus manuscritos, ele deixou o tomo III da *Histoire du XIX^e siècle*, que Michel Lévy publicou no ano seguinte. Mesmo inacabados, Athénaïs publicou *Banquet* em 1879, *Ma jeunesse* em 1884 e *Mon journal* em 1888. Desde então, ela começou a publicar falsas obras de Michelet, ao passo que o tomo IV *Histoire du XIX^e siècle* nunca foi publicado.

Poderíamos tecer diversos comentários a respeito da vida e obra deste grande historiador, e, antes de tudo, cidadão francês. No entanto, consideramos que um extrato da obra de Saulnier descreve brevemente o que sua figura representa para a história:

Deux passions expliquent Michelet : celle de comprendre et partager la Vie sous toutes ses formes, la Sympathie au sens le plus actif du terme; puis, réciproquement, le besoin de se faire comprendre, de s'exprimer, ce qu'il nommait « sa maladie d'écrire ». une sensibilité frémissante, et le don du Verbe (SAULNIER, 1948, p. 54)⁶⁰.

⁶⁰ Duas paixões explicam Michelet: esta de compreender e dividir a vida sob todas as formas, a simpatia, no sentido mais ativo do termo, depois, reciprocamente, a necessidade de se fazer entender, de se expressar, o que ele nomeava "a doença de escrever" uma sensibilidade tremenda e o dom do verbo.

